

COLÓNIA OPERÁRIA VITERBO DE CAMPOS

DO RECONHECIMENTO À ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO



DISSERTAÇÃO PARA MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | FAUP 2009/2010

Mariana de Andrade Dias e Koehler
Orientação: Professor Doutor Rui Póvoas | Mestre Nuno Valentim

COLÓNIA OPERÁRIA VITERBO DE CAMPOS

DO RECONHECIMENTO À ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

DISSERTAÇÃO PARA MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | FAUP 2009/2010

Mariana de Andrade Dias e Koehler

Orientação: Professor Doutor Rui Póvoas | Mestre Nuno Valentim

AOS MEUS PAIS

AGRADECIMENTOS

Muito obrigada a todos os que, de uma forma ou de outra, ajudaram na concretização deste trabalho.

Agradeço de forma especial aos Professores Rui Póvoas e Nuno Valentim, pela orientação, apoio e sentido crítico. Ao Arquitecto Francisco Sousa Rio, da Divisão de Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, pela oportunidade, tempo disponibilizado e simpatia.

À Tia Zé pela amizade e força. Ao Daniel Moutinho e Joana Lima, pela prestável ajuda nos pequenos-grandes momentos do trabalho. À Clara Martins, Joana Machado, Isabel Norton, Ivo Tiago, Rui Couto e Tiago Coelho por terem sido, como sempre, apoio e companhia. À Marta Nieto, Benedita M. Rocha, Benedita P. Leite e Joana Pinhal, pela presença constante.

À Balonas e Menano, pelo excelente estágio e em especial à Arquitecta Margarida Caetano, pela aprendizagem e paciência.

Gostaria de deixar também uma palavra de agradecimento à Sr.ª D. Isabel Rodrigues do Arquivo Histórico do Porto - Casa do Infante, pela disponibilidade, à Dra. Sónia Oliveira da Biblioteca da Fundação de Serralves, pelo empréstimo de alguns livros, e a todos os proprietários e inquilinos que tão amavelmente me receberam nas suas casas.

Por fim, e principalmente, agradeço à Carminho, pelo imenso ânimo e companhia, e ao João pelo encorajamento, dedicação e apoio constantes.

RESUMO

Com o êxodo rural para as cidades litorais industrializadas, buscando trabalho e melhores condições de vida, desencadeou-se, no século XIX, no Porto, uma procura de habitação que resultou numa sobrelotação da cidade.

Associada à especulação imobiliária, à subida do custo da habitação, a uma política orientada para os interesses da burguesia e aos baixos salários praticados nas indústrias, a oferta de alojamento tornou-se inacessível aos estratos sociais mais baixos, que encontraram refúgio em "ilhas operárias".

Nesse contexto surgiram as colónias ou bairros operários que, inseridos no conceito de "cidade-jardim", promoviam a integração do campo na cidade, procurando renunciar ao crescimento de construção insalubre, visando a melhoria das condições habitacionais desta classe social.

Construídas junto das grandes fábricas, nas novas freguesias que a cidade começava a integrar, estas colónias operárias marcaram este período de transição entre o século XIX e as novas preocupações higienistas do século XX.

O seu carácter histórico, tipologia arquitectónica, sistema construtivo, situação urbana e o reconhecimento da C.M. Porto, atribuindo-lhes interesse arquitectónico, em contraponto com o seu actual estado de degradação, leva a que se tornem importantes e fascinantes elementos de análise para o estudo da cidade e do seu edificado.

Quais os princípios subjacentes ao projecto e construção destas colónias operárias? Em que sentido vão as modificações operadas pelos habitantes? Será possível alertá-los para o seu valor patrimonial? Como pode ser efectuada a sua reabilitação? Na sequência de intervenções desajustadas já visíveis, é importante encontrar soluções que manifestem a sua adaptação às novas exigências urbanas, arquitectónicas, técnicas e sociais.

Utilizando como estudo de caso a Colónia Operária Viterbo de Campos, procurou-se sintetizar um conjunto de reflexões e dados, para responder às questões supracitadas. O desenvolvimento de uma estratégia de intervenção para esta colónia, através de um exercício prático, remete igualmente para as questões de metodologia de intervenção a ser aplicada na reabilitação desta tipologia habitacional, procurando responder à complexidade urbana, construtiva, espacial, funcional e social na qual esta se insere.

Palavras-chave:

Bairros Operários, Porto, Século XX, Projecto, Reabilitação, Património Corrente, Metodologias.

ABSTRACT

In the 19th century, the rural people exodus to the industrialized coastal cities, seeking for work and better living conditions, originated an increased demand for residential houses in Porto, which has conducted to an overcrowded city.

A policy oriented to the bourgeoisie interests, which meant real estate speculation and the systematic price increase of residential costs, associated to the continuous decrease of the salary levels in industry, make the residential offer unaffordable to lower social people classes, who found refuge in what are the so called "housing-islands for workers".

In this context were developed the city "colonies" or "workers neighborhoods", included in the concept of "city-garden", which promoted the integration of rural areas in the city, avoiding the growth of unhealthy construction building in order to improve residential quality conditions to this low social class workers.

Constructed nearby large factories, in new residential areas that progressively were integrated in the city, these residential workers "colonies" were the principal mark of the transitional period between the 19th century and the new hygienic residential concerns of the 20th century.

Its historic character, the architectural typology, the building construction system, an urban implanted localization and the recognition of its architectural importance by Porto's City Hall, in opposition to its current state of degradation, make them fascinating and important analytical elements for the city and its buildings sides studies.

What are the principles underlying the design and construction of these workers "colonies"? Are the changes operated by its owner's users in conformity with the main purposes of the project? Is it possible to alert them to its patrimonial value? How can be done its rehabilitation? Looking up to inappropriate interventions already visible, it is important to find solutions to adapt them to the new urban, architectural, technical and social demands.

Using Viterbo de Campos "Colónia" as a case-study example, a set of reflections and data were synthesized, in order to answer to questions above. The development of an interventional strategy for this "Colónia", through a practical exercise, also involves the methodology to be applied in the rehabilitation of this residential type, in order to be an answer to the urban, constructive, spatial, social and functional complexity in which it is involved.

Key words:

Neighborhoods Workers, Oporto, 20th Century, Project, Rehabilitation, Current Real Estate, Methodologies.

RÉSUMÉ

Comme dans d'autres pays européens, la ville de Porto est, au XIX^e siècle, lieu d'attraction des populations voisines, qui échangèrent leurs champs et cultures agricoles pour un emploi lié à l'industrie et l'ambition de meilleures conditions de vie. L'espace urbain accuse alors un surpeuplement brusque, sans structures ni réponses adéquates aux demandes de logement et de services nécessaires aux nouveaux-arrivés.

Associé à la spéculation immobilière, à la hausse des coûts du logement, à une politique orientée vers les intérêts bourgeois et aux minces salaires pratiqués dans l'industrie, la possibilité de logement est devenue lointaine aux milieux plus défavorisés, qui rencontrèrent refuge dans les quartiers ouvriers.

Dans ce contexte, celles-ci, rejoignant le concept de ville-jardin, voulait intégrer les vertus de la campagne dans la ville, marquée par une croissance démesurée présentant d'immenses problèmes de salubrité et d'hygiène, et voulait proclamer de meilleures conditions de vie à toute classe sociale.

Construites près des grandes usines, elles-mêmes édifiées dans des communes voisines de la ville qui commençait à les intégrer, ces colonies ouvrières marquèrent la transition entre le XIX^e siècle et les nouvelles préoccupations hygiénistes du XX^e.

Leur caractère historique, leur typologie, leur système constructif, leur localisation urbaine et la reconnaissance de la Mairie de Porto lui attribuèrent intérêt architectural qui, paradoxalement à leur état actuel de dégradation, font d'elles d'importants éléments pour l'étude de la ville et de son édification.

Quels sont les principes sous-jacents au projet et à la construction de ces colonies ouvrières? Dans quelle direction mènent les modifications opérées par les habitants? Sera-t-il possible de les sensibiliser de leur valeur patrimoniale? Comment entreprendre leur réhabilitation? Devant les interventions déjà remarquées, il est important de trouver des solutions qui puissent les adapter aux nouvelles exigences urbaines, architectoniques, techniques et sociales.

Utilisant comme cas d'étude du quartier Viterbo de Campos, cet essai cherche à synthétiser un ensemble de réflexions et données qui répondent aux questions énoncées précédemment. Le développement d'une stratégie d'intervention pour ce quartier, par le moyen d'un exercice concret, prétend l'acquisition d'une méthodologie d'intervention possible d'être appliquée à la réhabilitation de cette typologie architectonique en général, sachant qu'il est nécessaire de comprendre, dans chaque cas, la complexité urbaine, constructive, spatiale, fonctionnelle et sociale à laquelle chaque quartier appartient.

Mots-Clefs:

Quartiers des travailleurs, Porto, XX^{ème} Siècle, Projet, Réhabilitation, Patrimoine courant, Méthodologie.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	7
CAPÍTULO 1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	13
1.1. INTRODUÇÃO	15
1.2. OBJECTO	16
1.3. OBJECTIVO	17
1.4. METODOLOGIA	17
1.5. ESTRUTURA	18
CAPÍTULO 2. A COLÓNIA OPERÁRIA – APROXIMAÇÃO	19
2.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	21
2.2. ENQUADRAMENTO SOCIAL	31
2.2.1. O OPERARIADO	34
2.3. ENQUADRAMENTO URBANO	35
2.4. ENQUADRAMENTO ARQUITECTÓNICO	41
2.4.1. TIPOLOGIAS HAB. SOCIAIS - BAIRRO MONTE PEDRAL	47
2.5. EQUÍVOCO SOBRE A AUTORIA DA COLÓNIA V. CAMPOS	53
2.6. ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DA COLÓNIA	59
2.7. CARACTERIZAÇÃO DA COLÓNIA E DOS SEUS EDIFÍCIOS	69
CAPÍTULO 3. DO DIAGNÓSTICO À DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	77
3.1. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES URBANAS AO PROJECTO ORIGINAL	79
3.2. ALTERAÇÃO DO EDIFICADO FASE AO PROJECTO ORIGINAL	87
3.3. ANÁLISE DAS AVARIAS E DEGRADAÇÕES OBSERVADAS NO EDIFICADO	97
3.4. ANÁLISE DOS PROBLEMAS DE CONFORTO E INFRAESTRUTURAS	103

CAPÍTULO 4. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	109
4.1. INTERVIR EM EDIFÍCIOS PROTEGIDOS	111
4.2. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	115
4.3. PEÇAS DESENHADAS	124
4.3.1. SITUAÇÃO EXISTENTE	125
4.3.2. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANA	128
4.3.3. HIPÓTESE A - PLANTAS, ALÇADOS E CORTES	131
4.3.4. HIPÓTESE B - PLANTAS, ALÇADOS E CORTES	139
4.3.5. PORMENORIZAÇÃO CONSTRUTIVA	146
4.3.6. CORES CONVENCIONAIS - DEMOLIÇÃO/CONSTRUÇÃO	148
CAPÍTULO 5. CONCLUSÃO	151
5.1. O CASO DE ESTUDO DA COLÓNIA V. DE CAMPOS COMO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE OUTRAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	153
5.2. NOTAS CONCLUSIVAS	160
5.3. VISUALIZAÇÃO TRIDIMENSIONAL	162
FONTES	164
BIBLIOGRAFIA GERAL	164
FONTES DAS IMAGENS	166
ANEXOS	CD/ROM
ANEXO I - Hasta Pública das casas municipais da Colónia V. Campos	
ANEXO II - Decreto-Lei 4137 de 24 de Abril de 1918	
ANEXO III - Projecto original 1915	
ANEXO IV - Regulamento para os Bairros Operários	
ANEXO V - Cartas dos Moradores enviadas à C.M.Porto	
ANEXO VI - Fichas de trabalho	

1.

NOTAS INTRODUTÓRIAS



1. FOTOGRAFIA AÉREA DE LOCALIZAÇÃO, PORTO

M.KOEHLER SOBRE IMAGEM GOOGLE EARTH



2. FOTOGRAFIA AÉREA COLÔNIA OPERÁRIA VITERBO CAMPOS, PORTO

M. KOEHLER SOBRE IMAGEM DE WWW.BING.COM/MAPS

1. 1. INTRODUÇÃO

Quando se fala em habitação social associa-se sempre a uma forte presença dos bairros sociais, que ocupando, nas principais cidades, uma grande mancha na estrutura urbana, impõem a sua presença desenvolvendo-se nas mais importantes zonas das mesmas.

A falta de espaço, a necessidade de habitação com custo controlado e todo um crescimento populacional relacionado com o despovoamento do interior do país foram as principais causas para o desenvolvimento desta tipologia habitacional.

Com o crescimento populacional, na segunda metade do século XIX, as cidades desenvolvendo-se para além do seu núcleo central. Começam a surgir, nas periferias, não só as habitações para a burguesia, que sai dos centros saturados à procura de melhores condições de habitação construindo os seus grandes palacetes, como as habitações para os operários, situadas, normalmente, próximo das fábricas e indústrias onde os mesmos trabalham.

É sobre estas últimas que, genericamente, incide o presente estudo, abordando concretamente a Colónia Operária Viterbo de Campos. Pretende-se explicar quais as razões do seu aparecimento e perceber como, quando e onde se desenvolveram. Procura-se responder às questões relacionadas com a habitação social e, designadamente, esclarecer as diferenças entre as colónias operárias, os chamados bairros sociais e as ilhas operárias, tendo como campo de análise a cidade do Porto.

Colónia Viterbo de Campos irá servir como exemplo para um conhecimento profundo do funcionamento destas colónias operárias nascidas no Porto, no início do século XX, quando foram desenvolvidas, durante a República, as primeiras intervenções públicas directas na questão da habitação.

Projectada em 1915 e hoje constituída por 35 habitações individuais geminadas 4 a 4 (Fig. 1 e 2), da autoria do Engenheiro Albano Aníbal de Barros, é uma das poucas iniciativas, tomadas pelo Estado português, visando a construção de habitação para as classes populares, comparativamente com o que se passava, na mesma data, noutros países como Inglaterra e França, onde já eram visíveis as construções resultantes das "cidades-jardim" na periferia das principais cidades.

Com os objectivos de reunir informação sobre esta temática e também esclarecer o equívoco da sua autoria¹, irá, igualmente, desenvolver-se uma comparação desta

1. A autoria desta Colónia Operária não se encontra referida nas publicações que a identificam. Por sugestão da CMP, a pesquisa iniciou-se com a atribuição do projecto ao arquitecto Marques da Silva - ver Anexo I. Contudo, após o aparecimento no arquivo morto do Arquivo Histórico do Porto de uma planta do projecto datada de 1915 assinada pelo Eng. Aníbal de Barros reidentificou-se a sua autoria.

colónia com o Bairro do Monte Pedral, cujas analogias arquitectónicas, construtivas, e tipológicas são evidentes.

Para finalizar, este trabalho pretende reunir as questões sociais que esta tipologia construtiva traz, procurando questionar a presença da mesma e, também, da Colónia Operária Viterbo de Campos, na cidade de hoje, pretendendo encontrar soluções para a sua adaptação às novas circunstâncias urbanas, económicas e sociais, do século XXI.

1.2. OBJECTO

A presente dissertação tem como objecto de estudo a Colónia Operária Viterbo de Campos (1915) situada na cidade do Porto, na freguesia de Massarelos, junto à Ponte da Arrábida.

Esta colónia encontra-se na proximidade do Bairro Sidónio Pais, também conhecido por Bairro da Arrábida, construído em 1918. Pela sua menor dimensão é, por vezes, identificada como parte integrante do citado bairro. Contudo, estes dois bairros de habitação operária distinguem-se pelas diferentes datas de construção e pelo recurso a diferentes sistemas construtivos.

Construída numa zona alta da cidade e próximo da encosta do rio, esta Colónia, com data de 1915, tem vindo a sofrer inúmeras alterações importantes desde a data da sua construção até aos dias de hoje.

São, também, estas transformações de carácter urbano e do edificado que iremos caracterizar, analisar e avaliar, tentando compreender o porquê da sua marginalização e da necessidade da sua reabilitação.

A grande transformação urbana de 1963, decorrente da construção da Ponte da Arrábida, foi um dos principais motivos para a descaracterização deste bairro, que se pretendia voltado para o rio, sem a presença desta ligação entre Porto e Vila Nova de Gaia, cuja concretização veio trazer uma nova imagem para o local.

Mas, mais recentemente com a abertura da Via de Cintura Interna, com os seus acessos circundando o bairro e com o aumento do tráfego, esta colónia marginalizou-se, isolou-se e perdeu as suas características iniciais.

Ao nível do edificado são também visíveis alterações que descaracterizam o bairro. São elas o aparecimento de anexos, de coberturas sobre os logradouros que antecedem as casas, para nelas construir garagens ou arrumos, são ainda caixilharias e outros elementos que alteram por completo a sua imagem original. Importa ainda referir a presença de algumas habitações devolutas.

Assim, e na sequência da visita ao local, surgem algumas questões: Como é que esta colónia pode deixar de estar marginalizada? Como se poderia voltar a integrar na cidade? Como atrair mais residentes ao local? E, ao nível do edificado, como é que se poderia propor uma reabilitação das habitações nele existentes, que garantisse uma coerência formal e tipológica? Será possível consciencializar e incentivar os proprietários para a sua preservação e reabilitação?

1.3. OBJECTIVO

Pretende-se, numa primeira fase, enquadrar histórica, social, urbana e arquitectonicamente o objecto de estudo em questão, para que dessa primeira abordagem se retirem algumas directrizes para a elaboração do plano de salvaguarda e se compreenda a pertinência do mesmo.

O objectivo é criar as condições para que se possa debater a temática, tão actual, da reabilitação dos bairros sociais.

Utilizando o caso específico da Colónia Operária Viterbo de Campos e compreendendo a suas características actuais, o trabalho irá analisar, reflectir e propor estratégias de intervenção para o mesmo, procurando reagir contra a progressão da sua degradação e marginalização.

Assim, o ensaio servirá como diagnóstico da situação existente, propondo algumas directrizes/pistas de intervenção que se possam adaptar à situação actual, nunca pretendendo encerrar o debate sobre o tema, e estando sempre aberto a uma adaptabilidade caso surjam novas reflexões ou factos que acrescentem ou modifiquem quaisquer questões neste presentes.

1.4. METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido partiu de uma recolha e selecção de informação escrita disponível que serviu como base para uma exposição pessoal e crítica sobre a temática em questão. Foram desenvolvidas pesquisas relacionadas com a generalidade do tema, a questão dos bairros/colónias operárias, até à procura de informação mais específica sobre a colónia operária em estudo através do levantamento arquivístico de documentos presentes na Câmara Municipal do Porto, e no Arquivo Histórico do Porto - Casa do infante.

Ao mesmo tempo foi efectuado um trabalho de campo, desenvolvido no local, onde se procedeu a um levantamento fotográfico, desenhado e rigoroso da situação actual.

Serviram estes dois processos de trabalho, quando analisados e contrapostos, como base e fundamento à elaboração da proposta de intervenção.

1.5. ESTRATÉGIA

O trabalho divide-se em cinco capítulos:

O primeiro permite fazer uma abordagem rápida ao tema em estudo. É um capítulo introdutório onde se encontram, de forma sucinta, descritos o objecto, o objectivo, a metodologia e a estrutura do trabalho.

O segundo procura fazer um enquadramento geral ao caso de estudo. Pretende-se realizar uma abordagem histórica, social, urbana e arquitectónica do mesmo, para uma percepção e compreensão do bairro, do seu aparecimento, desenvolvimento e das transformações que desencadearam a sua evolução.

O terceiro é relativo ao caso específico da colónia Operária Viterbo de Campos. Através da interpretação da informação recolhida no segundo capítulo, são sintetizadas as características tipológicas, estruturais e construtivas com fim de realizar o diagnóstico da situação existente.

Pretende-se, ainda, organizar a informação recolhida na bibliografia de apoio e nas visitas ao local, identificando qualidades, necessidades e a pertinência de uma proposta de revitalização e reabilitação do local.

O quarto capítulo está directamente relacionado com a proposta de intervenção. Neste, é lançada a estratégia para a valorização, reabilitação e requalificação da área em questão.

O quinto e último capítulo pretende concluir o trabalho, sendo, com esse fim, realizado um comentário final sobre a pertinência do objecto de estudo, procurando enunciar outros casos de estudo que ajudaram a desenvolver o trabalho e que poderão ser úteis para a formulação de novas questões e à continuação da problemática relativa às questões da reabilitação das colónias operárias situadas nas principais cidades portuguesas.

2.

A COLÔNIA OPERÁRIA APROXIMAÇÃO

2.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

As actuais estruturas urbanas das grandes cidades portuguesas, resultado de movimentos sociais, políticos e económicos que muitas vezes se adaptaram e alteraram ocasionando processos de recomposição interessantes, permitem considerar “a cidade como complexa e não só como complicada”² compreendendo que esta se tem desenvolvido tendo como base múltiplas lógicas e racionalidades eventualmente contraditórias.

O estudo sobre o desenvolvimento social e espacial do tecido urbano portuense permitirá compreender e esclarecer o aparecimento da Colónia Operária Viterbo de Campos e poderá contribuir para o debate e definição de estratégias de actuação/intervenção mais conscientes e consistentes para o mesmo, em termos de reabilitação e planificação urbana.

No seguimento destes pressupostos, vai-se procurar perceber quais as principais determinantes para o desenvolvimento das Colónias Operárias, na cidade do Porto, dando-se particular relevância aos factos históricos, sociais e urbanos a partir de meados do século XIX, procurando compreender a importância do processo de industrialização e os fenómenos sociais e económicos que este desencadeou.

Segundo Manuel C. Teixeira em *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: As Ilhas do Porto, de 1996*, no começo da segunda metade do século XIX, no Porto, habitavam cerca de 80 mil pessoas, predominava uma economia ligada às actividades mercantis e uma indústria com desenvolvimento lento, onde dominavam as pequenas oficinas de produção artesanal.

Nesse período, iniciavam-se, embora em pequena escala, os processos de industrialização. A expansão dos meios de transporte, quer rodoviário quer ferroviário, permitiu o acesso das populações rurais à cidade. Entre 1878 e 1890 a imigração maciça para o Porto atingiu o seu máximo e, em 1900, um terço da população era composta por pessoas de origem rural que se teriam deslocado para a cidade à procura de trabalho nas indústrias em desenvolvimento.

HABITAÇÃO PARA OPERÁRIOS

O crescente aumento do êxodo rural para o interior da malha urbana portuense desencadeou uma enorme procura de habitação, com características bastante específicas associadas a uma política orientada para os interesses da burguesia que, devido à especulação de terrenos e imóveis, conduziu a uma situação de subida no custo da habitação tornando a oferta de alojamentos inacessível aos estratos sociais mais baixos.

Os baixos salários que os operários recebiam só lhes permitia o acesso à procura de habitação económica. Foi, nos edifícios mais antigos da cidade, que estes encontraram o seu abrigo. Contudo, a sobrelotação destas habitações foi bastante rápida e tornou-se necessária a construção de habitação nova.

2. GUERRA, Paula, *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Cidades, Campos e Territórios*, p.116.

O desenvolvimento da tipologia habitacional, dedicada à população mais pobre e aos operários, esteve ligado ao facto de os burgueses, patrões capitalistas, pretenderem controlar o consumo das classes trabalhadoras, podendo através da construção destas habitações de baixo custo, exigir rendas baixas e, consequentemente, oferecer salários baixos aos seus operários conseguindo, assim, aumentar os níveis de acumulação capitalista.

Mas, a viabilidade económica de uma nova habitação para operários fabris não trazia quaisquer tipos de garantias para os comerciantes e para os industriais mais abastados que, por isso, não investiram neste tipo de construção.

Foram alguns comerciantes, manufactores e os artífices, os promotores de uma tipologia habitacional capaz de albergar toda essa população. Apoiados pela Câmara³ podiam, de forma segura, investir o seu capital construindo casas pequenas de baixo custo e qualidade, pois era o tipo de alojamento mais procurado neste período de crescimento demográfico.

ILHAS OPERÁRIAS

Por serem possuidores de pequenos capitais, o único local onde puderam construir estas habitações era o interior dos antigos quarteirões da habitação burguesa. Surgiram, assim, as "ilhas" operárias como "consequência da industrialização e da necessidade de alojar as vagas crescentes de imigrantes que vinham fixar-se na cidade"⁴.



3. ILHA OPERÁRIA PRÓXIMA DA R. CONSTITUIÇÃO

"As ilhas assumiam a forma de casas pequenas construídas fundamentalmente na retaguarda das habitações dos industriais, cujo acesso ao exterior, à "cidade visível", era feito através de um corredor estreito construído debaixo das casas que estavam de frente para a rua"⁵(Fig.3). Mais tarde, procurou-se a independência destas fase às habitações burguesas e estas tipologias foram sendo empregues em zonas mais ou menos extensas da cidade, quer em situações de interior de quarteirão, quer à face da rua, criando-se, assim, zonas de habitação exclusivamente operária.

Assistiu-se, portanto, à passagem da cidade tradicionalmente comercial para uma cidade industrial. Esta expandiu-se e "à volta da Baixa estende-se uma auréola de novas construções principalmente destinadas ao alojamento dos "recém-chegados" e que tomam a forma de pequenos edifícios, de "barracas" e sobretudo de "ilhas"."⁶

3. O apoio dado pela Câmara estava ligado ao facto de esta não vistoriar os edifícios que não se encontravam à face da rua, ideia referida no Livro: MATOS, Fátima Loureiro de, *Os bairros Sociais no Espaço urbano do Porto: 1901-1956*, Análise Social, Vol. XXIX (127), 1994 (3.º), p.678.

As ilhas cresciam, no interior da cidade, sem fiscalização, porque não sendo visíveis da rua não estavam sujeitas a controlo municipal, sendo esta a explicação institucional para a total indiferença camarária em relação à construção das ilhas e das condições de vida dos seus moradores, ideia referida no Livro: TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, Capítulo 2, p.120.

4. TEIXEIRA, Manuel C., *Op. Cit.*, p.86.

5. GUERRA, Paula, *Op. Cit.* - Elementos para a redefinição de um objecto de estudo complexo: O caso da zona oriental portuense, p.118.

6. GUICHARD, François, *L'evolution Recent de Porto*, Actes du Colloque Interne du GIS, Paris, CNRS, 1982, p.15.

As elevadas densidades populacionais no velho burgo central (freguesias da Sé, S. Nicolau, Vitória e Miragaia) fazem com que se desenvolvam as freguesias exteriores ao núcleo medieval. Bonfim, Campanhã, Sto. Ildefonso, Cedofeita, Massarelos e Lordelo do Ouro foram, naquela altura, os locais mais favoráveis à colocação das principais indústrias da cidade, sendo, a proximidade com a linha-férrea, com o rio e o acesso aos transportes públicos urbanos, os motivos para que estas tenham crescido e nelas se tenham construído a maior parte das "ilhas".

Contudo, a sobrelotação do núcleo medieval da cidade e a sua consequente expansão para periferia, não ocorreu única e exclusivamente motivada pelo desenvolvimento da construção de habitação operária. A burguesia procurou construir as suas habitações, casas e quintas, distanciando-se deste núcleo, procurando a zona ocidental da cidade, fixando-se próximos da Avenida da Boavista e estendendo-se até à Foz determinando, também, o referido crescimento da cidade.

NÚCLEO MEDIEVAL SOBRELOTADO

Assim, e dadas as diferentes condições sociais, é possível verificar que, na 2ª metade do século XIX, existiam diversas tipologias habitacionais.

TIPOLOGIAS HABITACIONAIS

Para o operariado que chegava à cidade existiam as casas tradicionais, junto à Sé e na Ribeira, velhas, altas, estreitas e em elevado estado de degradação, que eram alugadas pelos comerciantes, subdivididas em pequenas fracções ou pisos e que rapidamente se encontravam sobrelotadas (Fig. 4).⁷



Pedro Rio, Ribeira, Porto 2007

4. CASAS ESTREITAS DA RIBEIRA

Com o mesmo objectivo, existiam, também, as "ilhas" operárias, resultantes do loteamento da cidade, com mais ou menos 5,5m de largura e um comprimento que podia atingir os 100m. Estas nasciam nas traseiras das habitações burguesas, localizavam-se, principalmente, nas freguesias periféricas onde se encontravam as indústrias, possibilitando, aos operários, a proximidade entre o emprego e a residência. Eram pequenas habitações geralmente de um só piso, que se dispunham em fila, ao longo de um corredor que fazia a ligação à rua, onde os operários viviam em deploráveis condições de higiene.

Para a classe média, comerciantes e industriais foram construídos alguns bairros que se localizavam nas ruas que se abriram, decorrentes dos planos de arruamentos promovidos pela câmara, os quais disponibilizavam solos urbanizáveis para essas mesmas construções.⁸

Para além destas tipologias habitacionais existiam, ainda, os alojamentos para a burguesia - constituídos por grandes quintas (Fig. 5), e os pequenos aglomerados de casas humildes à volta de uma capela. Ambos de características rurais localizavam-se nas freguesias periféricas que tinham sido acrescentadas à cidade.



Manuel Sousa, Av. Boavista, Porto, 2007

5. CASA BOAVENTURA RODRIGUES E SOUSA, 1895

Para finalizar, existia o bairro Inglês ou Ocidental, localizado na Foz do Douro, onde residia a colónia inglesa ligada ao Comércio do Vinho do Porto, sendo, por isso, constituído por casas demonstrativas do seu poder económico.

7. "As casas são alugadas aos andares e aos quartos, e nelas vive uma população proletária da mais variada espécie." – GARRETT, A., *Tuberculose e Habitação no Porto*, Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto, Voll, 1913-1914, p.231-232- in MATOS, Fátima Loureiro de, *Op. Cit.*, p.678.

8. "Aglomerados de habitações aprazíveis, elegantes e saudáveis, nos bairros modernos da Boavista, Carreiros, Duque de Bragança, Álvares Cabral, Santa Catarina [...]" , ANTAS, Álvaro Cândido Furtado de, *A Insalubridade do Porto*, 1902, p.66 - in MATOS, Fátima Loureiro de, *Op. Cit.*, p.678.

Tendo em conta as condições habitacionais dos estratos mais baixos onde a inexistência de saneamento, abastecimento de água e instalações sanitárias, tornavam a maior parte dos alojamentos focos de epidemias como a tuberculose⁹ e, perante as discrepâncias sociais existentes, foram tomadas, no início do século XX, algumas medidas com vista à construção de habitação operária que permitisse o realojando desta população e, simultaneamente, a destruição da tipologia operária, até aqui, proeminente. Como afirma Ezequiel de Campos, "Dos próprios motivos por que perdura se infere que há de ser difícil eliminá-la. Só pelos bairros populares em condições normais e pelo arrasamento obrigatório se poderá corrigir"¹⁰.

HIGIENE URBANA E INSALUBRIDADE

Nos países europeus, eram debatidas questões relacionadas com a higiene urbana, com a criação de redes de esgoto, com a limpeza e conservação das ruas, com a recolha de lixo e com o controlo da construção de habitações o que desencadeava a criação de legislação, tendo sido Inglaterra o primeiro país a tomar medidas legislativas, em 1836. Também, em França, foram tomadas medidas nesse sentido e os trabalhos de Haussmann (1853 – 1869) desenvolvidos em Paris, pela sua dimensão e expressão, rapidamente se tornaram referência para toda a Europa.¹¹

9. "a tuberculose pulmonar é a maior praga do Porto [...] pertencem-lhe 13% dos óbitos observados em 1900" em, ANTAS, Álvaro Cândido Furtado de, *A Insalubridade do Porto*, 1902, p.66 - in MATOS, Fátima Loureiro de, *Op. Cit.*, p.678.

10. CAMPOS, Ezequiel, *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1932, p.34.

11. Tendo como base o livro: BENEVOLO, Leonardo, *História da Cidade*, 3ª Ed., São Paulo: Perespéctiva, 1999 - para transformar Paris numa cidade moderna, Haussmann promoveu a sobreposição de uma nova cidade sobre a medieval cidade de Paris. O principal objectivo era aumentar o tecido urbano para facilitar manobras militares, pois para Haussmann, "a arquitectura é um problema administrativo" e só deve responder aos interesses de Napoleão, de cunho estritamente militar. Assim, foi produzido um urbanismo totalmente racionalista que visou, apenas, a técnica e desconsiderou o aspecto histórico da cidade.

Sobre a ideia de expansão, ocorreu uma grande transformação num terço do tecido da cidade. As ruas tornaram-se mais espaçosas e rectilíneas, foram realizadas grandes obras viárias procurando, como visão estratégica, melhorar a circulação e o acesso rápido a toda a cidade, estabelecendo-se uma imagem geral de modernidade. Foram, ainda, definidas áreas especiais para as estações ferroviárias, urbanizados terrenos periféricos e criaram-se parques públicos. A instalação de iluminação foi triplicada e a antiga rede de esgoto foi quase totalmente reformulada com o objectivo de evitar as epidemias e de fazer chegar água potável a toda a população. Para isso, várias estruturas antigas e os bairros considerados insalubres e degradados foram demolidos. Haussmann procurou um melhor aproveitamento dos espaços e uma uniformidade arquitectónica. A malha medieval de traçado orgânico e ruas estreitas foi cortada por grandes eixos e contornada por um anel viário. Foram criadas praças com monumentos que servem como cenário desta nova estrutura. Surgiu o conceito de quarteirão que é determinado pelo sistema viário, configurado a partir do espaço sobrance depois da definição do traçado viário, tomando-se num elemento complexo formado por lotes de formato irregular. Foram definidas leis de ocupação em que cada lote era perpendicular à rua e não tinha a mesma medida padrão, onde os edifícios passaram a ter leis de padronização para as fachadas. Surgiu, assim, uma tipologia urbana que seguiu um esquema pré-definido, passou a ter unidade arquitectónica e as galerias e passagens passaram a ter uma função comercial – multifuncionalidade do quarteirão que abrigava, também, cafés e lojas. Constatou-se, ainda, a expansão da urbe com o surgimento de muitos subúrbios, onde se instalaram novas indústrias atendendo às exigências das leis sanitárias e surgiram novas áreas de moradias para trabalhadores marcadas pela regularidade das instalações. Quanto às classes privilegiadas, estas dividiram-se em movimentos de retorno ao centro remodelado ou de afastamento em direcção às áreas mais distantes da cidade. Assim, sabendo que foram destruídas, na reforma de Paris, 49 km de ruas estreitas e antigas e construídos 165 km de novas vias, e que foi implantado um sistema de esgoto que se estendeu a toda a cidade e que, ainda hoje é um dos melhores do mundo, pode-se concluir que Paris de Haussmann é a cidade que ainda se conhece hoje.

Em Portugal, a primeira lei que procurava um controlo sanitário sobre as habitações surgiu em 1864. A partir dessa data e de forma lenta, uma série de leis e projectos-lei começaram a ser debatidos, em Parlamento, exigindo para a construção das habitações dos operários as condições mínimas de higiene e salubridade. INSALUBRIDADE EM PORTUGAL

Assim, é importante referir as propostas de Fontes Pereira de Mello e Hintze Ribeiro para a formação de uma empresa que construiria casas de renda económica sob o controlo do Estado, e a proposta de Guilherme de Santa Rita, em 1901, onde um terço dos terrenos pertencentes aos conventos de Lisboa e Porto fossem cedidos para a construção de casas económicas.¹²

Contudo, estas propostas iam sendo sucessivamente rejeitadas e somente em 1901 é que foi criado o *Regulamento Geral de Saúde*¹³ que instituiu um sistema de vistorias às habitações que tinha como fim possibilitar a expropriação e a destruição de alojamentos insalubres.

Apesar das propostas do Estado não se terem desenvolvido, no Porto, alguns industriais têxteis construíram habitações para os operários próximo das suas fábricas, de forma a trazer melhores condições aos seus funcionários. Estes estariam próximos das indústrias, pagariam uma renda baixa e não tinham despesas com as deslocações, possibilitando a atribuição de baixos salários aos operários.

HAB. OPERÁRIAS - INICIATIVA PRIVADA

Com este objectivo foi efectuado pela empresa Azevedo, Sousa & C.^a, um bairro com 42 casas, uma creche e uma cantina, junto da sua fábrica na Areosa e foram, realizados, também, os bairros ligados à Companhia Industrial de Salgueiros, à Fábrica Social da Fontinha (Fig. 6), que constrói o bairro com o mesmo nome em 1852 e à Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto, que constrói o Bairro da Torrinha em 1848.



6. BAIRRO DA FONTINHA, R. FÁBRICA SOCIAL

A iniciativa de maior destaque na sequência do debate sobre a habitação operária teve início em 1899, no Porto. O jornal "O Comércio do Porto" abriu uma subscrição pública para a construção de bairros operários. Esta visava a melhoria das condições habitacionais desta classe social que, nesse mesmo ano, teria sido alvo da peste bubónica que teria dizimado muitos operários que viviam em péssimas condições de higiene e sem redes de saneamento e distribuição de água.¹⁴

Esta iniciativa, com o apoio do município na cedência de terrenos e na fiscalização da obra, resultou na construção de três bairros:

-O Bairro de Monte Pedral construído em 1904, composto por 26 moradias unifamiliares agrupadas a 4 e a 2 e um pequeno jardim (Fig. 7), projectado pelo arquitecto José Marques da Silva (14 fogos) e pelo arquitecto Tomás Pereira Lopes (12 fogos);¹⁴



7. BAIRRO MONTE PEDRAL, R. CONSTITUIÇÃO

12. Informação recolhida em MATOS, Fátima Loureiro de, *Op. Cit.*, p.682.

13. Idem, p.678.

14. Informação recolhida em Câmara Municipal do Porto, *Habitação Social no Porto*, Capítulo: Habitação Social até aos Anos 60, Porto: C. M. P. Pelouro da Habitação, Acção social e Protecção Civil, 1999.

-O Bairro de Lordelo construído em 1901, com 29 casas, da autoria do engenheiro Manuel Fortunato de Oliveira Motta;

-E o Bairro do Bonfim, de 1904, constituído por 40 moradias agrupadas 4 a 4, com um pequeno jardim, da autoria do engenheiro Joaquim Gaudêncio Rodrigues Pacheco.

Segundo Marielle C. Gros, no seu livro *Alojamento Social Sob o Fascismo*, a atribuição das habitações nestes bairros não foi bem sucedida, sendo que os locatários das mesmas não eram de facto operários que delas necessitassem¹⁵, não se cumprindo, assim, o objectivo inicial de alojar os operários.

INCENTIVO À CONSTRUÇÃO PRIVADA DECRETO-LEI DE SIDÓNIO PAIS

O Estado vai, também, intervir na promoção e incentivo da construção privada de habitações de boa qualidade para as pessoas de poucos rendimentos, através do Decreto-Lei 4137 de 1918 de Sidónio Pais. A mesma resultou na construção do bairro Sidónio Pais, na Arrábida, mas com a fixação da lei do inquilinato e das rendas atribuídas aos alugueres, a iniciativa privada deixou de investir nesta tipologia habitacional, considerando que esta não lhe trazia vantagens.

Entre 1915 e 1919 foram construídos, por iniciativa camarária, 191 habitações (que mais tarde terão sido vendidas aos seus moradores) em quatro diferentes colónias operárias:

-Colónia Estêvão de Vasconcelos, construída entre 1914 e 1917, com 90 casas;

-Colónia Antero de Quental, construída entre 1914 e 1917, com 28 casas;

-Colónia Dr. Manuel Laranjeira, construída entre 1916 e 1917, com 130 casas (Fig. 8);

-Colónia Viterbo de Campos, construída entre 1916 e 1917, com 64 casas (Fig. 9).



8. COLÓNIA OPERÁRIA DR. MANUEL LARANJEIRA



9. COLÓNIA OPERÁRIA VITERBO DE CAMPOS

Embora estas experiências procurassem resolver o problema da insalubridade existente nas ilhas operárias, a dimensão destas iniciativas não permitiu uma completa renovação nas condições de vida dos operários, sendo que, o número de ilhas na cidade do Porto continuava em crescimento. Sobre tudo com o decorrer da Primeira Guerra Mundial, o aumento do êxodo rural e a política inflacionista que tornava as rendas de casa muito elevadas, este aumento exponencial sentiu-se de forma muito clara, existindo, em 1899, 1048 ilhas e, em 1929, 1301 ilhas, num total de 14.676 casas.¹⁶

15. "Boletim do Trabalho Industrial, nº49, de 1910 (...) apenas existem no Porto os denominados 'bairros operários' instituídos pelo jornal *O comércio do Porto*, os quais nada aproveitam aos tecelões, visto que tais edificações apenas são alugadas a empregados, públicos ou particulares, manipuladores de tabaco e indivíduos de qualquer classe bem remunerados" in GROS, Marielle, *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Porto: Edições Afrontamento, 1982, p.66.

16. Informação recolhida em, Fátima Loureiro de Matos, *Op. Cit.*, p.682, partindo de dados segundo Ricardo Jorge (1899), *Inquérito do Conselho de melhoramentos Sanitários*, cit. in Caeiro da Matta, p.82, não sendo consideradas neste inquérito as freguesias da Sé, Vitória e S. Nicolau, e Relatório de Almeida Garrett, inspector de saúde, realizado a 29 de Outubro de 1929, cit. in Azeredo Antas e Manuel Monterroso, p.17.

Com a implantação do Estado Novo, assiste-se, mais uma vez, a uma preocupação com a habitação social. “A promiscuidade, física e socialmente perigosa”¹⁷ que se vivia nas ilhas ia contra os “objectivos políticos e ideológicos (normalização social e familiar, afirmação da capacidade realizadora do regime e do seu providencialismo social)”¹⁸. A procura da defesa dos valores relativos à integridade social, à ordem moral e à família foi considerada, também, para as habitações operárias. Assim, o regime propunha a utilização da moradia individual para uma só família e os bairros operários seriam grupos de casas económicas isoladas baseadas no modelo britânico de cidade jardim.¹⁹

ESTADO NOVO - PREOCUPAÇÃO
COM A HABITAÇÃO SOCIAL

Surgiam, assim, as moradias unifamiliares isoladas que para além de procurarem resolver as questões anteriormente citadas, permitiam “manter os salários baixos; basta que se acrescente um pequeno jardim ao “ar puro” onde a família cultive os seus legumes para que tal seja deduzido do custo necessário à reprodução da força de trabalho e aumente simultaneamente a sua mais valia.”²⁰

MODELO INGLÊS - CIDADE JARDIM

Esta tipologia, moradia isolada, foi utilizada no início Estado Novo, pois permitia manter os “objectivos políticos e ideológicos (normalização social e familiar, afirmação da capacidade realizadora do regime e do seu providencialismo social)”²¹ defendidos por este regime.

Em 1933, através do Decreto-Lei 23052, o estado teve uma intervenção directa na construção de habitação para as classes insolventes e foi “criado o regime de “casas económicas” destinadas a aquisição própria através de renda resolúvel”.²²

CASAS ECONÓMICAS

A intervenção do Estado, em colaboração com as câmaras municipais, estava directamente ligada à promoção de projectos para esta tipologia habitacional concedendo facilidades na aquisição de terrenos, isenção de impostos e empréstimos com baixas taxas de juro.



10. BAIRRO DA AZENHA, R. SANTIAGO

Assim, foram construídos os bairros do Ilhéu, Condominhas, Paranhos, Ramalde, Amial, e Azenha (Fig. 10), de habitação económica, e ainda os bairros, Marechal Gomes da Costa, Costa Cabral e S. Roque da Lameira (Fig. 11) que, partindo do mesmo princípio de alojamento para classes insolventes, por corresponderem a bairros de construções mais caras do que os primeiros, fixavam uma renda mais alta, sendo a sua ocupação efectuada por estratos sociais mais elevados.



11. BAIRRO S. ROQUE LAMEIRA, R. VALDEVEZ

As camadas menos favorecidas da população não foram contempladas com habitações desta tipologia e continuaram a viver nas “ilhas” operárias.

17. GROS, Marielle, *Op. Cit.*, p.103.

18. FERREIRA, António Fonseca, *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto: Edições Afrontamento, 1987, p.56.

19. Modelo de Ebenezer Howard, ver sub-capítulo 2.7, p.63.

20. GROS, Marielle, *Op. Cit.*, p.103.

21. FERREIRA, António Fonseca, *Op. Cit.*, p.56.

22. Câmara Municipal do Porto, *Habitação Social no Porto*, Porto: C. M. P. Pelouro de Habitação, Acção Social e Protecção Civil, 1999.

- | | | | | |
|---|---|--|---|--|
| 1 = Monte Pedral
2 = Bonfim
3a = Lordelo do Ouro | Bairros do Comércio do Porto (1901 - 1904) | 8 = Bairro do Ilhéu
9a = Bairro das Condominhas
10 = Bairro do Amial
11 = Bairro da Azenha
12 = Bairro de Paranhos
13 = Bairro de Ramalde
14 = Bairro Costa Cabral
15 = Bairro São Roque da Lameira
16 = Bairro Gomes da Costa | Casas económicas construídas entre 1935-1950 | 17 = Bloco Duque de Saldanha (1940)
18 = Bairro de Rebordões (1942)
19 = Bairro de São Vicente de Paula (1950-1954)
20 = Bairro Rainha D. Leonor (1953-1955)
21 = Bairro São João de Deus (1944-1956)
22 = Bairro de Pereiró (1956)
9b = Bairro das Condominhas (1955) |
| 3 = Bairro Sidónio Pais
4 = Colónia Antero de Quental
5 = Colónia Dr. Manuel Laranjeira
6 = Colónia Viterbo Campos
7 = Colónia Estêvão de Vasconcelos | Construídas entre 1914-1917 | | | |



12. LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS SOCIAIS CONSTRUIDOS ENTRE 1901/56

FÁTIMA LOUREIRO DE MATOS, OS BAIRROS SOCIAIS NO ESPAÇO URBANO DO PORTO: 1901-1956, ANÁLISE SOCIAL, VOL. XXIX (127), 194 (3ª), P.684

Simultaneamente, nos anos 30, na Europa, as políticas de habitação encaravam a situação das condições de vida dos trabalhadores de uma outra forma, utilizando a habitação plurifamiliar - o "edifício em bloco" de Le Corbusier²³ - em detrimento da moradia isolada.

Mas, num período, em que o Estado Português se mostrou interessado em resolver o problema da qualidade habitacional dos operários, iniciaram-se inquéritos às condições das ilhas e procuraram-se medidas práticas para que o Estado pudesse absorver esta situação de decadência social.

Assim, após o inquérito de Almeida Garrett, em 1929, completado por Azeredo Antas e Manuel Monterroso, em 1933 (que previa a construção de 16.000 habitações em imóveis colectivos como forma de abolição das ilhas existentes) e, em 1936, a estimativa de 20.000 habitações, proposta por Monteiro de Andrade (que sugeriu a construção plurifamiliar como sendo a solução mais económica) iniciou-se, a pedido dos poderes responsáveis pela cidade, um processo de análise detalhada sobre as condições de vida nas "ilhas", do qual se destacou o *Inquérito Geral às "ilhas"*, 1936 e o *Inquérito às "ilhas de S. Vítor"* – consideradas detentoras das piores condições de salubridade e habitabilidade da Cidade do Porto.

E, em 1939, a pedido de Mendes Correia, um inquérito geral às ilhas que resultou na construção do bloco Duque de Saldanha (1940) com 115 habitações (Fig. 13), numa zona de forte concentração de ilhas a destruir possibilitando o realojamento da população proveniente da demolição das ilhas da área de São Victor. Destinado a pessoas menos favorecidas, foi o primeiro imóvel de habitação social plurifamiliar da cidade, que partindo do conceito de "edifício em bloco" iniciou uma nova fase na construção da habitação social.

HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR



13. BLOCO DUQUE DE SALDANHA

www.maps.google.pt, 2009

Com o plano de salubridade das "ilhas" foram construídos outros bairros de habitação unifamiliar como o de Rebordões com 45 habitações, em 1940, o de S. Vicente de Paula com 198 habitações, construído entre 1950 e 1954, o da Rainha D. Leonor, com 150 habitações unifamiliares executadas em 1953, e 100 habitações colectivas, em 1955 (Fig. 14), o de S. João de Deus, com 196 habitações efectuadas em blocos colectivos, entre 1944 e 1956, o das Condominhas de 26 habitações, em 1955 e, por fim, o de Pereiró, com 64 habitações, concluídas em 1956.



14. BAIRRO RAINHA D. LEONOR

www.ilabop.pt, Leonardo Finelli, 2009

Porém, por volta de 1960, a preocupação com a habitação operária ganha uma nova escala. Surge o *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto*, em 1956, impulsionado por Machado Vaz, que procura uma abordagem globalizante desta problemática.

Este plano, considerado a primeira grande operação para a demolição das ilhas, cumpriu o objectivo de construção de 6.000 fogos e, na procura de rentabilidade económica, por parte do estado, introduziu na cidade o conceito de empreendi-

23. Conceito citado em, Fátima Loureiro de Matos, *Op. Cit.*, p.694.

mento ligado à construção plurifamiliar tendo sido construídos os primeiros “bairros sociais”²⁴ e trazendo uma nova dinâmica à cidade.

A construção destes empreendimentos permitiu a deslocação das pessoas das “ilhas” que, pouco a pouco, começaram a desaparecer sendo parcialmente substituídas por um conjunto de “bairros sociais” que surgiam por toda a cidade com o objectivo de trazer a população para um espaço onde a ordem, a moral e o civismo estivesse inerente.²⁵

O objectivo principal da criação destes bairros foi o de deslocar ou, mais importante, o de desenraizar as pessoas do centro da cidade, das condições em que viviam e principalmente de terminar com os núcleos clandestinos.

Contudo, hoje, sabemos que a construção destes novos bairros sociais melhoraram as condições de vida da população mas não fizeram com que esta deixasse de se encontrar marginalizada e socialmente excluída. O facto de a agrupar no mesmo espaço físico leva a que se afirme que estes bairros estão ligados aos estratos sociais mais desfavorecidos e, assim, se tornem marginais à cidade na sua totalidade.

Para além disso, os esforços para solucionar o problema da habitação para esta classe social e os diversos melhoramentos que se foram realizando na cidade não foram suficientes. O défice de habitações novas e a incapacidade para por fim a todas as ilhas permitiu que estas se prolongassem até aos dias de hoje “escondidas” na cidade, permanecendo por trás de fachadas limpas e aprazíveis que se afastam do olhar comum.

24. “o período que decorre entre 1959 e 1966 coincide com uma fase de crescimento industrial. Este reforço industrial é acompanhado por um ideal de concentração do capital que precisa de controlar cada vez mais os espaços e a sociedade para se consolidar. Desta forma os ideais de construções populares tipo moradia unifamiliar começam a perder terreno a favor de uma lógica construtiva mais rentável e que tinha como horizonte o bloco de casas.”- GUERRA, Paula, *Op. Cit., Elementos para a redefinição de um objecto de estudo complexo: O caso da zona oriental portuense*, p.118.

25. “...em todos os bairros está prevista a edificação de centros sociais ou a adaptação de casas a esse fim, onde além da assistência moral e material se estabelecem secções culturais e até recreativas que desviem da rua ou de locais inconvenientes a juventude mal preparada” – GROS, Marielle, *Op. Cit.*, p.211.

2.2. ENQUADRAMENTO SOCIAL

O século XIX foi, na Europa, um período de profundas alterações sociais, políticas e económicas. As constantes lutas sociais entre a aristocracia absolutista e a burguesia liberal determinaram modificações que resultaram no declínio da agricultura e no desenvolvimento da indústria.

Em Portugal, o mesmo aconteceu, de forma lenta, por entre vários conflitos políticos e perturbações sociais.

Entre 1812 e 1826, a demorada retoma de actividade após as invasões napoleónicas (1807-1810) e os fortes entraves britânicos ao desenvolvimento industrial resultaram na revolução burguesa de 1820, como reacção à situação caótica da indústria e da agricultura e à estagnação do comércio. Esta revolução que teve origem na cidade do Porto considerada a cidade mais industrializada do país (mesmo com uma indústria ainda bastante artesanal), onde os comerciantes se impuseram contra o tratado assinado entre Portugal e Inglaterra que permitia a abertura dos portos brasileiros (pertencentes a Portugal) ao comércio internacional inglês.

REVOLUÇÃO BURGUESA 1820

Para além desta primeira revolução burguesa, a vitória liberal na guerra civil de 1832/34 fez com que o domínio burguês se sobrepusesse ao aristocrata e, vastas extensões de terrenos, urbanos e rurais, propriedades pertencentes à nobreza absolutista e a ordens religiosas derrotadas, depois de expropriados ou vendidos em hasta pública, passassem para a burguesia.

DOMÍNIO BURGUESES VS ARISTOCRACIA

Esta nova burguesia fundiária pouco interessada no desenvolvimento e necessidades da agricultura arrendava os terrenos por curtos períodos e elevados custos, facilitando a crise nas zonas rurais e consequente emigração para a cidade.

Ainda, as reformas legislativas que aboliram o sistema de morgadio, estabelecidas por Mouzinho da Silveira, ministro das Finanças e da Justiça em 1832 e 1833, com o objectivo de reestruturar a economia portuguesa após a independência do Brasil em 1822, tiveram um efeito diferente do pretendido. O "liberalismo económico verdadeiramente criador e produtor" é substituído pelo "capitalismo dos empresários industriais e agrícolas (...) dos recebedores de rendas, o dos simples agiotas, o dos especuladores da bolsa, unido ao sistema do comunitarismo de Estado"²⁶ favorecendo a emergência da referida burguesia.

26. TEIXEIRA, Manuel C., *Op. Cit.*, p.96 e 97.

Ao contrário do resto da Europa, em que esta nova burguesia pretendia redefinir económica, política e socialmente os valores da aristocracia absolutista, em Portugal, presenciou-se a uma absorção dos privilégios e interesses económicos desta última por parte da burguesia fundiária que, rapidamente, adquiriu novos títulos nobiliárquicos, baronatos mantendo os mesmos interesses económicos e sociais, anteriormente dominantes.

INDUSTRIALIZAÇÃO LENTA - SÉC. XIX

Estas razões determinaram o lento processo de industrialização da primeira metade do século XIX. Mas, a estas pode-se juntar a dependência comercial e económica portuguesa nas suas colónias.

Assim, a independência do Brasil, em 1822 e a vitória liberal na guerra civil de 1832-34 poderiam ter alterado esta situação, contudo, nada se modificou e o país continuou a investir nas suas colónias africanas e a desenvolver lentamente a sua indústria.

INTRODUÇÃO DA MÁQUINA A VAPOR

Contudo, em 1835 chega a primeira máquina a vapor a Portugal e assiste-se a um ligeiro aumento dos estabelecimentos industriais e a uma maior utilização da mesma como força motiz. Em 1852, existiam já 70 por todo o país, o que demonstra a aceitação portuguesa pela actualização. Mas, estes valores quando comparados com os de outros países europeus, revelam o baixo nível tecnológico de Portugal: "Em 1838, a indústria britânica, por exemplo, dispunha de 10.000 máquinas a vapor, (...) na Bélgica, um país mais pequeno que Portugal, existiam 1300 máquinas a vapor."²⁷

REGENERAÇÃO - ACOMODAÇÃO ENTRE INDUSTRIAIS E COMERCIANTES

Somente, em 1851, após várias revoluções marcadas pelas posições divergentes no seio da burguesia, cujos interesses se dividiam entre a defesa dos comerciantes ou dos industriais, prejudicando o desenvolvimento industrial do país, é que os governos da Regeneração tentaram lutar pela acomodação mútua entre estas classes médias industriais e comerciais, tentando criar condições para o desenvolvimento da produção e para a formulação de um mercado interno.

Esta relação entre comerciantes e industriais era visível na necessidade que o verdadeiro industrial tinha em conhecer como funcionava o comércio. Porém, algumas vezes, as grandes indústrias eram geridas por comerciantes, que as criavam como extensão da sua actividade principal sendo perceptível que, embora houvesse uma facilidade de interligação e gestão entre ambas as actividades, existia um predomínio das actividades comerciais sobre as industriais.

No Porto, a situação descrita anteriormente fazia-se sentir com clareza. "O artífice e o manufactor encontravam-se nos degraus mais baixos da escala social. O industrial situava-se no seguinte. A partir daí, a promoção social podia conseguir-se através da aquisição de propriedade ou do envolvimento em negócios imobiliários. Isto tornava-os aos seus próprios olhos, proprietários, mesmo que tal não significasse mais do que a simples posse de uma ou duas ilhas. Outro meio de promoção social, se os recursos financeiros o permitissem, era atravessar a fluida fronteira entre indústria e comércio e tornar-se comerciante. Melhor ainda, se os recursos acumulados fossem realmente

27. GROS, Marielle, *Op Cit.*, p.88.

importantes, podiam tornar-se capitalistas (...) Comerciante, proprietário e capitalista eram, de facto, as três principais categorias da burguesia do Porto. (...) Após este estádio, vinha o título nobiliárquico, comprado com dinheiro sonante – barão, conde ou visconde, com que se atingia os últimos degraus da escala social.”²⁸

Em suma, a sociedade portuense do século XIX continuou a viver dominada por símbolos e valores que esta burguesia, sem identidade, necessitou de criar para se superiorizar e, somente, na década de 1850, com a união dos vários estratos da burguesia é que se deu início ao verdadeiro desenvolvimento industrial.

1850 - INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Ainda, o ultimato inglês (1880), a revolta republicana (1891), e a implantação do regime republicano (1910) foram essenciais para as modificações estruturais no sector industrial. Estes acontecimentos permitiram avanços tecnológicos, o desenvolvimento e a expansão económica de algumas indústrias de base e, também, dos sectores fundamentais para o processo de industrialização e do consequente desgaste da manufactura artesanal.

Assim, pode-se afirmar que este período foi portador de acontecimentos políticos e transformações sociais muito significativos para a estrutura social do país e que, reconhecendo a sua importância e identidade, os industriais burgueses afastaram-se dos valores da aristocracia e entraram no século XX assumindo a sua importância económica, social e cultural.

28. TEIXEIRA, Manuel C., *Op. Cit.*, p.101.

2.2.1. O OPERARIADO

ÊXODO RURAL:
INDÚSTRIA POUCO DESENVOLVIDA

No século XIX, iniciaram-se os processos de industrialização nas cidades e, juntamente com o estado ruinoso da agricultura, as povoações rurais iniciam a sua emigração à procura de condições de subsistência.

A cidade não era capaz de lhes oferecer as condições de vida tão desejadas pois o baixo desenvolvimento industrial não permitia a aceitação de todos os trabalhadores disponíveis, tal como não lhes assegurava um bom salário, o que resultava na impossibilidade de lhes conceder dignas condições de vida.

Contudo, é possível verificar que segundo o inquérito à emigração, e com base em dados fornecidos pelo Governo Civil do Porto, entre 1861 e 1871, não havia falta de emprego na cidade. "Passando (...) aos officiaes das diversas profissões não encontrámos que o trabalho lhes falta, antes vemos desenvolver principalmente, nas cidades, aperfeiçoamentos notáveis nas edificações antigas e construir habitações novas em larga escala."Pode-se, ainda, verificar uma "diminuição no preço das subsistências das classes operarias e augmento nos salários". Para concluir, este inquérito indica que "é por isso de todos reconhecido que as condições de existência dos trabalhadores e o bem estar geral têm sensivelmente melhorado nos últimos dez annos, apesar da alimentação das classes operarias ser má e pouco reparadora das forças que o trabalho esgota, pois os vegetaes constituem a sua base."²⁹

Assim, e presentes as datas do referido inquérito, pode-se concluir que as políticas da Regeneração trouxeram algumas melhorias nas condições de vida dos trabalhadores.

OPERARIADO-MÁ QUALIDADE DE VIDA

Contudo, a partir da década de 70, a especulação imobiliária fez aumentar as rendas e, a partir de 1880, com o capital investido e concentrado na indústria, com o aumento de maquinaria e, também, com o crescente número de mulheres e crianças a trabalharem nas fábricas, viram-se diminuir os salários, aumentar o preço dos alimentos, do vestuário e da habitação, situação que, na viragem do século, tornava a vida dos operários muito pouco qualificada.

Em suma, as famílias operárias do Porto, viram-se obrigadas a viver em casas sobrelotadas, sem as mínimas condições de salubridade e higiene e a manter uma alimentação muito deficiente e insuficiente para o desgaste do dia de trabalho. Quanto aos operários que viviam "nos subúrbios ou na zona semi-rural, (...) a vida é favorecida por menor custo de rendas e outras circunstancias favoráveis"³⁰, como, por exemplo, recorrer ao cultivo de alimentos em pequenas hortas de consumo caseiro, reduzindo os custos alimentares ao contrário do que se passava com os operários que habitavam na cidade que se viam obrigados a consumir os preços estipulados e inflacionados, que os levava viver numa enorme pobreza quer a nível habitacional, como moral e social.

29. Inquérito à emigração e dados fornecidos pelo Governo Civil do Porto, entre 1861 e 1871 - informação recolhida na pesquisa na Divisão de Património Cultural, da C. M. Porto.

30. Bernardino Vareta citado em TEIXEIRA, Manuel C., *Op. Cit.*, p.107.

2.3. ENQUADRAMENTO URBANO

O desenvolvimento industrial da cidade do Porto permitiu e influenciou a expansão da mesma. As Indústrias surgiam e cresciam fora do núcleo central e com elas desenvolviam-se, também, as novas vias.

Esta expansão, não só veio dotar a cidade de novos arruamentos como de novas edificações, as quais foram bastantes influenciadas pelo tipo de habitação anteriormente construído e pelas características do loteamento urbano.

OS ALMADAS: PRINCÍPIOS PARA O
CRESCIMENTO DA CIDADE

Os governos de João de Almada e de seu filho Francisco de Almada e Mendonça, entre 1757 e 1804, foram momentos muito importantes e marcantes para o desenvolvimento urbano do Porto. Estes, sabendo que a cidade era detentora de uma das mais importantes linhas de comércio do país e que a sua riqueza provinha de uma fonte segura: o comércio do vinho do Porto, procuraram desenvolver estratégias de actuação e estabelecer as principais estruturas viárias e habitacionais para o futuro crescimento da cidade.

Assim, tiveram como objectivos iniciar a construção de novas zonas residenciais para a burguesia no exterior do núcleo medieval da cidade procurando, para isso, estabelecer as novas linhas de expansão da mesma, de forma a conseguir interligar o centro com estes novos bairros.

Nesse momento, projectaram-se quatro grandes eixos, destinados a suportar o futuro crescimento urbano: a Rua do Almada (1762-64), a Rua de Stª Catarina (1774), a Rua Direita de Stº Ildefonso (1778) e a Rua de Cedofeita (1782).

Para além do plano de extensão da cidade e o seu crescimento viário foram também realizados alguns projectos ao nível do edificado. Tendo em conta as características próprias deste centro urbano, os projectos propostos influenciavam-se no loteamento irregular e na variedade de dimensões existentes planimétrica e altimetricamente nos lotes portuenses, procurando criar um conjunto coerente, de fachadas uniformes. Contudo, esse projecto de fachadas uniformes escondia todos os diversos fragmentos que existiam para além da fachada pois, os interiores dos diferentes lotes eram explorados segundo as necessidades e interesses dos seus proprietários.

Analisando a planta Redonda de George Balck, de 1813 (Fig.15) que expõe os objectivos e a escala das intervenções da proposta dos Almada para a cidade, são visíveis a existência de um núcleo medieval central e as principais extensões desse núcleo.

Ainda, nas ruas abertas pelos Almada, podem observar-se vastas extensões de terrenos, ainda, por construir. Contudo surge "uma única urbanização nova na cidade que não fora da obra sua. Tratava-se do Casal do Pombal, na zona ocidental da cidade, o primeiro desenvolvimento urbano de grande escala realizado no Porto pela iniciativa privada no século XIX. O plano deste novo desenvolvimento, que cobria uma área de cerca de 24 hectares, foi apresentado às autoridades municipais, para aprovação, em Agosto de 1805. Definia o traçado conjunto das ruas a construir e, ainda, os alçados de conjunto a que os novos edifícios tinham de obedecer. O traçado viário com-



15. PLANTA DA CIDADE DO PORTO
GEORGE BALCK, 1813

WWW.IMAGES.GOOGLE.PT



16. PLANTA DE PERRY VIDAL
PORTO, 1844

WWW.IMAGES.GOOGLE.PT

punha-se de duas ruas que começavam na Rua de Cedofeita – Rua do Príncipe e Rua do Breyner – e outras duas perpendiculares a estas – Rua do Pombal e Rua do Rosário. Juntamente com as ruas limítrofes, formavam oito quarteirões de diferentes formas e dimensões, que o promotor Jerónimo Pereira Leite começou a dividir em lotes com 5,5 metros de largura. Ao longo dos anos seguintes, os lotes individuais foram aforados e edificados com habitações unifamiliares para a classe média.³¹

Contudo, o baixo desenvolvimento económico deste período, juntamente com as invasões francesas (1807-13) não permitiu que estas expectativas fossem cumpridas, dando resultado a vastas extensões de terreno por urbanizar, as quais se estenderam por todo o século XIX. Mas, é importante referir que todos os princípios projectuais e arquitectónicos iniciados pelos Almada permitiram que se desencadeasse o processo de expansão da cidade para além muralhas nos séculos seguintes.

UNIDADE VS DISPARIDADE PROJECTUAL

Com a revolução de 1820, a nova burguesia domina a cidade e de forma despreocupada actua livre e individualmente na ocupação dos lotes que compunham as ruas. Assim a ideia de unidade que estava presente no projecto do século XVIII, é, durante o século XIX, quebrada pela disparidade de projectos individuais resultantes da simples adição de lotes individualmente desenvolvidos.

Analisando a planta de Perry Vidal, de 1844 (Fig. 16), e comparando-a com a planta de George Balck, de 1813, confirmam-se as reduzidas alterações ao traçado da cidade. Mas, importa salientar que as reduzidas alterações anteriormente referidas devem-se, também, à Guerra Civil (1832-34) que gerou alguma estagnação ao nível urbano, tendo sido, nesse período, construído um número reduzido de ruas.

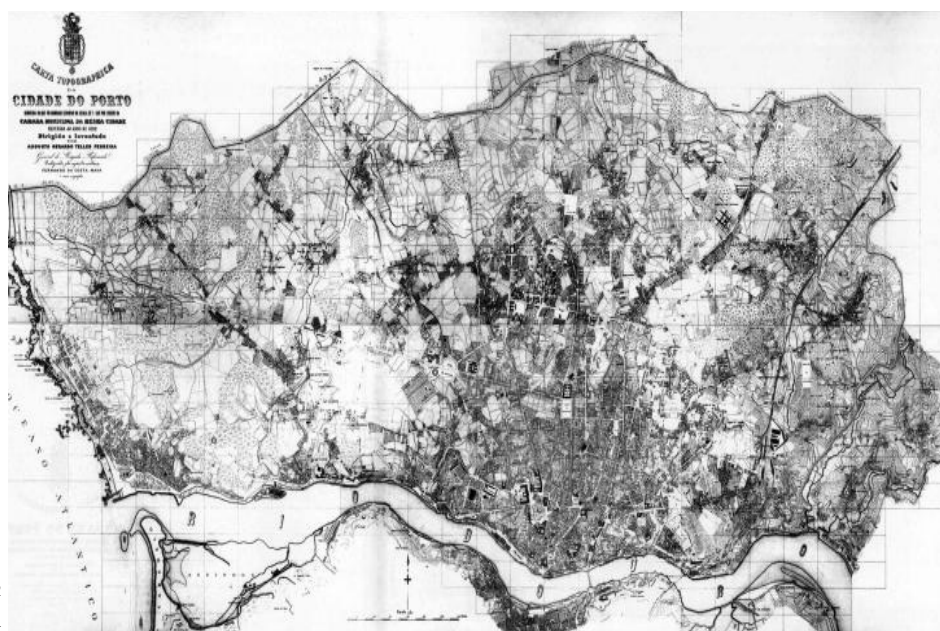
AUMENTO POULACIONAL - 1838/64
CENTRO MEDIEVAL SOBRELOTADO

Contudo, os censos da população, entre 1838 e 1864, declaram que, nestes anos a cidade do Porto cresceu 46%, o que deveria corresponder a um crescimento do território portuense que dever-se-ia reflectir nestas plantas. Mas, esta situação de aumento repentino de população (devido à emigração rural com destino à cidade) não teve reflexo territorial pois, de uma maneira geral, esta população veio sobreocupar o núcleo medieval da cidade.

Foi, a burguesia fundiária, ligada à construção especulativa e com o intuito de aumentar os seus lucros, perante o crescimento demográfico, que não deixou de procurar regras construtivas e modelos arquitectónicos que permitissem uma construção rápida e eficaz no interior dos seus lotes, para os arrendar às novas populações.

Para isso, utilizou o lote estreito com, aproximadamente, 5,5 metros de largura e com um comprimento variável, dependendo da profundidade do quarteirão em que se desenvolvia.

31. TEIXEIRA, Manuel C., *Op. Cit.*, p.110.



17. PLANTA DO PORTO, 1892

WWW.IMAGES.GOOGLE.PT

Estes lotes estreitos permitiam um aumento do número de edifícios a desenvolver numa determinada frente de rua. Em relação aos custos de construção, estes reduziam-se fosse adoptado o sistema construtivo utilizado na época na cidade, em que a largura correspondia ao máximo vão que uma viga de madeira conseguia vencer, estando esta apoiada nas paredes laterais dos lotes, as chamadas paredes-mestras que pela sua espessura, a maioria das vezes, eram paredes de meação e eram utilizadas em dois lotes distintos. Assim, por ser uma técnica simples, os mestres-de-obras aprendiam rapidamente e podiam aplicar por toda a cidade utilizando-a como base de toda a construção.

E foi, somente, com as políticas da Regeneração que se iniciou o lento processo de industrialização da cidade e, nos anos 80, a situação se começou a evidenciar no crescimento do território portuense, como se pode verificar na planta da cidade de 1892 (Fig. 17). EXPANSÃO TERRITORIAL

Esse crescimento foi resultado do aumento da actividade camarária no sector das obras públicas, da iniciativa privada no campo imobiliário e dos 31% de aumento da população que se fez sentir entre 1878 e 1890.

Foi, também, no período em questão, que se desenvolveram as novas freguesias na cidade do Porto. As freguesias periféricas como Paranhos, Bonfim e Campanhã duplicaram a sua população e, a construção da ponte de D. Maria Pia (1877) sobre o rio Douro, permitiu que a linha-férrea de Lisboa chegasse ao Porto possibilitando, também que a freguesia de Campanhã rapidamente se tornasse na zona industrial mais importante da cidade e que nela se viessem a construir o maior número de habitações para operários.

É importante referir, ainda, a construção da ponte de D. Luís I, em 1886, com dois tabuleiros a diferentes níveis que desencadeou o descongestionamento do centro da cidade, da zona ribeirinha para a zona alta, e fê-la desenvolver-se também para norte, como planeavam os Almada.

Para além destes factos, o desenvolvimento dos transportes públicos urbanos a partir de 1872 levaria ao desenvolvimento de novas vias e áreas habitacionais para a zona mais alta da cidade, a norte, e também para poente, preenchendo os espaços vazios entre os eixos traçados pelos Almada.

As referidas alterações da cidade contribuíram, com mais de dois terços para o crescimento total da população do Porto entre 1878 e 1890.³²

Conclui-se, através da análise das plantas, que o crescimento da cidade não foi contínuo e que o seu desenvolvimento terá sido reflexo das grandes transformações decorridas durante o século XIX.

Assim, determina-se que o referido século se terá dividido em "duas partes: a primeira metade é, de certo modo, uma época de agitação e de convulsões; já a segunda metade pode considerar-se mesmo uma época de acalmia. E a "forma" que a cidade vai tomando é naturalmente também um reflexo desses acontecimentos."³³

32. Informação recolhida no livro TEIXEIRA, Manuel C., *Op. Cit.*, p.112.

33. LOPES, Nuno Valentim Rodrigues, *Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e Início do Século XX - Do Restauro à Selecção Exigencial de uma Nova Caixilharia: o Estudo do Caso da Habitação Corrente Portuense*, Porto, Dezembro de 2006, p. 7.

2.4. ENQUADRAMENTO ARQUITECTÓNICO

Perante um período de grande desenvolvimento industrial e de uma consequente afluência da população às principais cidades, em Portugal, como nos outros países da Europa, assistiu-se a uma crise social e política que se reflectiu na literatura, na pintura e também na arquitectura.

O intenso debate político entre a monarquia e o emergente Partido Republicano, juntamente com o crescimento de uma burguesia capitalista e de um operariado cada vez mais organizado, marcaram aquele período em que a população das cidades aumentava e havia necessidade da sua expansão.

Assim, em toda a Europa, na passagem do século XIX para o século XX, iniciaram-se os grandes projectos para as avenidas novas. Em Portugal, o seu desenvolvimento foi proveniente da necessidade de criar uma imagem simbólica para as cidades. Tanto em Lisboa como no Porto, estas avenidas surgiram "numa rede ortogonal de referência haussmanniana adaptada a pré-existências e às dimensões restritas da própria urbe (...)"³⁴. As cidades aumentaram mantendo, nos seus centros, os bairros tradicionais, no entanto, para todas elas foram pensadas as novas redes de infra-estruturas, requisitos da nova civilização - canalizações de água e de esgotos, redes de electricidade, carris dos eléctricos e, também, os espaços verdes e o arvoredo higienista. Assim, estas novas avenidas permitiram o desenvolvimento de um loteamento generoso o qual seria utilizado na construção de habitações para a alta burguesia.

NOVAS CIDADES INDUSTRIALIZADAS

Contudo, havia na sociedade Portuguesa deste período um confronto de opiniões típico do contexto cultural problemático que se vivia no país.

A burguesia mercantil e financeira, defendia o progresso, um Portugal mais monumental onde a industrialização se anunciasse juntamente com a introdução de símbolos e sedes do poder, como arcos triunfais, as grandes avenidas, etc. Por outro lado, entre as elites cultas pensava-se numa valorização histórica da cidade. Uma nostalgia que pretendia o estudo dos bairros medievais, das suas vielas e do seu loteamento, enaltecendo o passado e desprezando o presente, preocupando-se com a perda dos valores da identidade nacional.

BURGUESIA VS ELITES CULTAS
PROGRESSO VS HISTÓRIA NACIONAL

Esta crise que se desenvolvia à escala urbana, reflexo da crise social, política e cultural repercutiu-se, naturalmente, à escala do edifício e da linguagem a utilizar nos projectos de arquitectura deste período.

CRISE CULTURAL E ARQUITECTÓNICA

O ensino desenvolvido nas escolas de Belas-Artes do país era o francês, e os arquitectos portugueses de finais do século XIX aprendiam, uma visão da arquitectura como

34. SILVA, Raquel Henriques da, A "Casa Portuguesa" e os Novos Programas 1990-1920, in catálogo publicado por ocasião da exposição *Arquitectura do Século XX: Portugal*, Deutsches Architektur-Museum, Frankfurt am Main (11 de Outubro- 4 de Janeiro de 1998), Centro Cultural de Belém, Lisboa (Junho - Setembro de 1998), p.15.

uma das belas-artes, onde a fachada do edifício era desenhada através de um gosto simbólico que lhe atribuía um enorme carácter cénico e decorativo.

Em contrapartida, o controverso período em que se vivia despoletava o interesse dos arquitectos pela história da arquitectura, e, estes mesmos, procuravam conhecer o passado português procurando criar uma nova linguagem que valorizasse o país.

Surgem, nessa altura, os revivalismos históricos, inicialmente com recorrência ao manuelino, procurando enfatizar a grandeza de Portugal no contexto europeu, e mais tarde, ao românico, pretendendo anunciar o verdadeiro estilo nacional, pobre e rural.

A LINHA CULTURALISTA (RAUL LINO) E A
LINHA PROGRESSISTA (VENTURA TERRA)

Assim, e perante tão diferentes visões para a arquitectura deste novo Portugal europeu, destacam-se duas linhas de representação da arquitectura Portuguesa, que Pedro Vieira de Almeida, no seu texto *Arquitectura e Poder* presente no catálogo publicado por ocasião da exposição *Arquitectura do Século XX: Portugal*, Centro Cultural de Belém, Lisboa (Junho - Setembro de 1998) Prestel München, New York, 1998, p.93, faz referência: a linha culturalista da arquitectura moderna portuguesa, representada por Raul Lino, e a linha progressista representada por Ventura Terra.

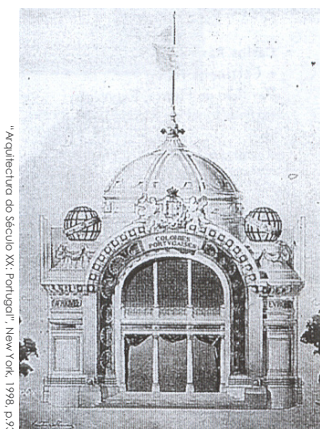
PAVILHÃO PORTUGUÊS NA EXPOSIÇÃO
INTERNACIONAL DE PARIS, 1900

Estas diferentes visões da linguagem arquitectónica a utilizar neste período, são bastante visíveis nas respostas dos referidos arquitectos ao concurso para o pavilhão português na Exposição Internacional de Paris, em 1900 (Fig. 18 e 19).

Sabemos que as respostas dos autores defendem diferentes visões da arquitectura portuguesa no estrangeiro e que o facto de, o concurso, ter sido vencido por Ventura Terra, demonstra a vontade de progresso e modernidade que o país pretendia.

Contudo, o projecto de Ventura Terra, que estudou em Paris nas Beux-Arts, transmitia uma nítida vontade de atribuir a Portugal um estilo que não era seu e que evidenciava o gosto pela linguagem da arquitectura francesa. Ao contrário do Projecto de Lino que apresentava uma linguagem académica, historicista e eclética, talvez mais representativa da arquitectura portuguesa.

Assim, ainda segundo Pedro Vieira de Almeida, "a proposta de Ventura Terra podemos hoje vê-la como demasiado sujeita a importados figurinos parisienses e se por um lado correspondia melhor - evidentemente que através de uma proposta qualificada - a uma imagem de articulação com o que se estava a ver lá por fora, por outro resultava culturalmente subsidiária, assumindo-se nessa sua característica, enquanto tal, na procurada semelhança sintáctica com conhecidos pavilhões de feiras parisienses anteriores. [...] Mas o trabalho de Raul Lino, vemos também agora, demonstrava, com todos os enganos possíveis de formalização concreta, a possibilidade-necessidade de afirmação autónoma da arquitectura portuguesa, conscientemente articulada com a história, a sua história, e nesse aspecto talvez, ainda que na sua ambiguidade formal, fosse de concepção mais exigente, mais moderna. (...) sendo um arquitecto que se soube afirmar".³⁵



18. VENTURA TERRA - PROJECTO PARA O CONCURSO DO PAVILHÃO DE PORTUGAL, EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS, 1900



19. RAUL LINO - PROJECTO PARA O CONCURSO DO PAVILHÃO DE PORTUGAL, EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS, 1900

35. ALMEIDA, Pedro Vieira de, *Arquitectura e Poder*, in catálogo publicado por ocasião da exposição *Arquitectura do Século XX: Portugal*, Deutsches Architektur-Museum, Frankfurt am Main (11 de Outubro - 4 de Janeiro de 1998), Centro Cultural de Belém, Lisboa (Junho - Setembro de 1998), p.93 e 94.

A proposta de Ventura Terra apresentava a linguagem arquitectónica mais utilizada no país, naquele período. Os arquitectos como Marques da Silva, Norte Júnior, Álvaro Machado, Miguel Nogueira, entre outros, eram, também, amantes do estilo francês. Esta linguagem era por eles mais utilizada nos projectos para equipamentos colectivos públicos ou privados, pois nestes edifícios podiam desenvolver com mais entusiasmo esta linha progressista, monumental e integrada no processo de industrialização.

LINGUAGEM PROGRESSISTA - TAMBÉM UTILIZADA POR OUTROS ARQUITECTOS

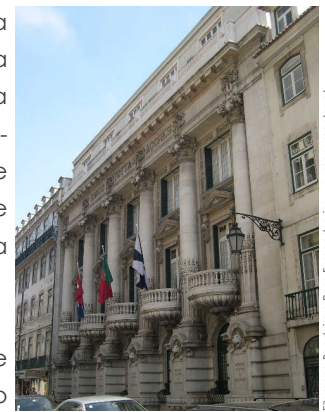
Foi neste estilo progressista que Ventura Terra, realizou as suas mais importantes obras. Trabalhou fundamentalmente em Lisboa, dotando a capital de edifícios ecléticos que, exteriormente, recorrem à "sintaxe do classicismo, na integração do edifício com a cidade"³⁶ e que, interiormente, procuram atender às novas exigências funcionalistas, segundo "uma estética de operacionalização programática".³⁷

VENTURA TERRA - LISBOA



20. LICEU PEDRO NUNES, LISBOA, VENTURA TERRA

O seu contributo à cidade teve início com a Reconstrução do Palácio Cortes (1896), mas foi com os projectos para os Liceus Pedro Nunes (1906) - Fig. 20, Camões (1907) e Maria Amália (1907) que tornou a sua linguagem arquitectónica mais próxima daquilo que desenvolveu na cidade. Assim, realizou, ainda, a primeira sinagoga moderna da cidade (1905), a Maternidade Alfredo da Costa (1907), o Cinema Politeama (1912/13), e o Banco Totta & Açores (1906) - Fig. 21, projectos que evidenciam a sua versatilidade projectual e uma consciencialização do mesmo face ao interesse pela clarificação programática do interior dos edifícios, um factor que poderá ser indicador de uma vontade de iniciar um processo de transição para a arquitectura moderna, que se começava a desenvolver na Europa.



21. BANCO TOTTA & AÇORES, LISBOA, V. TERRA

Para além de Ventura Terra, o arquitecto José Marques da Silva teve igual destaque na elaboração de projectos para edifícios públicos sendo o seu percurso efectuado na cidade do Porto.

JOSÉ MARQUES DA SILVA - PORTO

Como os restantes arquitectos, anteriormente citados, Marques da Silva desenvolveu uma série de projectos nos quais, após uma análise sequencial, se pode verificar a inicial utilização de uma linguagem revivalista classizante com a adequação de materiais industriais, como o ferro e o vidro, sendo disso exemplo a Estação de São Bento (1900) - Fig. 22 - até à utilização dos novos materiais (betão) e do desenho do interior submetido a uma lógica de ordenação modular, visível no projecto para os Armazéns Nascimento (1914) - Fig. 23, que permite o início da questionalização do ecletismo classicista e que o aproximam da arquitectura moderna.



22. ESTAÇÃO DE S. BENTO, PORTO, M. DA SILVA

Embora nos projectos para equipamentos colectivos estes arquitectos tenham conseguido expor e explorar a sua aptidão para uma linguagem arquitectónica ligada à arquitectura francesa de visão progressista e inovadora, nos edifícios de menor escala, os edifícios de habitação unifamiliar, a linguagem arquitectónica escolhida pôs



23. ARMAZÉNS NASCIMENTO, PORTO, M. DA SILVA

36. SILVA, Raquel Henriques da, Op. Cit., p.20.

37. Idem, p.21.

de lado a monumentalidade, a vontade de progresso e a tentativa de integração de Portugal no contexto internacional, sendo nesta escala reconhecido um maior reflexo dos hábitos portugueses.

RAUL LINO - APOIADO PELAS ELITES

Como referido anteriormente, o projecto cenográfico de influência francesa de Ventura Terra permitiu que, o mesmo, ganhasse o concurso para o pavilhão português na Exposição Internacional de Paris, contudo, o projecto de linha culturista desenvolvido por Raul Lino permitiu-lhe um rápido reconhecimento entre as elites que rapidamente recorreram a este arquitecto para o desenvolvimento das suas casas.

A "CASA PORTUGUESA"

Raul Lino, reconhecido pelo seu inovador e consistente paradigma: "casa portuguesa", "uma manifestação arquitectónica anti-moderna, de cariz conservador e, acima de tudo, enfeudada a um precário e preconceituoso nacionalismo"³⁸ iniciou a sua actividade como arquitecto procurando combater, não só a moda da recriação dos "chateau" franceses como, também, tentou lutar contra a arquitectura revivalista portuguesa, de fraca qualidade, desenvolvida de forma decadente pelos arquitectos portugueses.

Assim, desenvolveu uma linguagem onde procurou valorizar o respeito pela história/tradição, com a preocupação pela integração dos seus edifícios na paisagem natural, desenvolvendo um conjunto de caracteres que considerava decisivos para a produção da arquitectura moderna, portuguesa ou internacional.



24. CASA MONSALVAT, MONTE ESTORIL, RAUL LINO

Numa procura de sintonia entre a cultura e a natureza, Lino propunha a construção de habitação que revelasse os "valores de um habitar nacional: hospitalidade, privacidade, intimidade, modéstia, decoro, simplicidade. E sugeria a utilização de elementos arquitectónicos e decorativos que entendia serem tipicamente portugueses: beirais, alpendres, azulejos, cantaria, caiação. (...). Com tudo isto, pretendia articular tradição e modernidade, história e natureza, na constituição de uma espécie de ética do habitar."³⁹



25. CASA DA COMENDA, SETÚBAL, RAUL LINO

Nas casas realizadas por este autor, como por exemplo a casa Monsalvat, no monte Estoril (1901) - Fig. 24, a casa da Comenda, próxima de Setúbal (1909) - Fig. 25 - e a Casa do Cipreste, em Sintra (1907-1913, para habitação própria) são, visíveis as suas orientações de pensamento próximas das raízes e do desenvolvimento dominante do espírito *Arts and Crafts*, no qual foi formado. Nas suas casas defende a utilização dos materiais tradicionais - a madeira, a terracota, a cal, o ferro forjado, o azulejo, com o objectivo de que, sem deixarem de ser decorativos e recuperando os seus modos de fazer tradicionais, se transformem em elementos funcionais.

Para além destas características importantes e inerentes aos projectos de Lino, é importante referir que este arquitecto procurava sempre interpretar as vivências individuais e colectivas das casas que realizava atentando, para isso, no desenho da planta, procurando desenvolver "uma espécie de circuito de progressiva revelação".⁴⁰

38. RIBEIRO, Irene, *Raul Lino Revisitado: Memórias de uma Arquitectura "Arte Nova" Portuguesa*, in http://www.apha.pt/boletim/boletim2/pdf/Irene_Ribeiro_Texto2.pdf, p.3.

39. Idem, p.21.

40. SILVA, Raquel Henriques da, *Op. Cit.*, p.17.

Como Raul Lino, também Ventura Terra e Marques da Silva realizaram projectos de habitação unifamiliar e é neste tipo de projectos que se conseguem identificar convergências entre os pressupostos destes arquitectos.

Seguindo a informação descrita no texto A “Casa Portuguesa” e os novos Programas, 1900 - 1920 de Raquel Henriques da Silva, presente no catálogo para a exposição *Arquitectura do Século XX*, Ventura Terra, em 1905, na agora designada Avenida da República em Lisboa, projectou a Casa da Viscondessa de Valmor (Fig. 26), que embora com influências da gramática compositiva classicizante e afastado das ideologias da “casa portuguesa”, demonstra, também, a preocupação da inserção da casa na envolvente, recorre à utilização de materiais tradicionais - a pedra, o ferro forjado, os azulejos decorativos, centra-se na planta como elemento organizador de toda a composição e entende a decoração como componente do projecto.

CONVERGÊNCIAS PROJECTUAIS ENTRE
TERRA E LINO - HABITAÇÃO



26. CASA VISCONDESSA VALMOR, LISBOA,
VENTURA TERRA

Ambos os arquitectos se encontram, um através da sua linha culturista, outro da sua linha progressista, abertos à reflexão sobre as necessidades da casa moderna.

REFLEXÃO SOBRE ARQ. MODERNA

E tal como Ventura Terra se pronunciou sobre esta preocupação, diferenciando-se de Lino pela integração dos seus edifícios na cidade e pela compreensão das necessidades da nova urbe moderna, Marques da Silva, também realizou, seguindo esta mesma linha de pensamento, projectos de habitação, no Porto, criando, também, uma arquitectura interveniente, funcional e simbólica, que rapidamente se difundiu e encontrou inúmeros discípulos.

Por sua vez e por ter uma posição elitista, Lino que com o seu “carácter nacionalista e retrógrado”⁴¹ nunca compreendeu a cidade moderna, não teve nem colegas, nem discípulos.

E foi sobre cenário, em que a arquitectura tradicional se viu confrontada com o aparecimento dos materiais novos e com o crescimento das cidades, que se iniciou o processo de modernização da arquitectura portuguesa.

A primeira geração de arquitectos modernos, é influenciada pela linguagem arquitectónica progressista apresentada por Ventura Terra e Marques da Silva, tendo, ainda, como base a valorização da cultura portuguesa de Raul Lino.⁴²

O MODERNISMO PORTUGUÊS

Repleta de indecisões e sobressaltos, a arquitectura modernista desenvolve-se em Portugal nos anos 20 e 30 e não corresponde a um movimento organizado, mas a uma expressão de arquitectos que tiveram na sua base duas linhas de pensamento, a nacionalista e a internacional.

41. CALDAS, João Vieira, *Cinco Entremeios sobre o Ambíguo Modernismo*, in catálogo publicado por ocasião da exposição *Arquitectura do Século XX: Portugal*, Deutsches Architektur-Museum, Frankfurt am Main (11 de Outubro- 4 de Janeiro de 1998), Centro Cultural de Belém, Lisboa (Junho - Setembro de 1998), p.25.

42. “ [...] ecléticos por formação, ligados ao clima de exaltação nacionalista e interessados na modernidade, produzirão em paralelo obras que podem filiar nas raízes históricas evocadas na “Casa Portuguesa” e obras que adoptam diversos figurinos importados, como o futurismo, o expressionismo ou o racionalismo” - FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso. Arquitectura portuguesa 1930/1974* (1985), 2ª ed., Porto: FAUP, 1988, p.12.

A formação destes arquitectos foi eclética e fortemente influenciada por José Luís Monteiro e Marques da Silva, professores nas escolas de Lisboa e do Porto, respectivamente.

Assim, estes arquitectos modernistas: Cristino da Silva (1896-1976), Carlos Ramos (1897-1969), Pardal Monteiro (1897-1957), Cottinelli Telmo (1897-1948), Cassiano Branco (1897-1970), Jorge Segurado (1898-1990) e Rogério Azevedo (1898-1983), "nasceram, pois, quase órfãos" e "as revistas terão contribuído para o conhecimento que foram tendo da arquitectura europeia."⁴³

Portanto, sem meios para produzir uma reflexão teórica e sem uma fundamentação ideológica consistente, "os arquitectos desta geração continuaram a trabalhar, simultaneamente, em projectos de expressão modernista e internacional e em projectos de expressão nacionalista".⁴⁴ Contudo, a produção que estes arquitectos desenvolveram veio, mesmo perante a sua fragilidade teórica servir os intuitos do Estado Novo, pois apresentava uma linguagem monumental, e ao mesmo tempo racional e simétrica que rapidamente agradou este regime político.

Em suma, o modernismo português, com as suas características próprias e desenvolvendo-se construtiva, conceptual, estrutural e volumetricamente, não passou de uma aproximação sumária ao modelo da produção internacional.

43. CALDAS, João Vieira, *Op. Cit.*, p.24.

44. *Idem*, p.24.

2.4.1. TIPOLOGIAS HABITACIONAIS SOCIAIS - BAIRRO MONTE PEDRAL

Embora, as habitações unifamiliares para as classes sociais elevadas, tenham sido mais divulgadas e representativas deste período, o crescimento demográfico das cidades, na segunda metade do século XIX, obrigou a que a habitação para as classes mais desfavorecidas também se desenvolvesse sendo, contudo, menos divulgada e conhecida.

Estudos recentes de arquitectos e principalmente de sociólogos procuram recolher informação sobre a qualidade de vida das classes mais desfavorecidas daquele período.

Sabe-se que esta classe social se encontrava em plena submersão aos estratos sociais mais elevados, dependendo dos mesmos tanto a nível profissional como a nível habitacional. Os baixos salários determinavam uma muito baixa capacidade financeira para a procura da habitação e, simultaneamente, reduziam a escolha, por parte dos operários, à habitação sem qualidade, promovendo o rápido desenvolvimento das ilhas operárias.

Contudo, a vontade de progresso e a tentativa de integrar Portugal nos conceitos modernistas que se desenvolviam na Europa desencadeou, não só a criação de grandes avenidas definidas por palacetes burgueses, como a construção de habitação salubre para os operários. Assim, procurou-se desenvolver, com base nos conceitos higienistas, habitações operárias com espaços arejados e redes de saneamento de água e esgotos.

Partindo desta problemática, é importante perceber que a cidade não era marcada somente por arquitectura exigente determinada por um estatuto social, por uma classe abastada, que pontuava a cidade de palacetes, mas que o novo século, que transportou os valores revivalistas de Oitocentos agarrados ao historicismo, iniciou também a procura da cidade moderna numa tentativa de resolução dos problemas inerentes à industrialização.

Assim, e tendo presente as necessidades resultantes do aumento da densidade populacional das cidades, alteram-se as tipologias habitacionais passando-se das unidades familiares isoladas para os prédios de andares. "Foi no prédio de rendimento, era aquele que melhor se manifestaram as expectativas abertas pelo crescimento demográfico, a densificação e a extensão da malha urbana."⁴⁵ Assim, esta tipologia vulgarizou-se e multiplicou-se pelas grandes cidades, tendo sido muito desenvolvida por arquitectos como Ventura Terra e Marques da Silva (Fig. 27).

PALACETES BURGUESES

PRÉDIO DE ANDARES



"Marques da Silva - o aluno, o professor, o arquitecto", IM3, fotografia de 1941

45. SILVA, Raquel Henriques da, *Op. Cit.*, p. 18.

27. PRÉDIO NA R. ALEXANDRE BRAGA, FOTOGRAFIA

Segundo Raquel Henriques da Silva no texto *A "Casa Portuguesa" e os novos Programas, 1900 - 1920*, o modelo desenvolvido por estes arquitectos tinha na sua base a criação de edifícios de três pisos em que, em cada um deles, existia um único fogo que naturalmente se destinava a um aluguer abastado.

Desta tipologia habitacional destacava-se a clareza das plantas e a enorme articulação entre o interior e o exterior (efectuado através da colocação e desenho dos vãos), que se aproximava dos modelos que a utilização do betão veio, mais tarde, permitir desenvolver.

A autora faz, ainda, referência, às fachadas que eram projectadas através de uma "distribuição assimétrica dos vãos ao ritmo das balaustradas e dos emolduramentos, ou à cor das gelosias e dos frisos de azulejo"⁴⁶ referenciando a intenção da fachada simbólica, muito utilizada naquele período.



28. PRÉDIO AV. DA REPÚBLICA, 23, LISBOA,
MIGUEL NOGUEIRA JÚNIOR

Este modelo foi adoptado por muitos outros arquitectos que, também, ajudaram na sua promoção pelo país. Essa promoção gerou a criação de uma variante que permitiu que o aluguer fosse, ainda que alto, um pouco mais baixo do adoptado para o modelo anteriormente referido, pois disponibilizava vários fogos distribuídos por cinco ou mais andares (Fig. 28), onde a menor qualidade da planta criava alguns problemas de circulação, arejamento e iluminação.

AS "ILHAS" - CLASSE OPERÁRIA

Contudo, o abastado aluguer promovido neste tipo de habitação, não permitiu o seu acesso a toda a população e as classes mais baixas, na sua generalidade compostas pela população rural que chegava às cidades, em busca de trabalho, tiveram de se voltar para um outro tipo de oferta - as "ilhas" operárias.

"A asfixia demográfica provoca a ultrapassagem da unidade familiar ou do prédio em andares, e, à medida que as indústrias se implantam, ganham corpo as ilhas no seio dos quarteirões, com porta para a rua, "renques de cubículos às vezes sobrepostos em coxia de travesso". (...) Enquistadas no tecido urbano, com todos os seus vícios, sociologicamente um elo de um vaivém social e estratégia imediatista de contabilidades comprometidas com uma indústria relativamente polarizada e ávida de lucros."⁴⁷

Perante essa situação e durante anos foram omitidos, por parte do Estado, todos os problemas que se ligavam com as "ilhas", com a situação dos operários e com o desgaste dos bairros medievais, sendo importante referir que eram raras as iniciativas dedicadas aos estratos não burgueses da população.

46. SILVA, Raquel Henriques da, *Op. Cit.*, p.19.

47. CARDOSO, António in catálogo publicado por ocasião da exposição *J. Marques da Silva Arquitecto 1869 - 1947*, Porto: Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1986, p.16.

Contudo, a construção da Ponte D. Luís I, com início em 1881, "trazia a Correia de Barros, mais que a expectativa gratificante e optimista, a consciência de que "o remédio natural, legítimo e eficaz [...] é progredir". O seu *Plano de Melhoramentos*, apresentado à Câmara Municipal do Porto, em sessão extraordinária de 26 de Setembro de 1881, [...] pretende empreender novos e, porventura, mais largos melhoramentos que o Plano de 65 em parte sugeria, em termos de valorização urbanística da cidade baixa, de Massarelos aos Guindais, quer em termos de higienização geral da cidade quer na construção de bairros operários."⁴⁸

Mas, na década de 90, o Porto, tinha uma densidade demográfica que ultrapassava a Capital e em 1899, os problemas sanitários continuavam a aumentar. Assim, perante essa situação e pela falta de decisões por parte da Câmara, o presidente Correia de Barros pede a demissão do seu cargo.

Foi, nesse momento, que os proprietários de "O Comércio do Porto", com o auxílio do concurso de cidadãos beneméritos, propuseram a criação de um bairro operário com condições higiénicas, pedindo à Câmara que lhes cedesse um terreno oferecendo-lhe, em contrapartida, a administração do bairro, após a sua construção.

BAIRROS / COLÓNIAS OPERÁRIOS

Realizado por Marques da Silva, no Porto nas ruas de Serpa Pinto e Constituição, em 1899 - o bairro Monte Pedral (Fig. 29, 30, 31 e 32), "inspirado em experiências francesas na construção de habitação para operários"⁴⁹ adequou-se a um modesto investimento mas soube, contudo, criar espaços com qualidade, através de uma reflexão sobre a higiene das habitações, nomeadamente as operárias (desprovidas de legislação), procurando criar um novo conjunto de regras que se desenvolvessem como uma nova doutrina.

MONTE PEDRAL – 1º BAIRRO OPERÁRIO

A proposta desenvolvida propõe um esquema de casas unifamiliares independentes, desenvolvidas quatro a quatro, onde, no piso térreo se desenvolvem, uma sala de trabalho, um quarto e uma cozinha dando para um jardim (com WC exterior), no piso superior, mais dois quartos e um sótão sob o tecto e, no subsolo, um quarto de banho.

Neste projecto, é possível perceber que Marques da Silva soube resolver a polaridade subjacente ao projecto de habitação⁵⁰ conseguindo através de um coerente desenho da planta e de uma primeira abordagem à construção da casa com quarto de banho incluído (sendo vanguardista relativamente à lei, que só determinou a sua construção obrigatória em 1951) inovar a "definição do "habitat" social no país".⁵¹



29. BAIRRO MONTE PEDRAL, PORTO

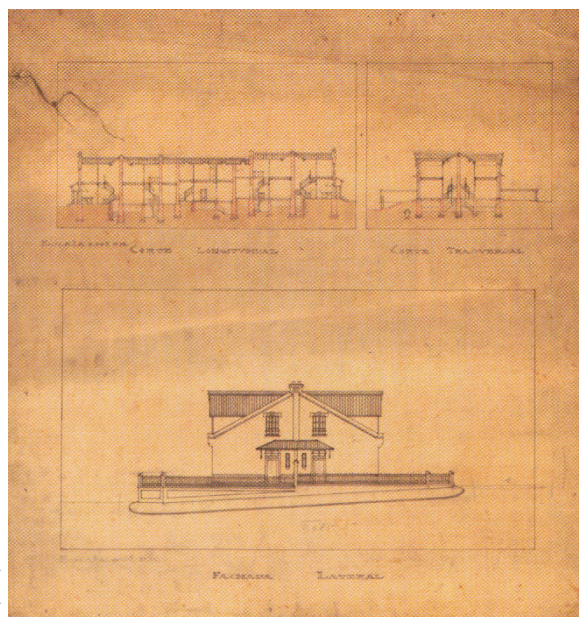
"Marques da Silva - o aluno, o professor e o arquitecto", 2006

48. CARDOSO, António, *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*, 2ª edição, Porto: FAUP publicações, 1997, p.90.

49. CMP, *Habitação Social no Porto - Habitação social até aos anos 60*, Porto: CMP - Pelouro de Habitação, Acção Social e Protecção Civil, 1999.

50. "os diferentes grupos sociais, na sua ética, exigem estruturas de habitar e a hierarquização urbanística e as zonas de aparência provocam soluções diversificadas, desde os prédios mistos de habitação, comércio e serviços (e as suas combinatórias), o palacete, a moradia, a habitação unifamiliar, a quinta, a habitação económica" in CARDOSO, António, *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*, Op. Cit., p.527.

51. FRANÇA, José-Augusto, in catálogo publicado por ocasião da exposição *J. Marques da Silva Arquitecto 1869 - 1947*, Porto: Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1986, p.13.



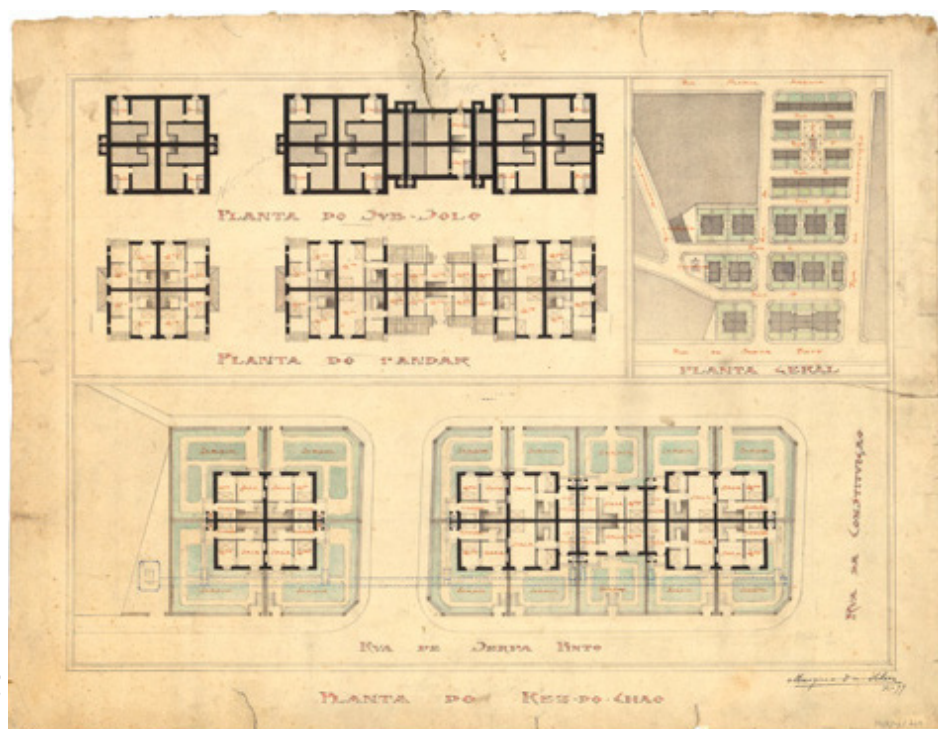
30. "O COMÉRCIO DO PORTO",
PORTO, [1905], FOTOGRAFIA

"MARQUES DA SILVA - O ALUNO, O PROFESSOR, O ARQUITECTO", EXPOSIÇÃO E CATÁLOGO, 2006



31. "O COMÉRCIO DO PORTO",
PORTO, [1905], FOTOGRAFIA

"MARQUES DA SILVA - O ALUNO, O PROFESSOR, O ARQUITECTO", EXPOSIÇÃO E CATÁLOGO, 2006



32. PLANTA DO BAIRRO "O
COMÉRCIO DO PORTO", OUT., 1899

WWW.FIMS.UP.PT

Assim, esta primeira abordagem à tentativa de construção de habitação salubre para operários veio servir de exemplo para a construção de outros bairros ou colónias operárias deste género, dando início ao processo de renovação da habitação operária nas industrializadas cidades portuguesas em desenvolvimento.

Porém, este bairro operário impôs uma "renda de 1\$500 réis por mês, enquanto que noutras partes da cidade uma tal habitação [teria uma renda nunca] inferior a 2\$500 réis"⁵², o que permitiu a sua ocupação por operários, mas, mesmo assim, foram "apenas admitidos empregados, mestres de fábricas e outros que pela sua posição especial poderiam sem sacrifício pagar maior aluguer."⁵³

Em suma, nem esta proposta, nem nenhuma das iniciativas desenvolvidas posteriormente relacionadas com esta tipologia habitacional, impediu que a par da densa ocupação dos bairros históricos, a habitação operária se fosse alargando pela periferia das cidades, em manchas clandestinas que eram a face miserável do progresso industrial."⁵⁴

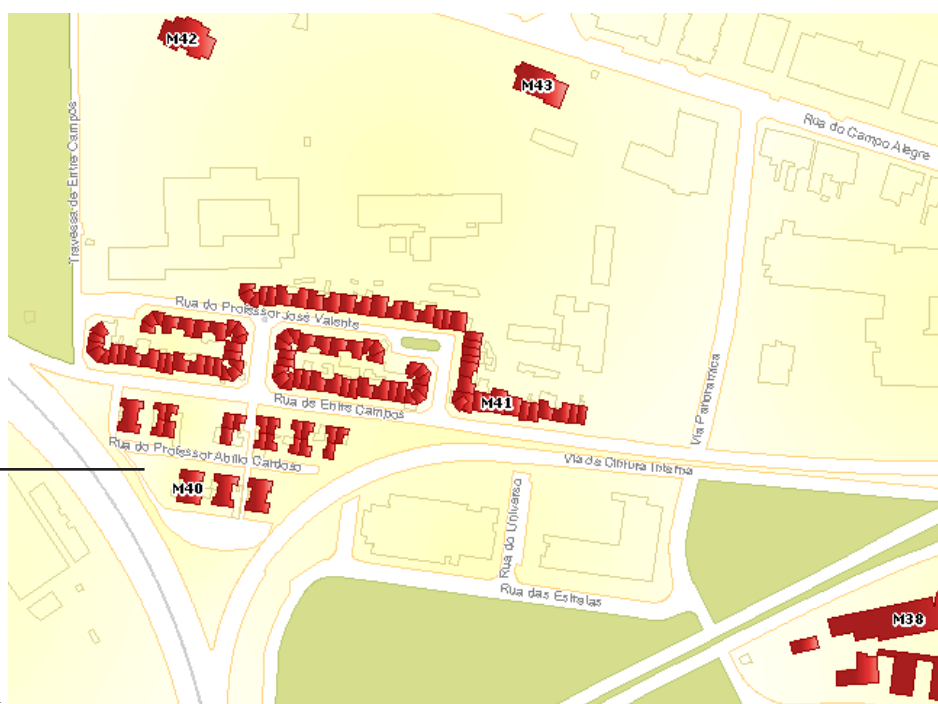
52. MATOS, Fátima Loureiro de, *Op. Cit.*, p.683.

53. CARDOSO, António, *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*, *Op. Cit.*, p.121.

54. SILVA, Raquel Henriques da, *Op. Cit.*, p.20.

- M38 - FAC. ARQUITECTURA DA U.P.
- M41 - BAIRRO SIDÓNIO PAIS
- M42 - ANTIGA FAC. LETRAS DA U.P.
PALACETE BURMESTER
- M43 - CÍRCULO UNIVERSITÁRIO PORTO
PALACETE ARAÚJO

M40 - COLÓNIA VITERBO DE CAMPOS



2.5. EQUÍVOCO SOBRE A AUTORIA DA COLÓNIA OPERÁRIA VITERBO DE CAMPOS

Sobre a Colónia Operária Viterbo de Campos (Fig. 33 e 34), a sua autoria e data de construção a informação existente não se encontrava organizada/sistematizada.

REFERÊNCIAS À COLÓNIA V. CAMPOS

A colónia, situada na zona da Arrábida junto ao Bairro Sidónio Pais (Fig. 33 e 35), é referida em algumas monografias⁵⁵ como exemplo de bairro operário construído entre 1914 e 1917, juntamente com os Bairros Sidónio Pais, Colónia Antero de Quental, Colónia Manuel Laranjeira e Colónia Estêvão de Vasconcelos.

É, nessas mesmas publicações, referida como exemplo de bairro operário promovido pela Câmara Municipal, num período em que o Estado tentava arranjar parceiros privados para o investimento nesta tipologia habitacional.



34. COLÓNIA OPERÁRIA V. DE CAMPOS, PORTO

O desinteresse dos privados face a este edificado levou a que tenha sido a própria Câmara a desenvolver todos os processos para as suas construções. O Bairro Sidónio Pais é referido como “o primeiro bairro construído por iniciativa pública municipal ao abrigo da regulamentação entretanto promulgada (DECRETO-LEI 4.137 de 24 de Abril de 1918 (Anexo II)).

De facto, o Bairro Sidónio Pais terá sido o primeiro construído após o DECRETO-LEI anteriormente citado, mas a colónia operária Viterbo de Campos, como é referenciada na mesma publicação, foi construída em 1914 e 1917, já por iniciativa pública.



35. BAIRRO SIDÓNIO PAIS, PORTO

A sua autoria, que se direccionava, sem certezas, para o nome do arquitecto José Marques da Silva (anexo I), não podia deixar de ser verificada e certificada.

EQUÍVOCO MARQUES DA SILVA

O facto de ter sido o arquitecto de maior destaque e referência da cidade do Porto, no período no qual se insere esta obra e, também, o facto de se saber que, o mesmo, teria sido arquitecto da Câmara Municipal do Porto, foram dados que influenciaram e permitiram desenvolver esta associação.

Para além desta referência, sabíamos da sua ligação a este tipo de construção, tendo sido, o autor do primeiro bairro operário da cidade - O Bairro Monte Pedral (Fig.36).



36. BAIRRO MONTE PEDRAL, PORTO

Ainda, analisando a colónia em estudo, o seu tipo de construção, com estrutura em pedra e organização interior determinada com paredes de tabique, com cobertura em asnas de madeira coberta por telha marselha, com o rigoroso desenho de alçado, com vãos desenvolvidos com caixilharia de abrir, em madeira, e portadas interiores, determinaram-se, logo, inúmeras semelhanças com o referido Bairro de Monte Pedral (Fig. 37 e 38).

SEMELHANÇAS ENTRE MONTE PEDRAL E COLÓNIA VITERBO DE CAMPOS

55. Por exemplo em: CMP, *As Ilhas, as Colónias Operárias e os Bairros de Casas Económicas*, Porto: CMP-Pelouro de habitação, Acção Social e Protecção Civil, 2000 e em MATOS, Fátima Loureiro de, *Os bairros Sociais no Espaço urbano do Porto: 1901-1956*, Análise Social, Vol. XXIX (127), 1994 (3.º), p.684 e 685.



37. BAIRRO MONTEPEDRAL
ARQ. JOSÉ MARQUES DA SILVA

MARIANA KOEHLER, PORTO, 2009



38. COLÓNIA VITERBO DE CAMPOS
ENG. ALBANO ANÍBAL DE BARROS

MARIANA KOEHLER, PORTO, 2009

Também, o estruturado esquema de organização espacial desenvolvido, em planta para o Bairro de Marques da Silva, quando comparado ao desta Colónia encontram-se muitas semelhanças (Fig. 39 e 40). A existência de uma sala, um quarto, uma cozinha aberta para um jardim e uma casa de banho exterior, no piso térreo, juntamente com a existência de dois quartos no piso superior e, de uma terceira divisão, com cobertura inclinada, podendo ser considerada um sótão, no segundo piso, faz com que os projectos do Bairro Monte Pedral e da Colónia Viterbo de Campos se aproximem.

Contudo, a inexistência de referências a este projecto nas publicações do autor (mesmo sabendo que os seus projectos de maior dimensão, e pertencentes a outro estrato social foram aqueles que ganharam maior reconhecimento e foram mais vezes publicados) iniciou uma pesquisa mais direccionada sobre a autoria desta colónia.

Na procura de dados concretos, tanto na Casa do Infante como em contacto com o Instituto Marques da Silva, foi sendo refutada a possibilidade deste projecto ser seu.

O Instituto Marques da Silva desconhecia o projecto e objectivamente denunciou o Bairro Monte Pedral como a sua única manifestação deste tipo de intervenções para operários no início de século XX, e, na Casa do Infante, a procura intensificou-se nos arquivos mortos de forma a descobrir informações sobre esta Colónia.

A referida pesquisa nos arquivos mortos levou à descoberta da existência de um processo do projecto, datado de 1915 e assinado pelo Eng. A. Aníbal de Barros, no qual existiam os projectos de arquitectura, de saneamento e de terraplanagem relativos à Colónia Operária Viterbo de Campos, todos eles assinados pelo referido engenheiro.

ENG. ALBANO ANÍBAL DE BARROS

Exclui-se, assim, o nome do Arquitecto José Marques da Silva para a autoria deste Bairro, e procura-se saber quem foi este engenheiro e qual a sua relação com o arquitecto Marques da Silva, para se poder justificar as semelhanças desta colónia operária com o Bairro Monte Pedral.

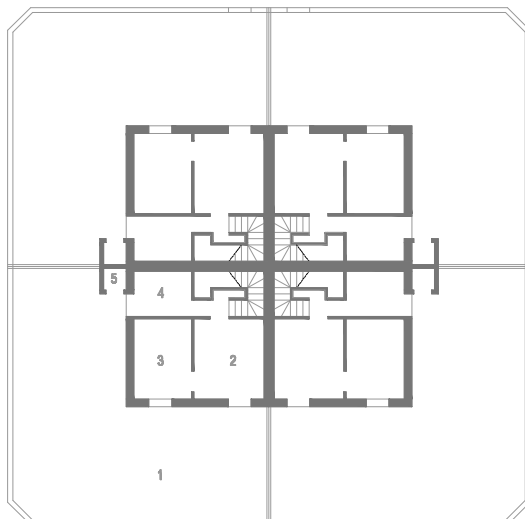
Assim, depois de investigar o seu percurso e de consultar o seu processo individual como engenheiro na Câmara Municipal do Porto, o qual referia somente duas licenças de férias, uma de 1916 e outra de 1921, procurou-se saber entre que datas foi funcionário da câmara.

Segundo informação cedida pelo Arquivo Histórico e referida a preocupação com o facto desta data não ser totalmente fiável, visto não ter sido confirmada em nenhum documento histórico, sabe-se que, em Novembro de 1911, este engenheiro era director da Escola Elementar do Comércio.

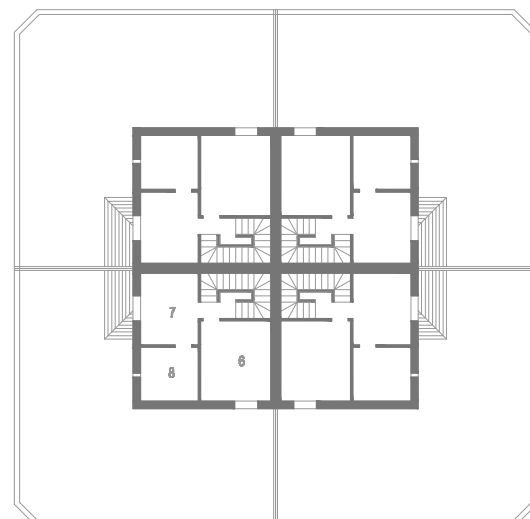
Para além desta informação, verificou-se que o seu nome surgia na acta da sessão da Comissão Administrativa nomeada por Decreto de 18 de Março de 1913, tendo sido nomeado Vice-Presidente do departamento das obras municipais, cargo que acabou por não lhe ser concedido.

- 1 - JARDIM / LOGRADOURO
- 2 - SALA
- 3 - QUARTO 1
- 4 - COZINHA
- 5 - CASA DE BANHO EXTERIOR
- 6 - QUARTO 2
- 7 - QUARTO 3
- 8 - ARRUMO / SÓTÃO

PLANTA PISO TÉRREO



PLANTA 1º PISO

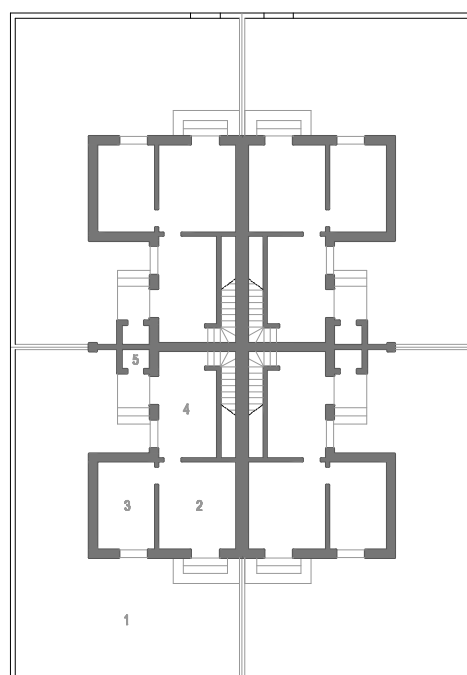


N 0 1 5m

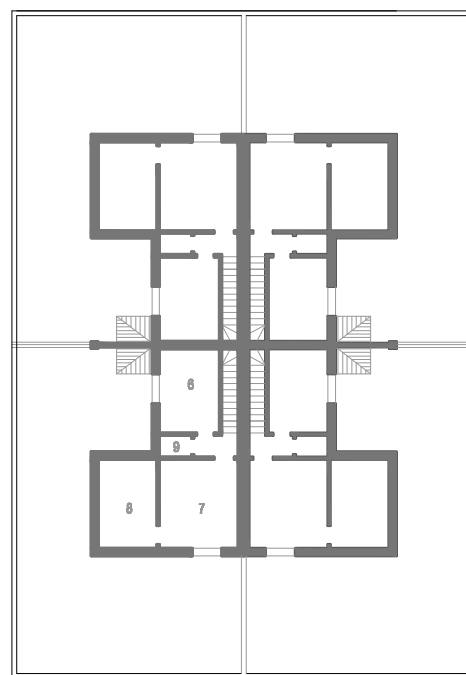
39. PLANTAS BAIRRO MONTE PEDRAL
ARQ. JOSÉ MARQUES DA SILVA

MARIANA KOEHLER, PORTO, 2010

PLANTA PISO TÉRREO



PLANTA 1º PISO



N 0 1 5m

40. PLANTAS COLÓNIA V. CAMPOS
ENG. ALBANO ANÍBAL DE BARROS

PLANTAS CEDIDAS PELO IPAP, C. M. DO PORTO

Mais tarde, em 1914, A. Aníbal de Barros, é mencionado nas sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto e, é nesse mesmo ano, que assume o cargo de Engenheiro Chefe da 3ª Repartição Municipal que exerce até ao dia 13 de Abril de 1922, data da sua morte.⁵⁶

Sobre este engenheiro sabe-se, também, que trabalhou com o Arquitecto Francisco Soares Parente no projecto para a Av. Camilo, no Porto, em 1913, o que leva a concluir que desde 1913 já se encontrava ligado à Câmara Municipal do Porto.

Da sua autoria não se conhecem outros projectos e por isso não se pode reconhecer a linguagem arquitectónica por ele adoptada.

Contudo, o que se pode perceber é que, não tendo trabalhado directamente com o Arquitecto José Marques da Silva, que trabalhou na Câmara Municipal do Porto entre 1899 e 1907⁵⁷ e, não tendo mais informação sobre obra da sua autoria, pode-se concluir que este engenheiro, que trabalhou na Câmara Municipal do Porto desde 1913 até 1922, deve ter tido a referência do Bairro Monte Pedral para a construção da Colónia Operária Viterbo de Campos, por ter sido o primeiro bairro operário a ser construído na cidade, daí as referidas semelhanças entre os dois bairros.

Para além disso, a construção do Liceu Alexandre Herculano, da autoria de Marques da Silva, na Av. Camilo, em 1914, poderá ter permitido e fomentado o contacto do engenheiro Albano Aníbal de Barros com o referido arquitecto, possibilitando o diálogo entre ambos sobre a temática dos Bairros Operários.

POSSÍVEL CONTACTO ENTRE A. ANÍBAL
DE BARROS E MARQUES DA SILVA

E, para finalizar, Marques da Silva era, já nessa altura, considerado como um arquitecto de referência, por isso, todas as suas obras foram tidas como exemplo para qualquer outro arquitecto ou engenheiro. "De facto, as atribuições do arquitecto, além das obras realizadas ou projectadas, supunham o acompanhamento e informação dos processos de licenciamento das construções urbanas, "em que pôs o melhor do seu pouco saber - como escreve -, aconselhando a melhoria das condições arquitectónicas e de salubridade das edificações da cidade", atento à legislação geral, às posturas camarárias".⁵⁸

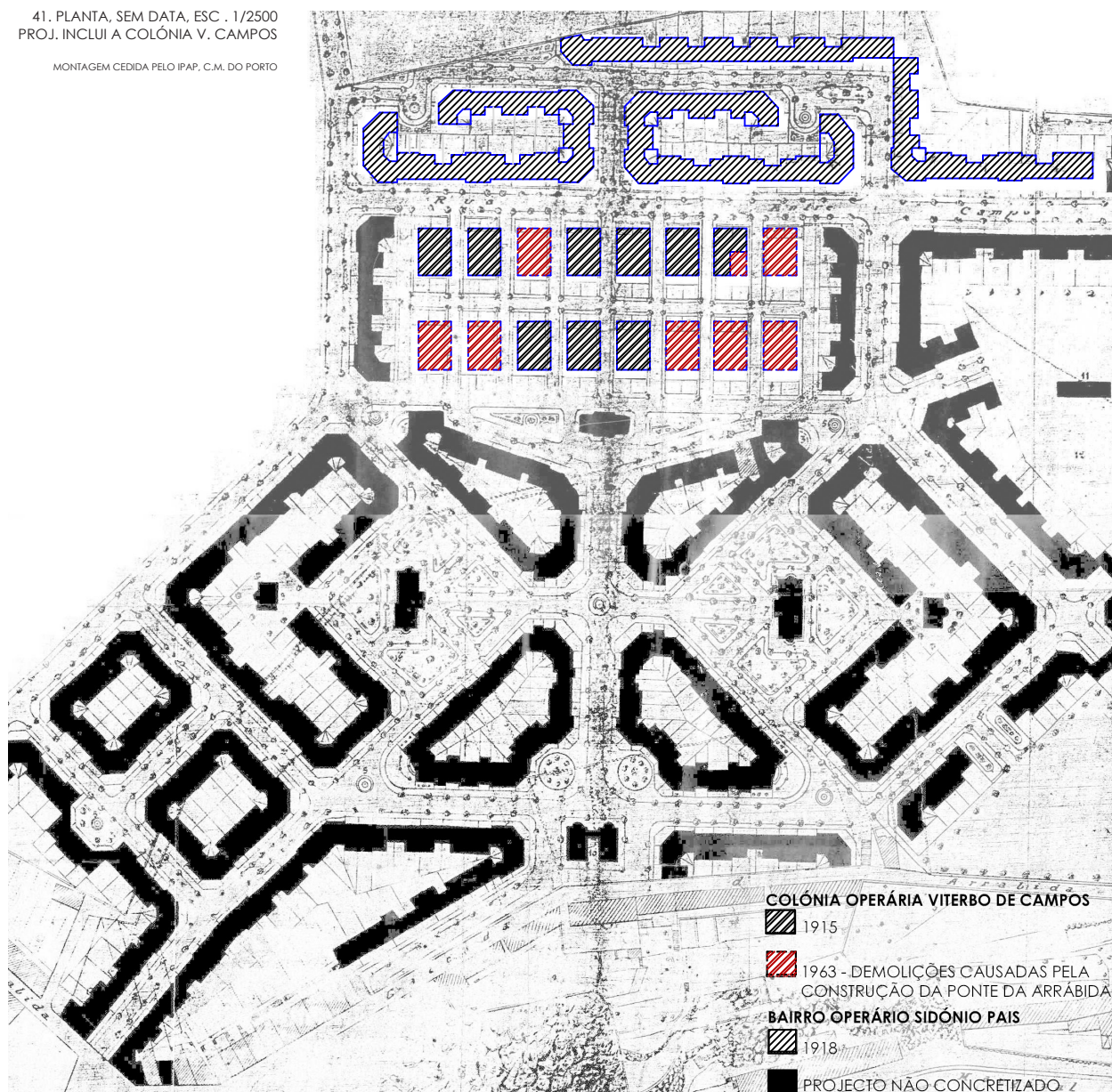
56. Informação recolhida no *Copiador de Correspondência Expedida, 1920 -22, A-PUB/ 2213*, pertencente ao Arquivo Histórico do Porto - Casa do Infante.

57. "Desconhecem-se as propostas de Marques da Silva, em termos de intervenção ou projecto, mas o presidente Lima Júnior pede autorização para pagamentos ao arquitecto, em Outubro de 99" in CARDOSO, António, *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*, Op. Cit., p.117. e, " (...) pedindo exoneração de arquitecto municipal, em 31 de Agosto de 1907, (...) " in CARDOSO, António, *Idem*, p.129.

58. CARDOSO, António, *Ibidem*, p.129.

41. PLANTA, SEM DATA, ESC. 1/2500
PROJ. INCLUI A COLÓNIA V. CAMPOS

MONTAGEM CEDIDA PELO IPAP, C.M. DO PORTO



2.6. ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DA COLÓNIA

A cidade do Porto após a Revolução Industrial foi palco de um crescimento demográfico e também de uma expansão territorial. A chegada do caminho-de-ferro e o desenvolvimento dos transportes públicos permitiu que a cidade crescesse para além do seu centro histórico e que nas novas freguesias como Campanhã, Paranhos, Lordelo do Ouro e Massarelos surgissem novas indústrias.

Foi com esta extensão do limite da cidade para fora do seu burgo medieval e associado ao aparecimento das novas fábricas, que se começaram a projectar os bairros para os operários.

A colónia operária Viterbo de Campos, com projecto de 1915, teve na sua base um projecto de grande dimensão (sobre o qual não existe referência temporal) constituído por um conjunto de quarteirões, com um rigor de desenho extraordinário, que se desenvolviam desde o Campo Alegre até à margem do Rio Douro (Fig. 41).

1º PROJECTO QUE CONTEMPLA A COLÓNIA VITERBO DE CAMPOS

Neste projecto, para além da referida Colónia Operária, é proposto também o bairro Sidónio Pais, que se encontra associado ao primeiro e que, para quem não conhece profundamente estes bairros, muitas vezes os assume como um só. Mas, na verdade, são bairros distintos que se encontram separados apenas por uma rua - A Rua de Entrecampos.

Datados de 1915 e de 1918, respectivamente a Colónia Viterbo de Campos e o Bairro Sidónio Pais, nasceram nas traseiras da quinta dos Burmester - Fig. 42 - (cuja casa e entrada principal se encontravam voltadas para a Rua do Campo Alegre), em terrenos cedidos por esta família que sem descendência directa, a dada altura os doa à Câmara Municipal para a construção dos ditos bairros⁵⁹.

BAIRRO CONSTRUÍDO NAS TRASEIRAS DA QUINTA DOS BURMESTER



42. PALACETE BURMESTER, PORTO

Como se pode verificar na planta de Telles Ferreira, de 1892, (Fig. 43) na zona onde hoje se encontram os bairros operários situavam-se terrenos que viriam a pertencer à quinta da família Burmester.

Nesta mesma planta, pode-se perceber que esta zona da cidade se encontrava em desenvolvimento respondendo ao crescimento da cidade para além do seu centro medieval. Assim, a zona ocidental da cidade foi a escolhida para a fixação das colónias inglesas ligadas ao comércio do Vinho do Porto. E, foi próximo da Rua do Campo Alegre que os comerciantes, na sua maioria de origem inglesa, desenvolveram as suas quintas, as quais ocuparam os terrenos que se estenderam por toda a área definida entre a Rua do Campo Alegre e o Rio Douro.

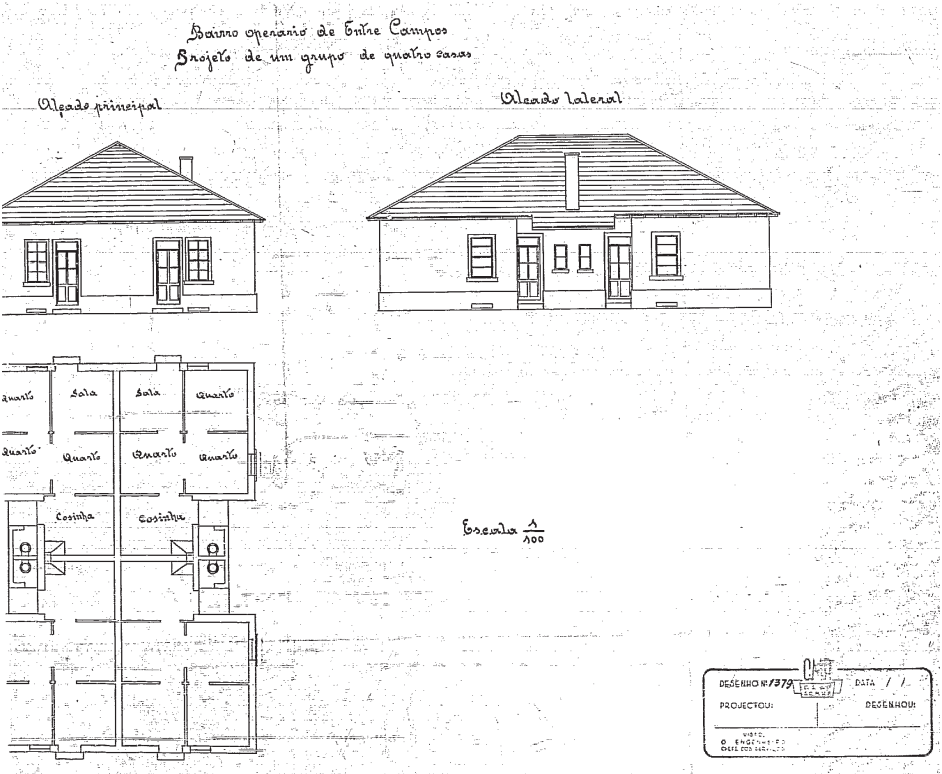
A CIDADE CRESCE PARA O OCIDENTE: FIXAÇÃO DAS COLÓNIAS INGLESAS

59. Informação obtida na Visita Guiada: *Habitação de Massarelos*, no âmbito das Jornadas Europeias do Património Porto, Freguesia de Massarelos, efectuada pelo Arquitecto Francisco Sousa Rio.



1. LOCALIZAÇÃO DA COLÓNIA OPERÁRIA V. CAMPOS
2. LOCALIZAÇÃO DO PALACETE BURMESTER

43. PLANTA DE TELES FERREIRA, 1892
M. KOHLER SOBRE PLANTA CEDIDA PELO IPAP, C. M. P.



44. PLANTAS E ALÇADOS, SEM DATA
1ª FASE DO PROJECTO PARA AS CASAS
BAIRRO OPERÁRIO DE ENTRE CAMPOS

É nesta rua que a família Burmester manda edificar, no final do século XIX, em 1897, o seu palacete. A casa e a respectiva quinta (actualmente pertencentes à Universidade do Porto) encontravam-se ladeadas a poente pelo palacete da família Andresen - actual Jardim Botânico (Fig. 45) e a nascente pelo palacete da família portuguesa Araújo - actual Círculo Universitário do Porto (Fig. 46), que não sendo pertencente a algum inglês, nem a algum comerciante, mas propriedade de Pedro Maria da Fonseca Araújo, conselheiro, vereador da Câmara Municipal do Porto e governador civil, adoptou o gosto Beux-Arts integrando-se perfeitamente no espírito dominante e reflector da condição social presente nas casas que ocupavam esta zona da cidade.



45. PALACETE ANDRESEN, PORTO



46. PALACETE ARAÚJO, PORTO

Como referido anteriormente, não se sabe quando foi iniciado o processo que viria a dar origem à construção da colónia Viterbo de Campos. Sabe-se somente que no início do século XX procuravam-se melhorar as condições de habitação operária e que após a construção do Bairro de Monte Pedral todos os esforços para resolver esse problema social se tornaram mais objectivos.

Assim, no início do século XX, a Câmara iniciou o processo de trabalho referente à Colónia Viterbo de Campos. Desse processo encontrou-se no Arquivo Histórico do Porto, um "Projecto de um grupo de quatro casas" para o "Bairro Operário de Entre Campos". Este projecto (Fig. 44), composto por dois alçados, (o principal e o lateral) e uma planta entende-se como uma primeira versão para este projecto, pois existe uma enorme semelhança formal na escolha da planta e a semelhança do programa. Contudo a grande diferença destes desenhos para o projecto final (Fig. 47) teve a ver com a volumetria e com a escolha da divisão programática distribuída por dois pisos, podendo estes desenhos ser considerados como uma abordagem preliminar simples e directa ao programa atribuído para estas habitações.

SÉCULO XX - INÍCIO DO PROJECTO

Datado de 1915 foi encontrado, também no Arquivo Histórico, um rigoroso e pormenorizado projecto composto por plantas e cortes de projecto (escala 1/500 e 1/100) - Fig. 47 e 48, de terraplanagem e de canalização de esgotos (escala 1/500) do bairro operário, que nestes desenhos se encontra referido como Bairro Ocidental. (Anexo III)

1915 - PROJECTO ORIGINAL

Pelo seu desenho rigoroso e pela aproximação ao existente, pensa-se que estes desenhos possam corresponder à última fase de projecto da Colónia Operária em estudo. Contudo, são algumas as diferenças existentes em relação ao que se encontra construído (diferenças essas que serão expostas no próximo capítulo) mas que poderão ter sido efectuadas durante o período de construção do bairro, por vontade do engenheiro responsável.

Nas plantas do projecto para a Colónia Operária V. de Campos verifica-se a existência de um plano geral de implantação de todo o bairro (Fig. 48). Composto por 64 casas geminadas 4 a 4 providas de uma rede de canalização de água e de esgoto, a colónia operária continha também diversos equipamentos de utilização comunitária, estrategicamente colocados de forma a poderem ser utilizados por todos os seus residentes. Assim, existiam dois marcos fontanários, um balneário, um tanque e um poço, elementos descritos no o Art. 35º do *Regulamento para os Bairros Operários* da época

PLANO GERAL DE IMPLANTAÇÃO

que indica: "Em cada bairro operário haverá, pelo menos, as seguintes benfeitorias para uso privativo dos seus inquilinos: um poço, um lavadouro e um marco fontanário."⁶⁰, com regras de utilização e conservação próprias tais como são apresentadas no Art. 36º e 37º do mesmo regulamento: "A utilização do poço, lavadouro e marco fontanário far-se-á segundo escalamento, quando haja necessidade."⁶¹ e "O lavadouro será esvaziado, logo que a água esteja imprópria para a lavagem da roupa, pelos fiscais, que promoverão imediatamente o seu enchimento."⁶² (Anexo IV)

REGULAMENTO PARA BAIRROS
OPERÁRIOS

Sendo uma colónia para o proletariado, este bairro como todos os outros efectuados pela câmara municipal deviam obedecer a rigorosos e criteriosos regulamentos nos quais se identificam as regras relativas ao mesmo. Assim, nesse regulamento são expostos artigos relativos aos Fins - onde se encontra descrito quem pode adquirir ou arrendar uma habitação no mesmo, à Administração, aos Inquilinos, aos Fiscais dos Bairros, à Amortização e ao Poço, ao Lavadouro e ao Marco Fontanário.

Para além dos elementos descritos e de todos os elementos sujeitos a regulamento, existem, no projecto, outras características que revelam uma colónia operária previamente estudada e compreendida por parte do engenheiro que a projectou. Assim, não só ao nível do edificado, do programa e forma atribuídos ao bairro, também ao nível da relação das habitações com o espaço exterior, dos acessos ao mesmo e aos diferentes lotes é notória a preocupação com as condições de vida das pessoas que neste bairro iriam habitar.

Efectuado com o intuito de servir o operariado, esta colónia promoveu a integridade social, a salubridade e as condições de habitabilidade que este grupo social necessitava.

PREOCUPAÇÃO COM O OPERARIADO

Assim, procurando abolir a criação de ilhas "cubículos, sem ar nem luz, sem esgotos nem conforto de ordem alguma"⁶³, desenvolveu-se, para este bairro, e para outros do mesmo período, um modelo urbanístico com base nas "cidades-jardim" inglesas promovidas, em 1898, por Ebenezer Howard (1850-1928).

"CIDADES-JARDIM" INGLESAS DE
EBENEZER HOWARD

"As cidades-jardim" eram, para Howard, o território ideal para se viver numa época em que a indústria dominava a cidade. A sua tese enunciava o efeito do magnetismo dos centros urbanos sobre as populações da "cidade" e do "campo", defendendo a sua conversão num território único que recebesse as características positivas de ambos os espaços denunciados.

Para Howard, existiam três diferentes "ímãs" - The three magnets: Town, Country and Town-Country, todos com características diferentes e específicas, e era na fusão dos dois primeiros que se encontrava a combinação perfeita (Fig. 49), como é referido no seu livro *Garden Cities of Tomorrow*.

60. Município do Porto, *Regulamento para os Bairros Operários construídos pela Exma Câmara Municipal do Porto*, Porto: Imprensa Social [A Vapor], Secção da Casa do Povo Português, 1917, Art. 35º.

61. Idem, Art. 36º.

62. Ibidem, Art. 37º.

63. ANTAS, Alfredo e MONTERROSO, Manuel, *A Salubridade Habitacional no Pôrto (1929 - 1933)*, Ministério do Interior, Direcção Geral de saúde, Inspecção de Saúde do Pôrto, 1929-1933.

"There are in reality not only, as is so constantly assumed, two alternatives—town life and country life—but a third alternative, in which all the advantages of the most energetic and active town life, with all the beauty and delight of the country, may be secured in perfect combination."⁶⁴

"Town and country must be married, and out of this joyous union will spring a new hope, a new life, a new civilization."⁶⁵

Assim, a cidade era o lugar de "Exclusão da natureza; Oportunidade social; Isolamento das massas; Lugares de diversão; Distância do lugar de trabalho; Oportunidades de emprego; Rendas elevadas; Desemprego; Poluição ambiental; Emaranhado das ruas."⁶⁶ ^{A CIDADE}

O Campo caracterizava-se pela "Ausência de sociedade; Beleza natural; Braços sem trabalho; Campos não cultivados; Preservação da floresta; Longa jornada de trabalho/baixo salário; Falta de diversões; Água abundante/ar puro; Falta de espírito público; Necessidade de mudanças; Vilas abandonadas."⁶⁷ ^{O CAMPO}

E a "cidade-jardim" seria a "Beleza natural; Oportunidade social; Campos e áreas de fácil acesso; Rendas baixas; Salários elevados; Muito que fazer; Preços baixos; Água e ar puros (salubridade); Moradias agradáveis, sem poluição nem bairros de lata; Cooperação."⁶⁸ ^{A CIDADE-JARDIM}

Esta última seria uma cidade planeada composta por áreas habitacionais, de indústria e de agricultura, rodeadas de cinturas verdes e devidamente articuladas entre si. A sua distribuição geral era definida por "uma estrutura radial, com 6 grandes boulevards em direcção ao centro. Mostra os primórdios da divisão de usos e da adopção de baixas densidades"⁶⁹ (Fig. 50).

"A partir do jardim central encontram-se os edifícios públicos, o parque central, o Palácio de Cristal, a área residencial atravessada pela Grande Avenida, as indústrias, os armazéns e a via-férrea. A Grande Avenida circular faz a ligação ao mesmo tempo que protege o centro da cidade do exterior. As restantes artérias articulam extensos blocos residenciais, comerciais e de serviços, assim como as áreas de implantação das indústrias."⁷⁰

Para retomar a relação das "cidades-jardim" com o modelo urbanístico utilizado pelo Eng. Aníbal de Barros para a colónia operária em estudo, é necessário entender a grande escala de intervenção de Howard e compreender que a sua proposta remetia para uma nova cidade, construída de raiz, sendo a sua aplicação na cidade consolidada dependente de grandes adaptações.

64. Howard, Ebenezer, *Garden Cities of Tomorrow*, London: S.Sonnenschein & Co., Ltd., 1902, p.7

65. Idem, p.10.

66. <https://woc.uc.pt/feuc/getFile.do?tipo=2&id=9646>, p.5

67. Idem, p.5

68. Ibidem, p.5

69. Ibidem, p.7

70. Ibidem, p.9

51. "CIDADE-JARDIM"-QUINTAIS NA
COLÓNIA VITERBO DE CAMPOS
CASA 8 E CASA 50

M.KOEHLER, 16 E 19 DE JULHO 2009



52. "CIDADE-JARDIM"-QUINTAIS NA
COLÓNIA DR. MANUEL LARANJEIRA
E NO BAIRRO DE MONTE PEDRAL

M.KOEHLER, 25 DE JANEIRO E 6 SETEMBRO 2009



Assim, adaptado a esta situação específica e posto em prática a uma pequena escala, Aníbal de Barros recorreu à utilização do conceito cidade jardim como forma de melhorar a vida dos operários.

A CIDADE-JARDIM NA COLÓNIA
OPERÁRIA VITERBO DE CAMPOS

Para isso, projectou para cada família uma casa com quintal (Fig. 51). A ideia subjacente a esta temática tinha a ver com a possibilidade de levar para a cidade uma parte da vivência no campo, ao mesmo tempo que permitia que cada família se sustentasse uma vez que os seus salários eram muito baixos.

Este modelo urbanístico permitiu, portanto, que os operários voltassem a ter uma vida digna e estável como no campo, onde tinham campos para cultivar, água abundante e ar puro, estando na cidade, local onde havia mais emprego, maiores oportunidades sociais e maior diversão.

Sendo, em 1917, referenciado no *Regulamento para os Bairros Sociais* a existência de quintais nas casas dos operários, conclui-se que este modelo foi seguido também em outros bairros, e que de facto esta relação cidade - campo era determinante para o desenvolvimento de um plano geral para todos os bairros operários desta época (Fig. 52).

A CIDADE-JARDIM NOS BAIRROS
OPERÁRIOS CONSTRUÍDOS NA ÉPOCA

PALACETE BURMESTER

COLÓNIA V. CAMPOS (ORIGINAL)
64 HABITAÇÕES GEMINADAS 4 A 4
E VÁRIOS EQUIPAMENTOS53. FOTOGRAFIA AÉREA DO PORTO
SLIDE DE 1939, PALACETE BUSMESTER E
COLÓNIA VITERBO DE CAMPOS

IPAP, C.M. DO PORTO

COLÓNIA V. CAMPOS (ORIGINAL)
COTA ELEVADA EM RELAÇÃO AO
RIO DOURO.RIO DOURO SEM A PRESENÇA DA
PONTE DA ARRÁBIDA E SEUS ACESSOS54. FOTOGRAFIA AÉREA DO PORTO
SLIDE DE 1939, COLÓNIA V. CAMPOS
E A REALÇÃO COM O RIO DOURO

IPAP, C.M. DO PORTO



2.7. CARACTERIZAÇÃO DA COLÓNIA E DOS SEUS EDIFÍCIOS

A Colónia Operária Viterbo de Campos, com projecto datado de 1915, da autoria do Eng. Albano Aníbal de Barros, contém vários aspectos que descritos e interpretados permitem efectuar a sua caracterização e a tornam num relevante objecto de estudo, merecedor de uma pesquisa e reflexão aprofundada.

Desde o projecto original até aos dias de hoje, alterações de carácter urbano, construtivo e social tiveram presença nesta colónia operária e constituíram a base do que hoje se pode verificar, manter, restaurar e /ou reabilitar.

Em 1915, a colónia construía-se numa zona privilegiada da cidade, a norte do Rio Douro, podendo desfrutar de uma relação visual com o mesmo dada a sua elevada cota em relação ao nível da água (Fig. 53 e 54).

1915 - RELAÇÃO COM RIO DOURO

Construída numa zona em crescimento, na freguesia de Massarelos no limite fronteiro com a freguesia de Lordelo do Ouro, onde existiam e se instalavam importantes unidades industriais criadoras de novos postos de trabalho para operários, a colónia Viterbo de Campos surgia, composta por 64 casas, geminadas 4 a 4, resultando num total de 16 casas, com o objectivo de alojar operários provenientes das fábricas que lhe eram próximas, procurando impedir a expansão das "ilhas" nas referidas freguesias.

PRÓXIMO DAS UNIDADES INDÚSTRIAS

A freguesia de Massarelos, naquele período, sofria uma forte alteração concentrando diversas unidades industriais, tais como as indústrias de fundição: as fábricas do Bicalho e da Aliança, as indústrias de moagem, serração, destilação, louças, rolhas, entre outras e para finalizar, no século XX era detentora da fábrica da cerveja (Leão), de uma refinaria de açúcar e, em 1915, foi inaugurada a central térmica reforçando a tendência fabril daquela freguesia.

Em relação a Lordelo do Ouro, no século XIX, assistiu-se à implementação de algumas unidades industriais de importância para a freguesia, foi o caso da Companhia de Fósforos e da Fábrica de Lanifícios Lordelo.

Contudo, e com a existência de tantas fábricas, o défice habitacional mantinha-se e, como referido anteriormente (no início do Capítulo 2), bairros operários como a Colónia Viterbo de Campos, criados no início do século, não foram suficientes para pôr término à expansão das "ilhas", não resolvendo os problemas habitacionais de todos os operários, oferecendo oportunidade somente aos operários-chefes e responsáveis de divisão fabris - operários com uma posição social superior àqueles que continuaram a habitar nas "ilhas".

Na época, e como foi visível e interpretado com base na planta conjunta, de projecto, apresentada anteriormente (Fig. 48), existiu um plano de intervenção coeso e claro para a colónia em estudo.

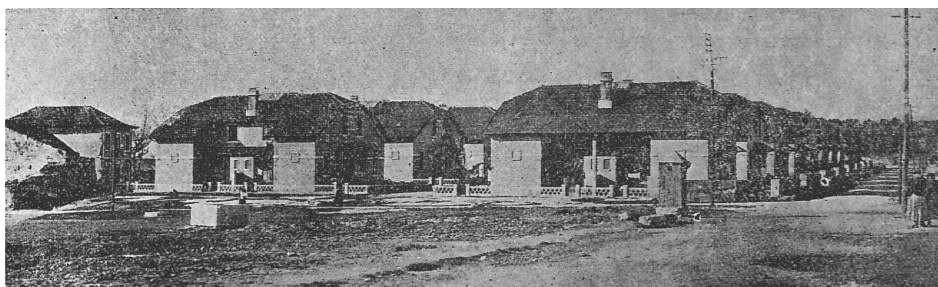
E, após a definição do plano geral de intervenção importa estudar o projecto ao nível do edificado.

Assim, em relação às habitações é importante referir que o projecto procurou adaptar-se às circunstâncias reais utilizando os sistemas construtivos e materiais da época, trazendo, ainda, alguns aspectos inovadores relacionados com a existência de uma casa de banho por habitação e de sistema canalizado de água e de saneamento.



55. RUA CENTRAL DA COLÓNIA
VITERBO DE CAMPOS À ARRRÁBIDA

ANÚARIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PÓRTO, 1923
P.200, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO



56. VISTA GERAL DA COLÓNIA
VITERBO DE CAMPOS

ANÚARIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PÓRTO, 1923
P.201, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO



57. 1912 GERRIT HEIJNPAD,
NU RUTGERS V.D. LOEFFSTRAAT

FOTOGRAFIA DE: STICHTING OUDHEIDKAMER OOSTZAAN
(FUNDAÇÃO SALA DE ANTIGUIDADES DE OOSTZAAN)
WWW.OUDHEIDKAMER.INFO/WEBLOG/BLOGGER.HTML

Quanto ao sistema construtivo verifica-se o recurso ao conhecido sistema utilizado nas Casas Burguesas do Porto entre os séculos XVII e XIX, composto por paredes de alvenaria de pedra tanto na fachada como na meação entre as casas, sendo a primeira rebocada e pintada de cores diferentes para dotar cada casa de autonomia e distinção. Neste sistema construtivo eram, também, utilizadas sapatas de fundação em pedra, na continuação das paredes de meação. Para a cobertura recorria-se ao sistema tradicional de cobertura de 4 águas, com asnas em madeira e revestimento a telha marselha. No interior, as paredes em tabique permitiam efectuar a divisão entre os diferentes espaços.

Contudo, dada a especificidade do programa, ao facto de estas casas terem sido construídas em lotes definidos para o próprio projecto e, ainda, à altura proposta para cada habitação, é importante perceber que inúmeras novidades foram acrescentadas ao sistema tradicional de construção (Fig. 55, 56 e 58):

a. Desenho do alçado:

Deixam de existir os pisos de entrada, destinados a comércio, com um pé-direito elevado, o piso nobre, também de pé-direito elevado, recorrendo à utilização das varandas como meio de expressar a sua importância no alçado, e os restantes pisos com um pé-direito inferior, recorrendo à utilização de janelas, típicos da baixa portuense densa e com défice habitacional. Passa a existir um alçado de uma habitação única, onde os espaços colectivos, do piso térreo, se distinguem dos espaços privados existentes, pela utilização de portas de acesso pelo exterior. Para os espaços privados recorre-se a janelas, conseguindo-se, assim, criar uma leitura unitária, funcional e clara do alçado.

DESENHO DO ALÇADO PRINCIPAL

b. Inexistência do alçado de tardoz:

Presente na casa do Porto do século XIX, o alçado de tardoz é, neste caso, substituído pelo alçado lateral, visto as casas se encontrarem agrupadas 4 a 4 e o alçado de tardoz corresponder, neste caso, a uma parede de meação. Este alçado, que na casa do século XIX corresponde na sua maioria a um alçado menos trabalhado e representativo das áreas de serviço, neste caso também se encontra dotado dessas características, sendo que é para este que se volta a cozinha, os quartos mais pequenos e a casa de banho que assume num papel idêntico ao que detinha na casa do século XIX, encontrando-se num volume justaposto ao da casa e com acesso lateral, pelo exterior.

DESENHO DO ALÇADO DE TARDOZ

c. Inclinação dada à cobertura:

Embora construída de forma semelhante à das casas burguesas, a sua inclinação é bastante superior à utilizada nesses casos. O facto das coberturas terem uma inclinação de 35°, distingue esta colónia da construção portuense, sendo reconhecida pelos seus moradores também pelo nome de Bairro dos Holandeses, dada a sua semelhança com a volumetria das construções holandesas daquela época (Fig. 57).

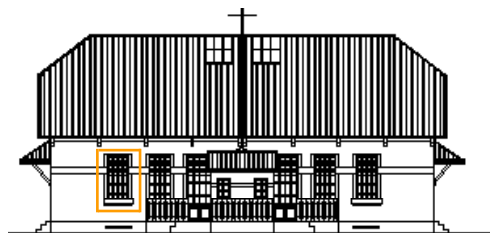
SEMELHANÇA VOLUMETRICA COM AS CASAS HOLANDESES DA ÉPOCA

Para além de todas as características apresentadas é necessário referir que na visita à colónia operária em estudo, e principalmente quando se foram visitando algumas casas pelo seu interior, encontraram-se algumas diferenças em relação ao projecto original. Inicialmente pensou-se que as alterações verificadas eram casos isolados de casas que teriam sofrido obras de reabilitação. Contudo, e analisando os aspectos de forma atenta, chegou-se à conclusão de que existem duas versões diferentes para os edifícios construídos neste bairro (Fig. 64).

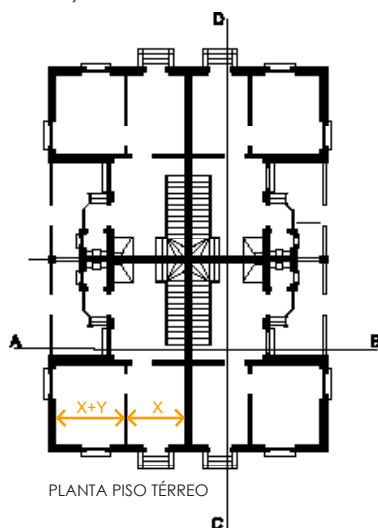
PROJECTO VS CONSTRUÇÃO



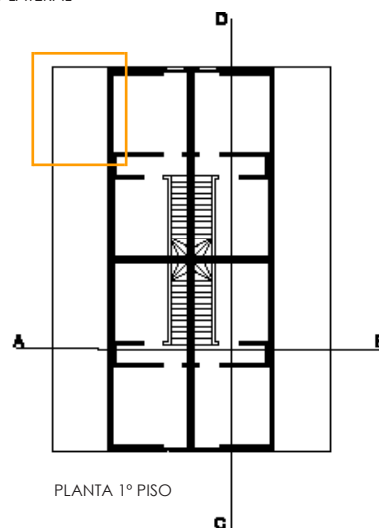
ALÇADO PRINCIPAL



ALÇADO LATERAL



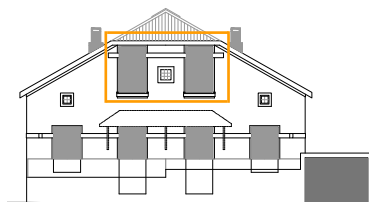
PLANTA PISO TÉRREO



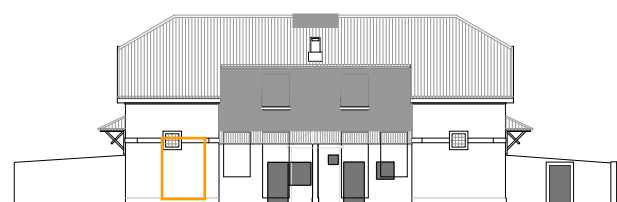
PLANTA 1º PISO

58. ALÇADOS E PLANTAS
DO PROJECTO ORIGINAL

M. KOEHLER, 2009

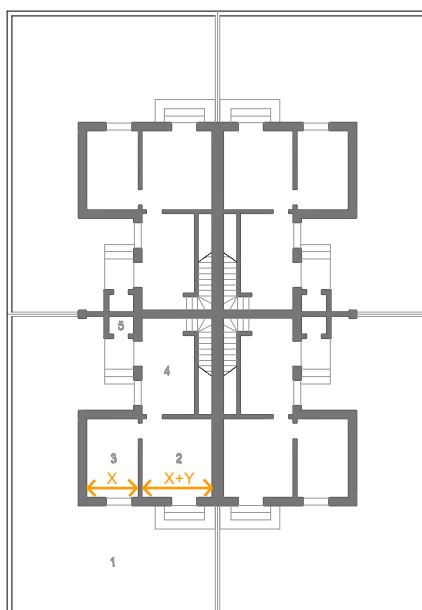


ALÇADO PRINCIPAL



ALÇADO LATERAL

- 1 - JARDIM / LOGRADOURO
- 2 - SALA
- 3 - QUARTO 1
- 4 - COZINHA
- 5 - CASA DE BANHO EXTERIOR
- 6 - QUARTO 2
- 7 - QUARTO 3
- 8 - ARRUMO / SÓTÃO
- 9 - ARRUMO

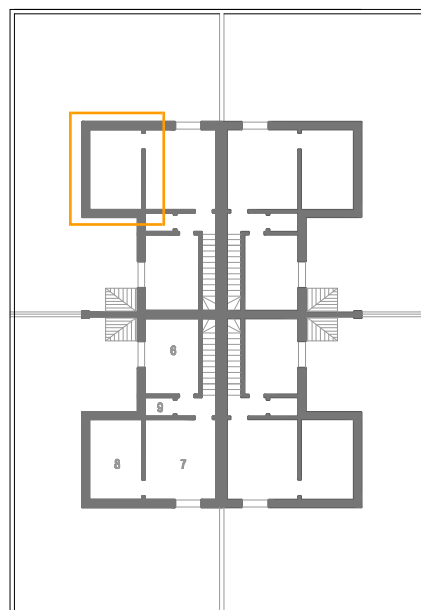


1

59. ALÇADOS E PLANTAS
DO CONSTRUÍDO

M. KOEHLER SOBRE DESENHOS CEDIDOS - IPAP, C.M.P., 2009

PLANTA PISO TÉRREO



PLANTA 1º PISO

Contudo, numa primeira fase é necessário identificar quais as características que de uma forma geral foram alteradas aquando da construção do bairro e só depois se passará a descrever as características que permitem dividir o bairro em duas fases de construção.

Assim e como é visível nos desenhos do Anexo III, à escala 1/200, existem algumas diferenças entre o projecto original cujos desenhos originais, fazem parte do Departamento Municipal de Arquivos da CMP, e os desenhos de levantamento do existente, fornecidos pela Câmara Municipal do Porto - IPAP, apresentados na sua totalidade, posteriormente, na Fig.100. (Fig.58 e 59).

a. Alçado principal:

ALTERAÇÃO DO ALÇADO PRINCIPAL

Nas figuras 58 e 59, é visível que entre o projecto e a construção se podem verificar diferenças relacionadas com distâncias entre os vãos do segundo piso e também a presença de azulejos decorativos entre as janelas, azulejos esses que não estavam previstos no projecto.

A escolha do afastamento dos vãos do segundo piso poderá ter sido proposta pelo Eng. Aníbal de Barros com o objectivo de os alinhar pelos vãos do piso inferior. Quanto à colocação dos azulejos decorativos, sem se poder afirmar esta opção, pensa-se que terão sido colocados, não só por serem muito utilizados nas casas burguesas da época, reconhecidos como elementos decorativos das fachadas, mas também porque a sua utilização remetia a uma classe social superior, simbolizando a dignidade e importância social pretendida para esta colónia operária.

b. Alçado lateral:

ALTERAÇÃO DO ALÇADO LATERAL

a diferença entre o projecto e a construção passa pela anulação de uma janela no piso térreo. Essa janela existente ao nível do rés-do-chão, terá sido anulada pelo facto de se encontrar voltada para a rua, para as passagens que existiam entre as casas, casas que continham logradouro somente pela frente da sua fachada principal. Pode-se notar, assim, que o engenheiro responsável se preocupava bastante com a privacidade dos moradores, abrindo os vãos do piso térreo em locais afastados do olhar curioso de quem passava junto às habitações.

c. Desenho da planta e divisões interiores:

ALTERAÇÃO DA PLANTA

Ao nível do piso térreo não existem alterações funcionais, permanecendo a existência da sala, do quarto, da cozinha e da casa de banho, no exterior. As alterações existentes têm a ver com as de áreas a distribuir entre a sala e o quarto, tendo sido aumentada a área da sala durante a construção. Para além desta alteração, verifica-se, também, na planta do construído a ausência da janela do quarto, da fachada lateral, referida anteriormente.

Ao nível do segundo piso, a planta do construído apresenta uma nova divisão, que surge ao lado do quarto da fachada lateral, aproveitando a inclinação da cobertura. Este novo espaço, que surge durante a construção serviria como uma área de arrumo, contendo uma pequena janela sobre a cobertura.

PROJECTO QUE PROCURA SATISFAZER AS NECESSIDADES DOS OPERÁRIOS

Contudo, e analisando as alterações apresentadas verifica-se que o projecto existente na Câmara, datado de 1915, foi alvo de acertos, durante a construção, os quais procuraram dotar as habitações de maior conforto. Entende-se, assim, que Aníbal de Barros seguiu a construção do bairro e foi aperfeiçoando o seu projecto de forma a satisfazer o utilizador.

60. DIFERENTES COBERTURAS
DIFERENTES FASES DE CONSTRUÇÃO

M. KOEHLER, FEVEREIRO DE 2009



1ª FASE DE CONSTRUÇÃO



2ª FASE DE CONSTRUÇÃO

61. DIFERENTE ESCADA INTERIOR
DIFERENTES FASES DE CONSTRUÇÃO

M. KOEHLER, FEVEREIRO DE 2009



CASA 8 - 1ª FASE DE CONSTRUÇÃO



CASA 41- 2ª FASE DE CONSTRUÇÃO

62. DIFERENTE ESCADA INTERIOR
DIFERENTES FASES DE CONSTRUÇÃO

M. KOEHLER, FEVEREIRO DE 2009



CASA 16 - 1ª FASE DE CONSTRUÇÃO



CASA 44- 2ª FASE DE CONSTRUÇÃO

Mas, como afirmado anteriormente, duas fases de construção (Fig. 64) parecem existir no desenvolvimento do processo de construção deste bairro, os quais se podem comprovar quando se visita o bairro e o interior das habitações.

E, procurando esclarecer as dúvidas que foram surgindo na visita ao bairro e reconhecendo a dedicação de Aníbal de Barros à sua construção, pensa-se que estas duas fases se devem a um entendimento do autor do bairro para a vivência do espaço procurando criar sempre as melhores condições para os habitantes.

Assim, pode-se considerar que os edifícios a norte correspondem à primeira fase de construção do bairro sendo que todos eles têm as mesmas características e são o resultado das alterações efectuadas ao projecto original. Quanto aos edifícios a sul da colónia, estes possuem três características que os permitem identificar como tendo sido efectuados posteriormente.

PRIMEIRA E SEGUNDA FASE COM
CARACTERÍSTICAS DIFERENTES

a. Alteração da Cobertura:

A primeira grande característica é visível em qualquer fotografia aérea do local (desde a fotografia aérea disponibilizada pela Câmara Municipal do Porto, com data de 1939 até às fotografias aéreas actuais retiradas do google maps - Fig. 65 a 68) tem a ver com o desenho da cobertura que numa primeira fase é um rectângulo e na segunda fase de construção, talvez com o objectivo de dotar o piso superior da habitação de maior luminosidade, é recortada acompanhando a fachada (Fig. 60).

ALTERAÇÃO DA COBERTURA

As restantes características foram encontradas no interior das habitações e assumiram-se como alterações de projecto quando se verificaram comuns a todas as casas visitadas desta ala sul do bairro.

ALTERAÇÃO DA ESCADA INTERIOR

b. Alteração da escada interior:

A relação da escada de ligação entre o piso térreo e o 1º piso com o piso inferior e com a cozinha é diferente nas duas fases de construção. Esta, que na primeira fase de construção se apresentava encerrada e o seu acesso era efectuado através de uma porta, numa segunda fase aparece aberta, com uma grade de protecção aumentando a área da cozinha (Fig. 61 e 62).

c. Arrumo:

Para finalizar, a última característica que distingue as duas fases de construção tem a ver com a presença de uma divisão para arrumos no piso superior, com acesso pelo hall dos quartos, existente na primeira fase de construção e anulada na segunda, talvez pelo facto de parecer desnecessária quando já existe uma divisão com a mesma função sobre a cobertura inclinada do primeiro piso, junto ao quarto de maior área e, também, porque anulando-a, permite-se um aumento da área do quarto de menor dimensão.

EXISTÊNCIA OU NÃO DO ARRUMO

Em suma, a evolução do projecto durante a construção do bairro terá permitido alcançar uma solução mais coesa e aproximada às necessidades dos operários. A base apresentada, caracterizadora de todo o processo histórico, social, urbano e construtivo que deu origem à Colónia Operária Viterbo de Campos, servirá de base para a análise da situação actual da mesma, a qual será apresentada e desenvolvida no próximo capítulo.

3.

DO DIAGNÓSTICO À DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

- ZONA NÃO INTERVENCIÓNADA
- EQUIPAMENTOS CULTURAIS
- EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS
- EQUIPAMENTOS UNIVERSITÁRIOS
- HABITAÇÃO

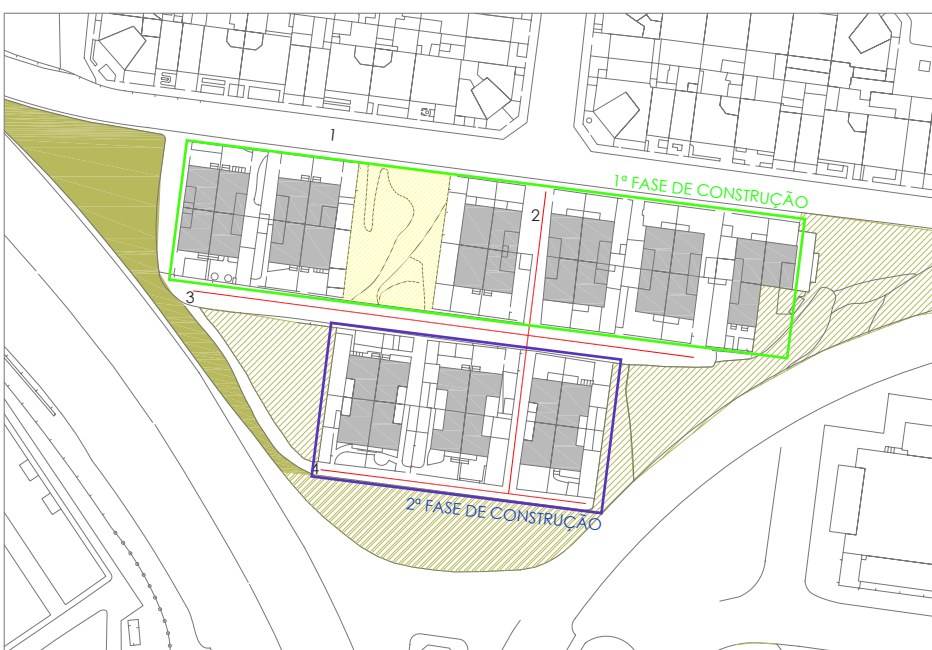


63. PLANTA FUNCIONAL

M. KOHLER, 2009

1. RUA DE ENTRECAMPOS
2. RUA DO PROF. HENRIQUE DAVID
3. RUA DO PROF. ABÍLIO CARDOSO
4. RUA DO PROF. CARLOS ALBERTO F. DE ALMEIDA

- VIAS DE ACESSO E DISTRIBUIÇÃO
- RUÍNAS DE CASA DEMOLIDA
- ARBORIZAÇÃO POUCA DENSE
- ARBORIZAÇÃO DE MÉDIA DENSIDADE
- INACESSÍVEL
- ARBORIZAÇÃO DE MÉDIA DENSIDADE



64. PLANTA ESQUEMÁTICA

M. KOHLER, 2009

3.1. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES URBANAS AO PROJECTO ORIGINAL

As alterações ao projecto original tiveram início, como foi referido no capítulo anterior, no período da construção das habitações, com modificações programáticas e de desenho que melhoraram a utilização interior dos espaços.

ACTUAIS MODIFICAÇÕES DA COLÓNIA

Considerando o projecto construído, podemos afirmar que hoje, dado o tipo de intervenções efectuadas, a Colónia Operária se encontra descaracterizada e sem identidade.

Actualmente encontra-se isolada dentro do tecido urbano pela presença da Via de Cintura Interna (VCI) e seus acessos (Fig. 63). Dadas as características desta via de grande tráfego, existem problemas tanto de isolamento como de ruído e segurança.

CARACTERIZAÇÃO DO EXISTENTE

Neste momento é formada por 9 conjuntos de habitação geminados 4 a 4, restando 35 habitações.

As vias de circulação intersticiais previstas entre cada agrupamento de 4, e no sentido longitudinal do lote, foram transformadas em logradouros e ocupados por anexos, aumentando a área descoberta de cada habitação.

APROPRIAÇÃO DAS PASSAGENS COMUNS PARA UTILIZAÇÃO INDIVIDUAL

A estrutura viária da colónia é composta por apenas três vias no seu interior. Uma das vias liga a Rua de Entrecampos ao interior do bairro (R. do Prof. Henrique David) e as outras duas, perpendiculares à anterior, (R. do Prof. Abílio Cardoso e R. do Prof. Carlos Alberto F. de Almeida), fazem a ligação a todas as habitações.

ESTRUTURA VIÁRIA

As circulações automóvel e pedonal sobrepõem-se. Não existem passeios, nem marcações dos lugares de estacionamento. Por último, existe ainda um espaço sem função concreta, sobre as fundações de uma casa demolida (segundo um dos moradores, pela Câmara Municipal, na sequência da construção da ponte da Arrábida), usado actualmente como estacionamento, depósito de contentores do lixo e, ainda, espaço de lazer de crianças.

Os espaços verdes localizam-se a sul e a poente do conjunto edificado. A sul encontra-se uma zona relvada com árvores, procurando distanciar a colónia da VCI e do acesso ao Campo Alegre. A poente, uma linha de árvores que pretende servir como filtro, entre a VCI e a colónia (Fig. 64).

ESPAÇOS VERDES

Ainda em relação ao espaço público, é de realçar a existência de uma única passagem de peões que liga a Colónia em estudo ao Bairro Sidónio Pais, localizada na recta de acesso à VCI (local onde os veículos atingem uma grande velocidade) e a funcionar através de semáforo, acentuando o seu afastamento face à malha consolidada da cidade do Porto.

Entende-se pois a urgência na reabilitação e reestruturação deste conjunto arquitectónico tendo em conta a sua história e importância no desenvolvimento/crescimento da cidade.



65. FOTOGRAFIAS AÉREAS DE 1939

FOTOGRAFIAS CEDIDA PELO IPAP, C. M. DO PORTO



66. FOTOGRAFIA AÉREA DE 1992

FOTOGRAFIA CEDIDA PELO IPAP, C. M. DO PORTO



67. FOTOGRAFIA AÉREA DE 1999

FOTOGRAFIA CEDIDA PELO IPAP, C. M. DO PORTO



68. FOTOGRAFIA AÉREA

GOOGLE EARTH 2009

O momento decisivo na alteração profunda desta colónia operária face ao seu projecto original teve a ver com a construção da Ponte da Arrábida, inaugurada em 1963 (Fig. 65 a 68).

Nos anos quarenta existiam duas pontes: a de D. Maria Pia, destinada aos transportes ferroviários; e a de D. Luiz I, destinada aos transportes rodoviários, esta com dois tabuleiros, a fazer a ligação entre Vila Nova de Gaia e o Porto, com duas cotas distintas.

Com a expansão demográfica do distrito do Porto e, em particular, do concelho de Vila Nova de Gaia, constatou-se que a circulação na Ponte D. Luiz I se fazia com dificuldade, reconhecendo-se a necessidade da criação de uma via alternativa. Entendeu-se assim a necessidade de construir a Ponte da Arrábida, com projecto aprovado em 1955 e início da sua construção em 1957.

A localização da nova ponte e seus acessos obrigou à requalificação do tecido urbano. Assim, como a ponte surgiu no alinhamento da Colónia Operária Viterbo de Campos, esta foi alvo de inúmeras modificações, tendo-se demolido parte do edificado.

REAJUSTE DA MALHA URBANA E DEMOLIÇÃO DE PARTE DO EDIFICADO

Existem exemplos de cartas enviadas pelos moradores à C.M.P. (Anexo V) que identificam esta fase de alterações da colónia operária. Mas, para além de todo o material escrito recolhido, também foi possível, através de conversas com os proprietários, perceber as dúvidas e dificuldades sentidas pela C.M.P. e pelos moradores relativamente ao futuro desta colónia operária.

Analizadas todas as informações recolhidas e salvaguardando a incerteza das afirmações seguintes, entende-se que, inicialmente, aquando da aprovação da construção da ponte, a C.M.P. iniciou um processo informação/aviso das expropriações, sem explicitar quais as casas que seriam demolidas. Nesse período, existiam rumores entre os proprietários de que todas as casas seriam expropriadas e o bairro demolido.

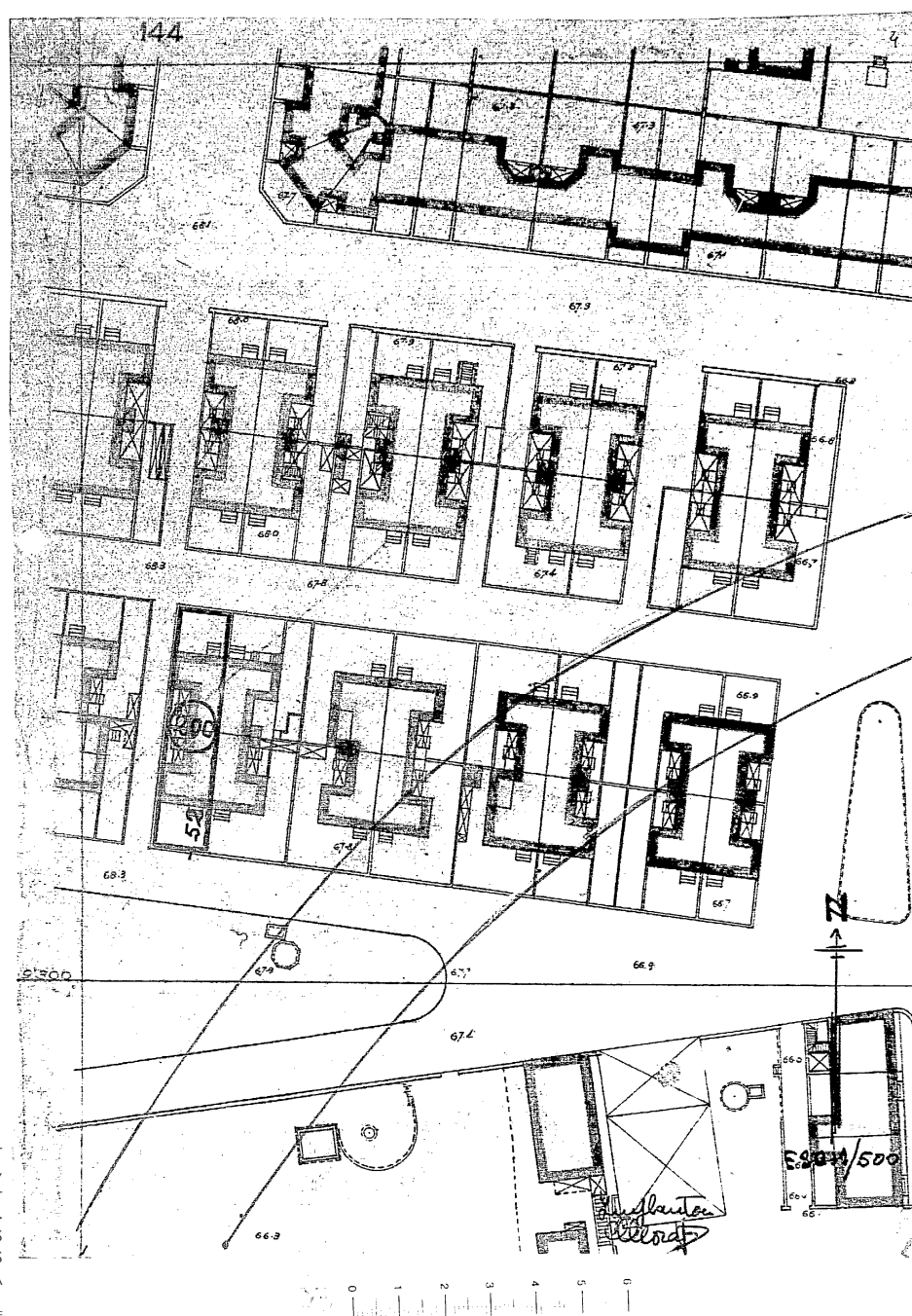
DEMOLIÇÃO DE PARTE DO EDIFICADO

Os proprietários iniciaram a procura de novas habitações, pois, possivelmente, o seu futuro passaria por serem transferidos para os novos bairros de "Casas Económicas", como os bairros da Azenha, Paranhos, Condominhas, S. Roque da Lameira e Viso, que estavam a ser construídos naquele período.

A par deste processo iniciava-se a construção da ponte e, como é visível na planta que se encontrava como anexo de uma carta enviada pelo proprietário da casa 52 à C.M.P. (Fig. 69), em 1956 estavam já identificadas as casas a demolir para criar os acessos à ponte, mas ponderava-se a demolição das outras casas nos anos seguintes.

Assim, e como é visível actualmente, a colónia de implantação rectangular, voltada para o Rio Douro, composta por 64 habitações, geminadas 4 a 4, totalizando 16 conjuntos, e por inúmeros equipamentos de uso colectivo (Fig. 48), ficou sem algumas das suas construções, reduzindo-se a um total de 9 conjuntos.

Entretanto, em consequência de todas as incertezas e da pressão sentida pelos moradores, alguns proprietários iniciaram a venda das mesmas à C.M.P.



69. PLANTA ANEXA À CARTA ENVIADA PELO PROPRIETÁRIO DA CASA 52, EM 1956, PARA A C.M.P. COM O PEDIDO DE OBRAS DE RECUPERAÇÃO. INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DOS ACESSOS QUE IRIAM SER CONSTRUÍDOS AQUANDO DA PONTE DA ARRÁBIDA

Assim aconteceu, segundo o testemunho de um proprietário ainda residente na Colónia, com as 4 habitações que completavam o conjunto que, actualmente, se encontra em falta, e do qual se conseguem identificar as suas fundações. Segundo este morador, estas casas foram vendidas à C.M.P. e os seus proprietários, com o dinheiro da venda, compraram casas noutros locais. Perante as incertezas da C.M.P., estas casas nunca foram arrendadas e/ou vendidas. E, após a construção da Ponte, a C.M.P. não demoliu as casas que ainda restavam, mantendo-as até aos dias de hoje, à excepção do conjunto das 4 habitações acima referidas, que se encontrava devoluto, e em avançado estado de degradação.

DEMOLIÇÃO TARDIA DE 4 HABITAÇÕES
POR AVANÇADA DEGRADAÇÃO

Contudo, e reconhecendo que a Ponte da Arrábida terá sido o principal elemento descaracterizador da Colónia Operária, sabe-se que o seu projecto procurou manter a ligação da mesma com a cidade. Assim, a ponte que prejudicou a relação da colónia operária com o rio Douro, trazendo uma nova imagem não só para a colónia como para a cidade, permitiu, também, a relação entre a cota alta e baixa da cidade, ligando a colónia operária ao rio, através de um acesso pedonal rápido efectuado com o apoio dos elevadores que a rematavam.

ALTERAÇÃO DA RELAÇÃO DAS DIFERENTES COTAS DA CIDADE

Todavia, a ponte da Arrábida não foi o único factor de descaracterização da colónia, e, apesar de a transformar, não a isolou da restante malha urbana, mantendo-se a sua relação com o Bairro Sidónio Pais e com o Rio Douro.

De facto, foi a Via de Cintura Interna, uma importante via de ligação entre o Porto e Vila Nova de Gaia, que passando pela Ponte da Arrábida e ladeando a colónia operária, a marginalizou e isolou de toda a cidade.

CONSTRUÇÃO DA VCI

A construção de uma Avenida de Cintura na cidade do Porto foi referida, pela primeira vez, por Antão de Almeida Garrett no seu "Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto", de 1947.

"Esta Avenida de Cintura começava na ponte projectada para a Arrábida e, ligando à Via Rápida de acesso a Leixões, à Via Norte de acesso a Viana do Castelo e Braga, a uma Via Noroeste em Contumil para aceder a Guimarães e Penafiel, fechava o arco numa nova ponte mista (rodo e ferroviária) que substituiria a velha Ponte Maria Pia. Convém lembrar que, em 1947, nenhuma destas vias ou pontes existia."⁷¹

Mas, "mais tarde, em 1962, Robert Auzelle, no seu Plano Director retoma algumas das concepções anteriores, tentando dar resposta ao galopante trânsito automóvel. É delineada a Via de Cintura Interna, com assumido perfil de via rápida e já não de avenida urbana. Esta via, que começaria na Ponte da Arrábida (na época, ainda em construção), teria o seu término na Avenida de Fernão de Magalhães, junto à zona das Antas.

71. http://pt.wikipedia.org/wiki/Via_de_Cintura_Interna



70. VIA DE ACESSO À VCI
INDICAÇÃO DA PASSADEIRA

M. KOEHLER, FEVEREIRO DE 2009

No ano seguinte é finalmente inaugurada a Ponte da Arrábida e construído o primeiro troço desta via até à antiga Rotunda de Francos, onde se iniciava a Via do Marechal Carmona, como foi oficialmente baptizada a via rápida de acesso a Leixões, hoje Avenida AEP. Na verdade este troço era parte integrante da auto-estrada n.º 1 que, passando a Ponte da Arrábida, terminava logo uns 14 km mais a sul, nos Carvalhos.

Só 26 anos depois, em 1989, a VCI seria prolongada no Porto com a inauguração do tramo entre Francos e o Amial. Na altura já estavam adiantados os planos e estudos para a construção de uma nova ponte sobre o rio Douro, na zona oriental da cidade, por onde deveria passar a futura auto-estrada principal de ligação a Lisboa, substituindo a já muito congestionada Arrábida. Em 1994, a VCI é prolongada até às Antas, engolindo a Avenida de D. João II e substituindo a rotunda da Praça de D. Manuel I, a meio da Avenida de Fernão de Magalhães, por um nó rodoviário. No ano seguinte é construída a Ponte do Freixo e a VCI é prolongada até lá, para receber o trânsito que vinha de Sul." ⁷²

Assim, e percebendo a evolução da VCI, é perceptível que, com o seu crescimento, o seu tráfego fosse aumentando, até chegar a 1995, ano em que circulavam "na margem norte do Douro, 130 mil veículos/dia, com 126 mil a passarem na Ponte da Arrábida". ⁷³

Portanto, a Colónia Operária Viterbo de Campos enquadra-se, hoje, numa nova realidade. Encontra-se rodeada pela VCI e seus acessos, onde a velocidade automóvel é elevada, podendo atingir, por lei, os 90 Km/h. E, face a esta nova condição, a colónia, que mesmo após a construção da Ponte ainda se encontrava integrada na malha urbana, encontra-se hoje descaracterizada, marginalizada e isolada, e mesmo os elevadores da ponte, anteriormente citados, não se encontram em funcionamento, sendo o único acesso ao bairro feito através do acesso à VCI, recorrendo a uma passarela acompanhada por um semáforo, que é controlado por quem à Colónia Operária se dirige (Fig. 70).

72. http://pt.wikipedia.org/wiki/Via_de_Cintura_Interna

73. Idem



CASA 4 - INTRODUÇÃO DE ANEXO JUNTO AO WC



CASA 7 - INTRODUÇÃO DE ACRESCENTO SOBRE A COBERTURA E LATERALMENTE

71. ALTERAÇÕES VOLUMÉTRICAS ANEXOS E ACRESCENTOS

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 41 E 44 - ALTERAÇÃO DAS FACHADAS LATERAIS COM NOVOS ACRESCENTOS



CASA 50- INTRODUÇÃO DE NOVA VOLUMETRIA NA FACHADA LATERAL



CASA 23 - MURO ORIGINAL COM DESENHO EM TIJOLO DECORATIVO (VER IMAGEM XI)



CASA 8 - ALTERAÇÃO DA SUA ALTURA E RECONSTRUÇÃO DO TIJOLO DECORATIVO

72. ALTERAÇÕES NA FACHADA PRINCIPAL E ALTURA DO MURO

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 41 - ALTERAÇÃO COMPLETA DO MURO



CASA 47 - ALTERAÇÃO DA SUA ALTURA E RECONSTRUÇÃO DO TIJOLO DECORATIVO

CASA	FASE	EXTERIOR										INTERIOR					CONSIDERAÇÕES FINAIS				
		VOLUMETRIA - CONSTRUÇÃO ANEXA			FACHADA PRINCIPAL		VÃOS	CAIXILHARIA		COBERTURA		TIPOLOGIA	CAVE	PAVIMENTO	PAREDES	TECTOS					
		NÍVEL TÉRREO	ATÉ AO 2º NÍVEL	COBERTURA	MURO	MATERIAIS	DESENHO	MATERIAIS	PORTADA INTERIOR	MATERIAIS	SIST. CONSTRUT.						=	+	+/-	EST. CONSERV.	CONSERV. PROJ. ORIGINAL
1	1ª	+	=	=	+	=	=	=	+/-	=	=	0	0	0	0	0	7/10	2/10	1/10	Mau	Pouco Alterado
2	1ª	+	=	=	+	=	=	0	+	=	=	0	0	0	0	0	6/9	3/9	0/9	Devoluto - Médio	Pouco Alterado
3	1ª	+	=	=	+	=	=	=	+	+/-	=	0	0	0	0	0	6/10	3/10	1/10	Médio	Pouco Alterado
4	1ª	+	=	=	+	=	=	+	+	+/-	=	0	0	0	0	0	5/10	4/10	1/9	Médio	Pouco Alterado
5	1ª	+	=	=	+	=	=	+	+	=	=	0	0	0	0	0	6/10	4/10	0/10	Médio	Pouco Alterado
6	1ª	+	=	=	+	=	=	=	+	=	=	0	0	0	0	0	7/10	3/10	0/10	Médio	Pouco Alterado
7	1ª	+	+	+	+	=	+	+	+	+	+/-	0	0	0	0	0	1/10	8/10	1/10	Bom	Muito Alterado
8	1ª	+	=	=	+	=	=	=	+	=	=	=	=	=	=	=	12/15	3/15	0/15	Médio	Pouco Alterado
13	1ª	+	+	=	+	=	=	=	+	=	=	0	0	0	0	0	6/10	4/10	0/10	Médio	Médio Alterado
14	1ª	+	=	=	+	=	=	=	+	=	=	0	0	0	0	0	7/10	3/10	0/10	Médio	Pouco Alterado
15	1ª	+	+	+	+	=	=	+	+	+	+/-	+	+	+	+	+	2/15	12/15	1/15	Bom	Muito Alterado
16	1ª	+	+	+	+	=	=	+	+	+	+/-	+	=	+	=	=	5/15	9/15	1/15	Bom	Muito Alterado
17	1ª	+	=	=	+	=	=	=	=	=	=	0	0	0	0	0	8/10	2/10	0/10	Médio	Pouco Alterado
18	1ª	+	=	=	+	=	=	=	+	=	=	0	0	0	0	0	7/10	3/10	0/10	Médio	Pouco Alterado
19	1ª	+	=	+	+	=	+	=	+	+	+/-	0	0	0	0	0	3/10	6/10	1/10	Bom	Muito Alterado
20	1ª	+	=	=	+	=	=	=	+	+/-	=	0	0	0	0	0	6/10	3/10	1/10	Médio	Pouco Alterado
21	1ª	+	=	=	+	=	=	+	+	=	=	+	+	=	=	=	9/15	6/15	0/15	Médio	Pouco Alterado
22	1ª	+	=	=	+	=	=	+/-	+	=	=	0	0	0	0	0	6/10	3/10	1/10	Médio	Pouco Alterado
23	1ª	=	=	=	=	=	=	0	0	=	=	0	0	0	0	0	8/8	0/8	0/8	Devoluto	Pouco Alterado
24	1ª	+	=	=	+	=	=	=	+	+/-	=	0	0	0	0	0	6/10	3/10	1/10	Médio	Pouco Alterado
25	1ª	+	=	=	+	=	=	+/-	+/-	=	=	0	0	0	0	0	6/10	2/10	2/10	Médio	Pouco Alterado
26	1ª	+	=	=	+	=	=	+/-	+	=	=	0	0	0	0	0	6/10	3/10	1/10	Médio	Pouco Alterado
28	1ª	+	=	=	+	=	=	=	+	=	=	0	0	0	0	0	7/10	3/10	0/10	Médio	Pouco Alterado
41	2ª	+	+	+	+	+	=	+	+	+	+/-	+	+	+	+	+	1/10	13/10	1/10	Bom	Muito Alterado
42	2ª	+	=	=	+	=	=	+/-	+	=	=	0	0	0	0	0	6/10	3/10	1/10	Médio	Pouco Alterado
43	2ª	+	=	=	+	=	=	+	+	+/-	=	=	=	+	=	=	9/15	5/15	1/15	Bom	Pouco Alterado
44	2ª	+	=	=	+	=	=	+	+	+/-	=	=	=	=	=	=	10/15	4/15	1/15	Médio	Pouco Alterado
45	2ª	+	=	=	+	=	=	=	=	+/-	=	0	0	0	0	0	7/10	2/10	1/10	Devoluto	Pouco Alterado
46	2ª	+	=	=	+	=	=	=	=	=	=	0	0	0	0	0	8/10	2/10	0/10	Devoluto	Pouco Alterado
47	2ª	+	=	=	+	=	=	=	+	+/-	=	+	+	=	=	=	9/15	5/15	1/15	Bom	Pouco Alterado
48	2ª	+	+	=	+	=	+	+	+	+/-	=	0	0	0	0	0	3/10	6/10	1/10	Bom	Muito Alterado
49	2ª	+	=	=	+	=	=	+	+	+/-	=	0	0	0	0	0	5/10	4/10	1/10	Médio	Pouco Alterado
50	2ª	+	=	+	+	=	=	+	+	+/-	=	=	+	+	=	=	7/15	7/15	1/15	Médio	Médio Alterado
51	2ª	+	=	=	+	=	=	=	+	+/-	=	0	0	0	0	0	6/10	3/10	1/10	Devoluto - Médio	Pouco Alterado
52	2ª	+	=	=	+	=	=	=	+	+/-	=	0	0	0	0	0	6/10	3/10	1/10	Médio	Pouco Alterado

73. TABELA SÍNTESE DE ALTERAÇÕES CONSIDERADAS NA C. O. V. CAMPOS

M. KOHLER, JULHO DE 2009

COR DO EDIFÍCIO

=

MANTEM

+

NÃO MANTEM

+/-

ALGUMAS ALTERAÇÕES

0

SEM INFORMAÇÃO

3.2. ALTERAÇÃO DO EDIFICADO FACE AO PROJECTO ORIGINAL

A análise da situação existente foi essencial para o desenvolvimento deste capítulo, permitindo o reconhecimento das características originais da colónia operária. Foi a análise da localização do bairro, das alterações urbanas e a caracterização do sistema construtivo e materiais utilizados na construção que permitiram perceber quais as alterações que esta sofreu.

Assim, após a visita ao terreno, ao contacto com os moradores, e uma análise volumétrica do edificado, iniciou-se o processo de caracterização de cada habitação.

A referida caracterização foi efectuada com base numa análise exterior de cada habitação e, nos casos em que os proprietários ou inquilinos das mesmas se mostraram interessados e disponíveis, realizou-se também uma visita ao interior.

Os dados recolhidos sobre cada habitação estão presentes na tabela (Fig. 73) efectuada para fazer uma síntese das transformações que se realizaram no bairro.

Tendo em conta a situação actual, foi realizada para todas as habitações uma análise exterior, que incidiu sobre o seguinte conjunto de parâmetros: volumetria, fachada principal, vãos, caixilharias e cobertura.

ANÁLISE EXTEIOR DAS HABITAÇÕES

No projecto original as habitações continham um logradouro associado à fachada principal. Actualmente, os logradouros estão associados às fachadas principal e lateral, excepto nas habitações 1, 4, 14, 17, 20, 49 e 52 que se mantiveram fiéis ao desenho original, sendo que nas situações 14, 17, 20, 49 e 52 servem como acesso ao interior da colónia.

Assim, e considerando a implantação da casa aquela que hoje se apresenta, iniciou-se o estudo sobre o exterior do edificado. Os temas em estudo, anteriormente mencionados, foram escolhidos para que existissem critérios comuns de avaliação.

ACTUALMENTE AS CASAS POSSUEM DIFERENTES IMPLANTAÇÕES

As fachadas laterais foram analisadas caso a caso, não se encontrando mencionadas na tabela, por se ter relacionado com a visita ao interior da habitação, visto os muros altos das mesmas impossibilitarem a sua clara leitura.

É de realçar que, de um modo geral, a volumetria não foi alvo de alterações. As casas mantiveram-se com as características originais e em nenhuma situação houve demolição. No entanto, a apropriação da área de logradouro, atrás referida, levou à construção de novos volumes (anexos) com utilização indiferenciada. As acções realizadas estão presentes na planta (Fig. 76). Estes anexos, quase sempre com a altura de um piso, algumas vezes estendem-se para a habitação cobrindo o alpendre que marca o acesso à cozinha.

VOLUMETRIA

Para além deste tipo de intervenção, fizeram-se, nas coberturas, ampliações que não correspondem a um novo piso, mas a uma alteração do pé direito interior da habitação (Fig. 71).



CASA 7 - ALTERAÇÃO DOS VÃOS - REDUÇÃO DA ALTURA E INTRODUÇÃO DO ÓCULO



CASA 48 - REDUÇÃO DO VÃO MANTENDO A SUA MOLDURA ORIGINAL

74. ALTERAÇÃO DOS VÃOS
FUNÇÃO E DESENHO

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 50 - ALTERAÇÃO E TROCA DOS VÃOS INFERIORES (PORTA E JANELA)



CASA 17 - VÃO SUPERIOR ORIGINAL COM SISTEMA DE SOMBREAMENTO INTERIOR



CASAS 15 E 16 - EM PVC RECUPERANDO O DESENHO ORIGINAL E PORTADAS EXTERIORES



CASAS 43 E 44 - EM ALUMÍNIO, DE CORRER, COM CAIXA DE ESTORE EXTERIOR

75. ALTERAÇÃO DAS CAIXILHARIAS
MATERIAIS E DESENHO

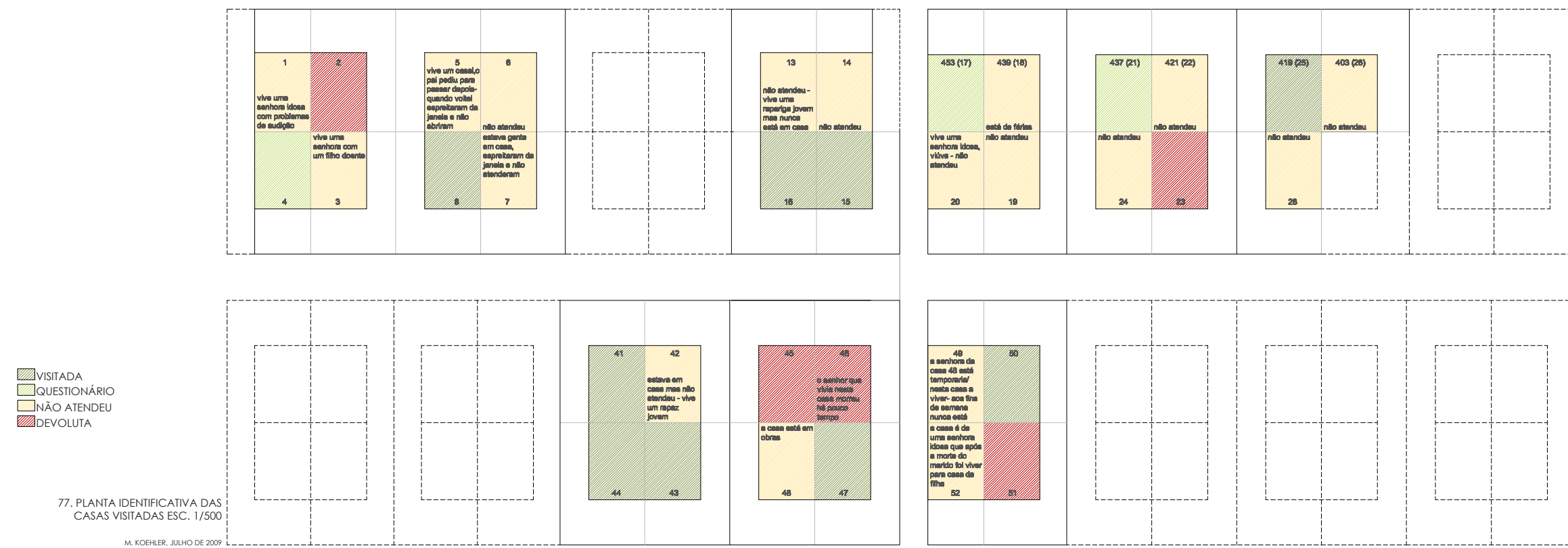
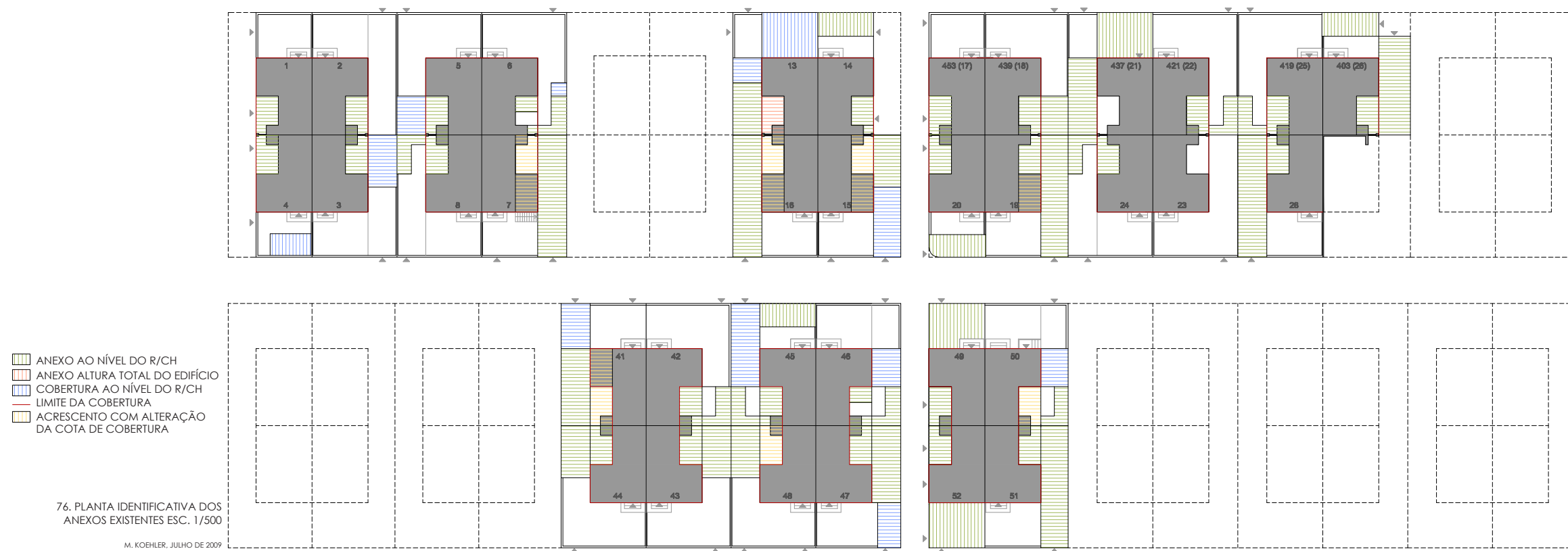
M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 47 - EM MADEIRA, SEM RECUPERAÇÃO DO DESENHO ORIGINAL



CASA 8 - EM MADEIRA COM DESENHO ORIGINAL E CAIXA DE ESTORE EXTERIOR



A alteração do desenho e altura dos muros levou a uma leitura diferente da fachada principal com excepção da casa 23. FACHADA PRINCIPAL

O aumento dos muros, face ao projecto original, terá resultado da necessidade de conquista de maior privacidade, sentida por parte dos seus habitantes. O critério para a análise do desenho desse mesmo muro teve a ver com a manutenção do tijolo decorativo original (Fig. 55). Assim, importa referir que o seu desenho ainda se mantém em muitas habitações. Contudo, é certo que este terá sido reconstruído a par do aumento dos muros, por cada proprietário, sendo notória a divergência das construções realizadas (Fig. 72).

Outro elemento analisado foi o desenho dos vãos. De um modo geral, os vãos são os originais havendo pequenas alterações que se prendem com a altura dos mesmos, em 4 habitações. Nestes casos a diminuição da altura dos vãos é o resultado da colocação, posterior, de uma caixa de estore no interior da habitação (Fig. 74). DESENHO DOS VÃOS

Em relação às caixilharias, o desenho original das mesmas encontra-se alterado em todas as situações de substituição. Os parâmetros da análise estão relacionados com o material da caixilharia e com a existência de portadas interiores para sombreamento, visto serem aspectos significativos na manutenção da estética original da Colónia Operária. CAIXILHARIAS

Importa referir que as caixilharias, na sua maioria, foram modificadas conforme as necessidades de cada habitação. As originais, de madeira, pelo seu desgaste natural, foram substituídas por caixilharias de alumínio e, nas intervenções mais recentes, por caixilharias de PVC. Na generalidade, o desenho da caixilharia de madeira não foi recuperado, mantendo-se, no entanto, na maioria dos casos, o sistema de abrir. Nas situações de intervenção mais recente, em que se utilizaram caixilharias de PVC, houve a preocupação em manter o desenho original.

Importa referir, também, que as portadas interiores de origem, na maioria dos casos foram substituídas por sistemas de sombreamento exteriores, como estores ou portadas (Fig. 75).

Para finalizar a análise exterior, foram consideradas as alterações de materiais e do sistema construtivo das coberturas. O sistema construtivo das coberturas original, em asnas de madeira e telha marselha, mantém-se na maioria dos casos. Contudo, nas situações de ampliação da mesma, recorre-se à utilização de um sistema de vigotas e abobadilhas preenchidas com betão. Note-se que, em alguns casos, a cornija original foi refeita em argamassa de cimento (Fig. 78 e 79). MATERIAIS E SISTEMA CONSTRUTIVO DA COBERTURA

Para a análise do interior das habitações deve-se ter em conta que apenas foram visitadas as habitações 8, 15, 16, 21, 41, 43, 44, 47 e 50, assinaladas a verde escuro na planta correspondente às visitas ao interior das habitações (Fig. 77). ANÁLISE INTERIOR DAS HABITAÇÕES

Das 35 habitações existentes (das quais cinco estão devolutas), 12 foram sujeitas a inquérito aos proprietários e, dessas, 9 foram visitadas, considerando-se uma amostra significativa para a análise e compreensão das alterações efectuadas.



CASA 7



CASAS 15 E 16



CASA 19



CASA 41

78. ALTERAÇÃO DA COBERTURA ACRESCENTO

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 3



CASA 24

79. ALTERAÇÃO DA COBERTURA ALTERAÇÃO DO LIMITE EXTERIOR

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 26 (ORIGINAL)



CASA 48

Para a análise do interior das habitações foram seleccionados os seguintes parâmetros: tipologia, cave, pavimento, paredes e tectos.

Sobre a tipologia, é necessário lembrar que, originalmente, as habitações eram do tipo T3+1, com um quarto no piso térreo e dois no piso superior, contendo ainda um quarto de arrumos no primeiro piso, junto ao quarto de maior área, que, na maioria das vezes se destinou a quarto de dormir.

TIPOLOGIA

Assim, e de acordo com a visita efectuada ao interior das habitações, a tipologia foi, na maioria das situações, alterada, pois o quarto do piso inferior deixou de existir, dando origem a uma área maior de sala que acompanha toda a fachada principal.

O piso térreo foi objecto de importantes alterações, principalmente com a construção avulsa e irregular de anexos exteriores, para os quais foram transferidas funções, como cozinhas e/ou zonas de garagem/arrumos, alterando a imagem exterior da habitação e atribuindo ao piso térreo novas características. Reconhecendo que as maiores alterações se encontram nas casas recentemente restauradas, é importante referir que existe um caso (habitação 47) cuja construção original, no piso térreo, se resume a um espaço amplo que alberga, na sua totalidade, a sala de estar.

PISO TÉRREO

No piso superior as alterações são menores e, na maioria das vezes, relacionam-se com a demolição da parede do quarto de arrumos, conferindo maior área ao quarto de dormir. Contudo, em algumas das habitações visitadas, foi construído um anexo de dois pisos que cobre o alpendre da cozinha, permitindo a criação de uma zona de serviço no primeiro piso, a qual resultou numa pequena área com utilizações diferentes (zona de estar, zona de secagem de roupa e zona de arrecadação) e numa casa de banho.

1º PISO

Sabe-se que o projecto original não contemplava a construção de caves que, no entanto, estão presentes em algumas das habitações.

CAVE

De facto, o único elemento que a construção original previa era um espaço entre o pavimento do piso térreo e o solo, que permitia o arejamento do soalho, e cuja existência se traduzia, na fachada principal, por uma janela horizontal.

A visita realizada ao interior das habitações, permitiu identificar algumas casas com cave na totalidade do seu perímetro. Estas contêm diferentes características construtivas, dependendo da data da sua construção. As mais antigas caracterizam-se por paredes em pedra, chão em terra, e a laje da cobertura corresponde à laje do piso térreo, sendo visíveis os paus rolados de assentamento do soalho do piso superior. As mais recentes têm parede em pedra, sendo as lajes de betão armado (Fig. 80 e 81).

Quanto aos pavimentos das diferentes habitações, foi analisada a preservação do soalho, que originalmente cobria a totalidade da área da habitação. Constatou-se que cerca de metade das habitações mantêm os pavimentos originais. Contudo, nas restantes habitações o soalho original foi substituído por material cerâmico nas zonas de águas.

PAVIMENTO

80. CAVE
ESTRUTURA ORIGINAL

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 21 - ÚNICO ACESSO À CAVE, EXTERIOR



CASA 21 - CAVE, VISTA GERAL



CASA 50 - ÚNICO ACESSO À CAVE, EXTERIOR



CASA 50 - CAVE, VISTA GERAL



CASA 41 - ACESSO À CAVE PELO INTERIOR



CASA 41 - ACESSO À CAVE PELO EXTERIOR



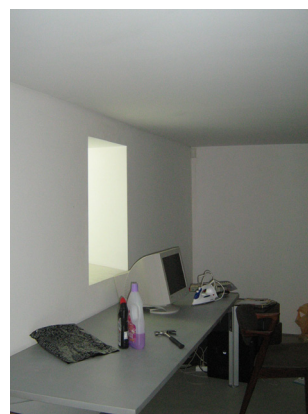
CASA 47 - CAVE, VISTA GERAL



CASA 47 - ÚNICO ACESSO À CAVE, INTERIOR

81. CAVE
INTERVENÇÕES RECENTES

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 47 - CAVE, VISTA GERAL

Nas paredes e tectos não foram detectadas importantes alterações. Somente em duas PAREDES E TECTOS casas, por terem sido objecto de grandes reformulações interiores, foram observados tectos falsos em algumas áreas (por exemplo nas escadas, com redução do seu pé direito) e o recurso a paredes de tijolo (de modo a criar novas divisões, substituindo as originais paredes de tabique).

Em suma, considera-se que o objecto de estudo permanece em grande parte fiel ao original. Após uma reflexão sobre as causas que permitiram este facto, reconhece-se que tal se deve à falta de recursos financeiros e à elevada faixa etária dos proprietários/inquilinos.

82. FISSURAÇÃO DA FACHADA

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 44

83. AUSÊNCIA ESTABILIDADE REBOCO

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 1



CASA 45



CASA 46

84. DEGRADAÇÃO DA PINTURA

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 25



CASA 41



CASA 52

85. DEGRADAÇÃO DAS CAIXILHARIAS

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 45

3.3. ANÁLISE DAS AVARIAS E DEGRADAÇÕES OBSERVADAS NO EDIFICADO

A análise do quadro patológico dos elementos construtivos do edificado existente na Colônia Operária Viterbo de Campos foi efectuada com base no levantamento desenhado e registado fotograficamente durante a visita à colônia e ao interior das habitações.

Pretende-se que o levantamento das avarias/degradações, dos problemas de conforto e de infraestruturas existentes sirva como meio de reconhecimento e reflexão dos problemas e necessidades da Colônia Operária, sendo que as respectivas conclusões constituirão base de apoio para um melhor desenvolvimento da proposta arquitectónica para renovação, restauro e reinserção da mesma na cidade.

Assim, a análise desenvolveu-se através de fichas de trabalho (que se encontram no Anexo VI) com critérios previamente estabelecidos, que foram levadas para o local e preenchidas habitação a habitação, através da observação das mesmas e, também, de algumas respostas a perguntas efectuadas aos residentes.

Recorreu-se a duas fichas de caracterização distintas, nas quais foram identificadas as avarias/degradações exteriores e interiores. As primeiras foram realizadas através de uma observação pelo exterior de cada habitação. As fichas de interior foram preenchidas somente nas casas em que foi possível entrar, aproveitando esse momento para realizar as perguntas aos seus moradores, sobre os problemas de conforto e de infra-estruturas presentes nas casas e na colônia.

Na análise exterior, tomou-se como critério a procura de degradações relacionadas com a estrutura, a fissuração das fachadas, a ausência de estabilidade de rebocos, a degradação da pintura, as caixilharias, a cobertura, o deficiente sistema de recolha de águas pluviais, o aparecimento de humidades e infiltrações e a invasão de espécies vegetais.

ANÁLISE EXTERIOR

Pretende-se, deste modo, apresentar e analisar as avarias/degradações mais frequentes e reconhecer as causas da sua origem.

Não foram encontrados casos, com uma eventual excepção, de habitações com problemas estruturais. A estrutura das casas do século XIX, realizada em alvenaria de pedra, utilizando as paredes mestras como paredes de meiação, e sapatas de pedra sobre o solo, é uma estrutura estável que, mantendo-se até aos dias de hoje poderá, ainda, ser utilizada numa estratégia de intervenção futura. Existe somente um caso (habitação 44) que poderá apresentar problemas estruturais. Esta habitação apresenta uma fissura expressiva na sua fachada principal, sendo que o aparecimento da mesma poderá estar relacionado com o deslocamento ou cedência da parede de meiação desta habitação com a habitação 43, durante as obras de restauro desta última (Fig. 82).

FISSURAÇÃO DA FACHADA

A ausência de estabilidade dos rebocos, presente nas casas devolutas, é o resultado do desgaste temporal dos materiais componentes da fachada, que expostos às variações climáticas e sem manutenção regular entram em processo de degradação (Fig. 83).

AUSÊNCIA ESTABILIDADE DO REBOCO

A degradação das pinturas, também com origem no tempo de conservação do próprio material, surge com maior frequência. Contudo, os casos encontrados são superficiais, não tendo sido reconhecido algum caso de reparação urgente (Fig. 84).

DEGRADAÇÃO DAS PINTURAS

86. DEGRADAÇÃO DA COBERTURA

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 2



CASA 20



CASA 42

87. SISTEMA DE ÁGUAS PLUVIAIS

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 45

88. INVASÃO POR ESPÉCIES VEGETAIS

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 23

89. HUMIDADES E INFILTRAÇÕES

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 49



CASA 16



CASA 45

Em relação às caixilharias, a maioria das habitações possui caixilharias novas de madeira, alumínio ou PVC. Encontrou-se, somente, uma caixilharia original degradada (habitação 45), cujo restauro deveria ser realizado com alguma urgência de modo a prevenir o aparecimento de avarias de maior expressão (Fig. 85).

DEGRADAÇÃO DA COBERTURA

As coberturas, de uma forma geral, encontram-se em bom estado de conservação. Contudo, existem quatro habitações cuja manutenção ou reparação não foi efectuada no devido tempo, resultando na degradação dos seus componentes, principalmente na madeira que, estendendo-se para além do volume correspondente ao edifício, se encontra danificada e, em alguns casos, a desligar-se da cobertura (Fig. 86).

SISTEMA DE ÁGUAS PLUVIAIS

Os problemas relacionados com o sistema de recolha das águas pluviais, neste caso específico, não puderam ser considerados como avarias/degradações, visto que o mesmo não se encontra integrado no projecto original para as habitações desta colónia. Contudo, nos casos em que existe, em PVC ou em chapa, o sistema encontra-se a funcionar, excepto na habitação 45, devoluta, em que a caleira se encontra partida e em avançado estado de degradação (Fig. 87).

HUMIDADES E INFILTRAÇÕES

A existência de humidades e infiltrações deve-se, principalmente, à ausência de sistema de recolha de águas pluviais, sendo visíveis focos de humidade e infiltrações na base das casas, junto ao solo, no local onde a água proveniente do telhado cai, gerando infiltração (Fig. 89).

INVASÃO POR ESPÉCIES VEGETAIS

Por último estudou-se a invasão de espécies vegetais, não tendo sido encontrados casos em que fosse visível esta patologia. Contudo, a casa 23, devoluta e entaipada, encontra-se, toda ela, rodeada por elementos vegetais, provenientes do seu abandono, impossibilitando o acesso à mesma (Fig. 88).

ANÁLISE INTERIOR

Nos interiores, os casos de estudo analisados foram aqueles cuja visita foi facilitada pelos seus residentes.

Na análise dos interiores das habitações, e ainda que tomando como suficiente o número de casas visitadas para uma apreciação, assume-se que as conclusões apresentadas deixam margem ao aparecimento de outras avarias/degradações que não as referidas.

Assim, a nível do interior e após a análise de todos os materiais que compunham os diversos espaços e tendo presentes as alterações que cada casa contém, as degradações verificadas foram: humidades e condensações, fissuras e degradação de revestimentos.

HUMIDADES E CONDENSAÇÕES

As humidades e condensações surgem, genericamente, em espaços mal ventilados, como caves e casas de banho. Apresentam-se, ainda, nas paredes e tectos dos quartos do piso superior, talvez por se encontrarem próximos da cobertura e pela necessidade da sua impermeabilização. (Fig. 90).

Esta avaria surge, também, nas habitações que contêm novos acrescentos, no logradouro ou na cobertura. Neles são visíveis humidades e até mesmo a existência de

90. HUMIDADES E CONDENSAÇÕES

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 15 - PAREDE DA CAVE



CASA 16 - HUMIDADE NO ACRESCENTO, PISO 1



CASA 43 - TECTO DO WC, PISO 0

91. FISSURAÇÃO PAREDES, TECTOS

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 8 - PAREDE E TECTO DO QUARTO, PISO 1



CASA 15 - PAREDE DO QUARTO, ACRESCENTO, PISO 1



CASA 15 - TECTO DO SÓTÃO, PISO 1



CASA 8 - DESGASTE DA PINTURA, PAREDE DAS ESCADAS



CASA 16 - DESGASTE DO PAVIMENTO



CASA 21 - DESGASTE DA PINTURA DA PORTA

92. DESGASTE DOS REVESTIMENTOS

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 44 - DESGASTE DA PINTURA, TECTO DO WC



CASA 44 - DESGASTE DO PAVIMENTO



CASA 47 - DEGRADAÇÃO DA PINTURA, PAREDE MEACÃO

bolores, nas paredes e tectos, em resultado do deficiente isolamento das mesmas. Contudo, a análise efectuada atribui maior relevância à construção original, sendo que estas avarias não servirão como referência para o desenvolvimento da proposta de intervenção apresentada posteriormente.

FISSURAÇÃO DE PAREDES, TECTOS E PAVIMENTOS

Quanto à fissuração de paredes, tectos ou pavimentos interiores, não se encontram situações de especial relevância, sendo que as encontradas, muito superficiais, não indiciam uma diminuição da segurança dos elementos estruturais. Assim, e de um modo geral, encontraram-se algumas fissuras leves nas paredes ou nos tectos, principalmente junto às paredes exteriores e junto da cobertura. O aparecimento de fissuras em direcções aleatórias pode ser devido à falta de aderência da pintura, à retracção da argamassa de revestimento ou à falta de aderência da argamassa à parede. (Fig. 91)

DESGASTE DOS REVESTIMENTOS

Para finalizar, e em relação aos revestimentos, exceptuando as casas que sofreram obras de restauro recentes, e nas quais foram alterados ou substituídos os seus materiais de revestimento, são visíveis, na generalidade das casas, o desgaste dos materiais, da pintura, dos revestimentos cerâmicos das paredes e pavimentos e ainda do soalho. (Fig. 92)

Assim, após esta apresentação das avarias e degradações existentes, conclui-se que a idade da mesma, a falta de recursos financeiros por parte dos seus habitantes, as baixas rendas praticadas e o abandono de algumas casas, são os principais motivos para o aparecimento das situações expostas, interferindo directamente no seu estado de conservação.

Continuando a avaliação da colónia, é importante referir que o seu estado de conservação não influencia a sua segurança, pois as avarias encontradas estão mais relacionadas com a falta de manutenção do que com problemas estruturais.

Em suma, o sistema construtivo e os materiais originais das construções presentes encontram-se, de uma forma genérica, em bom estado de conservação. Assim, numa futura reabilitação do conjunto edificado existente deve-se prever a sua manutenção e, em alguns casos, a recuperação dos seus componentes, para lhes atribuir maior durabilidade.

Para a proposta apresentada no capítulo seguinte, independentemente da estratégia que for adoptada, devem assumir-se e enquadrar-se as premissas supracitadas como ponto de partida para o seu desenvolvimento.

93. CONFORTO TÉRMICO
MATERIAIS

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 15 - PAREDE DE MEACÃO, PEDRA À VISTA



CASA 47 - PAREDE DIVISÓRIA, TABIQUE À VISTA

94. CONFORTO TÉRMICO
SISTEMAS DE AQUECIMENTO

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 15 - RECUPERADOR DE CALOR NA SALA



CASA 16 - RECUPERADOR DE CALOR NA SALA



CASA 47 - RECUPERADOR DE CALOR NA SALA



CASA 8 - CAIXILHARIA SIMPLES EM MADEIRA



CASA 44 - CAIXILHARIA SIMPLES EM MADEIRA

95. CONFORTO ACÚSTICO
CAIXILHARIAS

M. KOEHLER, JULHO DE 2009



CASA 15 - CAIXILHARIA DUPLA EM PVC



CASA 15 - CAIXILHARIA DUPLA EM PVC

3.4. ANÁLISE DOS PROBLEMAS DE CONFORTO E INFRAESTRUTURAS

Após a análise das alterações e do diagnóstico efectuados no sub-capítulo anterior, é necessário referir os problemas de conforto e de infra-estruturas que a mesma apresenta, de modo a concluir a análise de todos os elementos recolhidos, durante as visitas à colónia operária em estudo.

Esta análise permite-nos alcançar uma maior clareza relativamente a aspectos fundamentais para a realização da proposta de intervenção projectual, e servirá como meio determinante de adequação ao existente.

Assim, vão ser avaliados os aspectos relacionados com o conforto térmico e acústico e as infra-estruturas habitacionais e urbanas presentes na colónia operária em estudo.

Ao nível do conforto térmico a abordagem do estudo foi dividida em dois pontos: CONFORTO TÉRMICO
materiais de construção e sistemas de ventilação e aquecimento existentes.

Em relação aos materiais de construção temos a pedra e a madeira. A pedra, neste caso, é utilizada como material estrutural, mas devido à sua função, atinge uma espessura considerável que minimiza a sua baixa capacidade térmica. A madeira, por sua vez, é um bom isolante térmico (Fig. 93).

Em relação aos sistemas de aquecimento e ventilação, das habitações visitadas somente três delas possuem sistema de aquecimento. Um recuperador de calor, que não só permite alcançar uma maior temperatura interior na habitação como ajuda à sua desumidificação (Fig. 94).

Quanto a sistemas de arrefecimento, não foi encontrado algum caso com inserção desse sistema, e de facto tal não se justifica, devido ao sistema construtivo e também às caixilharias existentes, em madeira, que não estancam o ar, permitindo sempre a ventilação e renovação do mesmo. Para finalizar, não foi verificada a existência de sistemas de ventilação forçada, sendo que todos os espaços são ventilados naturalmente.

Quanto ao conforto acústico, também se dividiu a análise em dois pontos: CONFORTO ACÚSTICO
dimensão dos espaços e materiais construtivos.

No caso em estudo, os problemas acústicos não se prendem com a dimensão dos espaços e seu pé-direito nem com os materiais utilizados.

Contudo e embora a opinião de todos os moradores seja unânime em afirmar que o ruído exterior, da VCI, não os "incomoda", é importante notar que este existe e afecta a qualidade acústica das habitações.

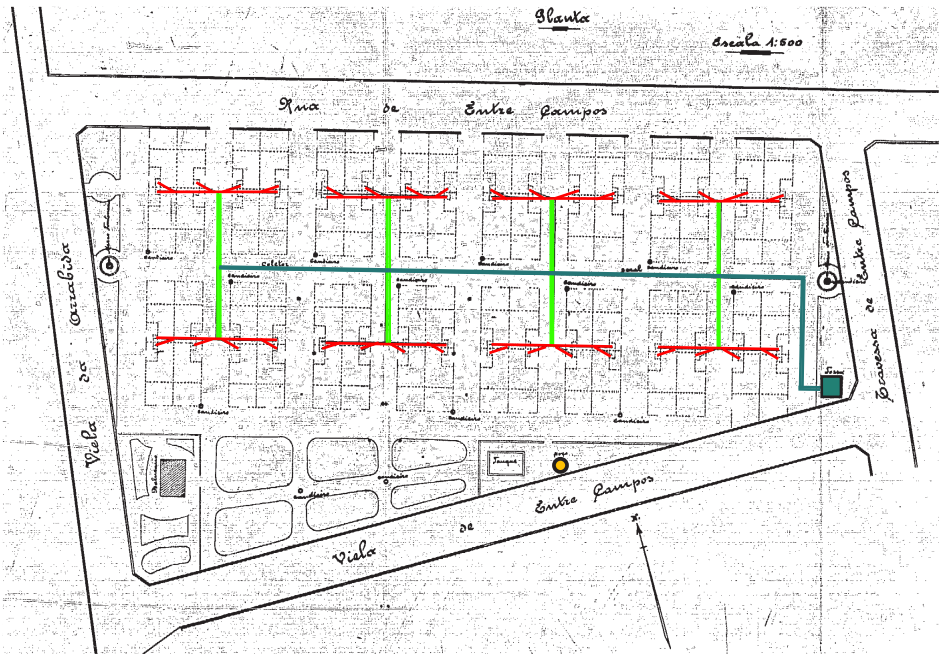
Assim, para este estudo, é importante atender que os vãos das casas possuem, na sua generalidade, caixilharias simples, que não isolam o ruído exterior. Somente as casas com intervenção recente possuem caixilharias de vidro duplo para redução do ruído, tendo sido este o único instrumento para correcção acústica encontrado (Fig. 95).

Resumindo, as casas na sua generalidade devem ser objecto de melhoramento relativamente aos desempenhos térmico e acústico, sendo que a inserção destes sistemas deve salvaguardar o sistema construtivo original, característico do século XIX e presente na colónia operária.

- POÇO
- PEQUENAS CONDUTAS
- CONDUTAS INTERMÉDIAS
- CONDUTA GERAL
- FOSSA

96. PLANTA DE DISTRIBUIÇÃO DA
CANALIZAÇÃO DOS ESGOTOS
BAIRRO OCIDENTAL, 1915

M. KOEHLER SOBRE PLANTA PERTENCENTE AO ARQUIVO
HISTÓRICO DO PORTO, CASA DO INFANTE



CASA 44 - WC - ABASTECIMENTO DE ÁGUA



97. INFRAESTRUTURAS HABITACIONAIS
CANALIZAÇÃO DE ÁGUA
REDE INDIVIDUAL À VISTA

M. KOEHLER, JULHO 2009

CASA 8 - COZINHA - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Assim, poderiam ser dotadas de isolamento térmico (como por exemplo: poliestireno extrudido) através da sua aplicação pelo interior das paredes e da cobertura.

Para além deste sistema, sugere-se a alteração das caixilharias simples, de madeira, por um sistema de caixilharia dupla, também de madeira, o qual resolve os problemas de conforto referidos anteriormente.

Para completar este estudo, é necessário proceder à análise das infra-estruturas habitacionais e urbanas presentes na colónia operária.

Quanto aos sistemas infra-estruturais habitacionais é importante referir, uma vez mais, que o projecto inicial para esta colónia operária previa redes de abastecimento de água e de saneamento ligadas às redes públicas. Contudo, ao nível do abastecimento de água pensa-se que o poço seria o único meio para abastecimento de água ao bairro. Em relação ao sistema de saneamento/esgotos é visível, na planta de 1915 intitulada "Distribuição da canalização dos esgotos no Bairro Operário a edificar entre as vielas", que esta se dividia e que se iniciava com pequenas condutas que integravam grupos de 4 habitações que, por sua vez, se ligavam a uma outra conduta intermédia, juntamente com a pequena conduta de outro conjunto de quatro habitações e, por fim, esta ligava-se a uma conduta geral que recebia todas as condutas intermédias, ligando-se, por fim, à fossa que se ligaria à rede pública (Fig. 96).

INFRAESTRUTURAS HABITACIONAIS

Actualmente, o poço já não existe e por isso o abastecimento de água é efectuado de forma diferente. Pensa-se que esta alteração foi efectuada durante a construção da ponte da Arrábida, a qual determinou a destruição do poço e gerou a construção de redes de abastecimento individuais para cada casa. Assim, e como foi constatado, cada casa integra sistemas canalizados de abastecimento de água. Por exemplo, a casa 8, integra tubagens exteriores em aço inox (Fig. 97).

Por sua vez, dada a idade da colónia operária e visto não ter sido encontrado qualquer registo de alteração da rede de saneamento, pensa-se que esta continue a ser a original em manilhas cerâmicas ou de cimento. Contudo, sabemos pelos moradores que as condutas de esgotos efectuem a recolha dos resíduos através de um sistema fechado para cada 4 habitações, diferenciando-se do sistema apresentado em projecto. Assim, a habitação 4 recebe os resíduos da habitação 3, a 3 recebe os resíduos da 2 e a 2 recebe os resíduos da 1, sendo que, no final, a habitação 4 é aquela que se liga à rede comum. Este sistema, que resulta num constante entupimento das condutas, deve, caso seja possível, ser revisto e alterado para um sistema individual de canalização de esgotos.

Em relação às infra-estruturas urbanas é importante referir que a colónia operária se encontra em situação de urgente requalificação, visto não conter as infra-estruturas necessárias para o seu bom funcionamento. As áreas verdes existentes não se encontram definidas, nem pela sua forma nem pela sua função, surgindo como espaços sobranceiros ou como filtro à VCI, sem qualquer tipo de qualificação. Para além do referido, a colónia operária não apresenta equipamentos de apoio aos seus moradores, nem uma definida distinção entre zonas de circulação pedonal e automóvel.

INFRAESTRUTURAS URBANAS

Para finalizar, para além de uma mesa e de dois bancos em pedra, existentes na zona sul da colónia, não existe qualquer espaço de estar, tal como uma praça ou um largo, para encontro dos moradores ou servindo como zona lúdica para crianças, nem qualquer tipo de mobiliário urbano complementar à vivência do espaço, tal como caixotes do lixo ou candeeiros (Fig. 98).



1. R. PROF. ABILIO CARDOSO



2. R. PROF. HENRIQUE DAVID



3. R. PROF. HENRIQUE DAVID



4. FOTOGRAFIA AÉREA GERAL



5. ESPAÇO SEM UTILIZAÇÃO ONDE JÁ EXISTIU UMA CASA



6. R. PROF. CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA VISTA PELA VCI



7. ESPAÇO VERDE ENTRE CASAS E VIA PANORÂMICA



8. ESPAÇO VERDE ENTRE CASAS E VCI



9. VCI E ESPAÇO VERDE EXISTENTE NA R. PROF. CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA



10. RUA DE ENTRECAMPUS, ESPAÇO VERDE QUE ANTECEDE A COLÓNIA VITERBO DE CAMPOS



11. VIA PANORÂMICA E R. PROF. CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA

1. PAVIMENTO SEM DISTINÇÃO AUTOMÓVEL E PEDONAL
2. PAVIMENTO SEM DISTINÇÃO AUTOMÓVEL E PEDONAL
3. PAVIMENTO SEM DISTINÇÃO AUTOMÓVEL E PEDONAL
4. FOTOGRAFIA GERAL, VISUALIZAÇÃO DAS ÁREAS VERDES
5. VAZIO - ESPAÇO ESPECTANTE
6. FILTRO DE ÁRVORES - ESPAÇO SEM UTILIZAÇÃO
7. ESPAÇO VERDE SEM UTILIZAÇÃO - SEPARAÇÃO ENTRE O BAIRRO E A VCI
8. FILTRO DE ÁRVORES - ESPAÇO SEM UTILIZAÇÃO
9. FILTRO DE ÁRVORES
10. ZONA VERDE SEM UTILIZAÇÃO, PASSEIO DESCONTINUO
11. MESA E BANCOS - MOBILIÁRIO URBANO

98. INFRAESTRUTURAS URBANAS ESPAÇOS VERDES, VIAS PEDONAIS E AUTOMÓVEIS, MOBILIÁRIO URBANO

M. KOEHLER, JULHO 2009 (IMAGENS 1, 2, 3, 5 E 7)
WWW.MAPS.GOOGLE.PT (IMAGENS 4, 6, 8, 9, 10 E 11)

Em suma, a necessidade de renovação urbana e habitacional é imperativa de modo a atribuir a esta colónia uma nova vivência, ligada ao conforto, à segurança e à salubridade exigidas actualmente.

Face ao anteriormente exposto, e à descaracterização urbana que a envolve, conclui-se que se a mesma tivesse evoluído noutro sentido, poderia, actualmente, 100 anos após a sua construção, não conter elementos de valor histórico/patrimonial relevantes.

Contudo, neste caso, importa renová-la e restaurá-la, ao nível urbano e do edificado, de modo a que lhe seja atribuída a importância que a C.M.P. lhe reconhece quando a considera como imóvel de valor arquitectónico, indicando-a na Carta dos Valores Arquitectónicos.

Consequentemente, o capítulo seguinte apresentará uma proposta de intervenção que terá em consideração todos os temas aqui levantados e pretenderá criar uma nova imagem urbana e uma nova condição social e habitacional para esta colónia operária.

4.

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

4.1. INTERVIR EM EDÍFÍCIOS PROTEGIDOS

A proposta de intervenção para a Colónia Operária Viterbo de Campos surge da necessidade de recuperar o património histórico da cidade do Porto, mesmo que, e neste caso concreto, se procure distinguir e atribuir o verdadeiro valor arquitectónico a um património de raiz popular.

Embora, na maioria dos casos, os valores arquitectónicos conhecidos e reconhecidos estejam ligados a equipamentos e/ou habitações representativas de uma classe bem posicionada, social, cultural e monetariamente, recorrendo, a uma arquitectura de excepção (como os palacetes do séc. XX), o facto é que, também, se pode reconhecer o valor arquitectónico do edificado corrente, com o objectivo de reavivar a memória histórica e arquitectónica de uma determinada época e estilo de vida.

O início do percurso para a reabilitação da colónia operária em estudo, esteve ligado ao facto de esta se encontrar descrita na *Carta dos Valores Arquitectónicos* da Câmara Municipal do Porto, apontando, assim, a sua importância enquanto conjunto arquitectónico de referência, quer seja pelo do seu valor enquanto património histórico, social, cultural, e/ou estético.

A arquitectura social do século XX, assumiu um papel inovador face ao que se teria desenvolvido anteriormente. O conforto habitacional das classes com menor poder económico jamais teria sido julgado. Contudo, numa fase onde se procura a modernidade e, consequentemente, a higienização, inicia-se a problematização da habitação social. E, neste contexto, a construção de habitação social intensifica-se e surgem as colónias operárias, procurando não só dotar as habitações dos valores modernos, como promovendo a integração social dos estratos mais baixos da sociedade.

É esta vertente histórica, e todas as referências que foram citadas no capítulo 2, que se procura reflectir e confrontar com a actual situação urbana, arquitectónica e habitacional da colónia operária, de modo a conseguir que, na mesma, se desenvolvam critérios para a sua reabilitação.

Após a consulta da *Carta dos Valores Arquitectónicos* da C.M. Porto, procurou-se compreender como se pode intervir em edifícios protegidos ou imóveis de interesse arquitectónico.

Assim, e como descrito no Artigo 45.º do Regulamento do PDM, relativo a Imóveis de interesse patrimonial:

“1 - Os imóveis de interesse patrimonial, identificados na planta de ordenamento - carta do património e anexo I deste Regulamento, correspondem a imóveis que, pelo seu interesse histórico, arquitectónico ou ambiental, devem ser alvo de medidas de protecção e valorização.

2 - Sempre que a tipologia arquitectónica o permita, admitem-se obras de alteração e ampliação desde que devidamente justificadas e que não desvirtuem as características arquitectónicas e volumétricas do existente, devendo a operação colher parecer prévio dos serviços competentes.

3 - A demolição total ou parcial de imóveis de interesse patrimonial é sujeita a parecer prévio dos serviços competentes e só é permitida por razões que ponham em causa a

segurança de pessoas e bens, de salubridade e higiene e, ainda, nos casos em que a mesma tenha como objectivo a qualificação arquitectónica ou urbanística.”⁷⁴

Na sequência destes pressupostos, iniciou-se o processo de estudo da colónia operária procurando compreender que pela sua antiguidade, pela relação com factos históricos e pelas suas características arquitectónicas e construtivas, esta se assume como uma referência na imagem da Cidade e na sua identidade.

Para além destes factores, a sua presença junto à Ponte da Arrábida, uma importante via de acesso à cidade para quem se dirige à mesma, vindo de Sul, torna esta colónia operária diferente das restantes, que integradas na malha consolidada da mesma, talvez não assumam o papel, tão importante, de “imagem” ou “entrada” na cidade.

Assim, como elemento de referência na imagem da cidade e na sua identidade, a reabilitação da colónia operária em estudo, deve procurar manter o seu carácter patrimonial, histórico e arquitectónico, procurando responder aos critérios de intervenção apresentados no ponto 4 de C.M.Porto, *Intervir em Edifícios Protegidos*, Porto, Maio de 2009:

AUTENTICIDADE: a intervenção deverá preservar o edificado existente nos seus múltiplos aspectos, nomeadamente quanto aos sistemas estrutural e organizacional. O valor está no edifício como um todo, não devendo ser sobrevalorizada a sua imagem exterior, mas a integridade de todos os seus componentes.

REVERSIBILIDADE: as alterações deverão ter, tanto quanto possível, carácter reversível, circunscrevendo-se à necessidade de resposta a questões funcionais ou regulamentares, devendo ter como objectivo a valorização das pré-existências.

INTEGRAÇÃO NA ENVOLVENTE: toda a proposta deverá sempre salvaguardar o próprio carácter do imóvel bem como a imagem do conjunto, preocupação esta relevante no caso do imóvel integrar um grupo de edifícios.

VOLUMETRIA: deverão ser objecto de cuidada análise e ponderação as questões que envolvam o aumento de volumetria, em altura e/ou em profundidade, devendo o novo corpo revelar uma cuidada articulação com a preexistência e a sua envolvente.

SISTEMA ESTRUTURAL: a manutenção da estrutura existente seja de madeira, ferro ou betão armado evita onerar a intervenção. Nos imóveis inseridos em áreas históricas, refere-se a importância vital da manutenção do sistema de distribuição vertical (escadas), normalmente associada a iluminação zenital (clarabóia) e intimamente ligada à organização espacial.

74. Regulamento PDM, Artigo 45.º - Imóveis de interesse patrimonial.

ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS E PORMENORES DECORATIVOS: conservar toda a diversidade arquitectónica que confere carácter ao imóvel, seja exterior ou interior (cantarias em granito, panos de azulejo, gradeamentos de ferro, pormenor das caixilharias, soalhos, tectos de estuque, lambris ou apainelados)." ⁷⁵

Em suma, com base nestes pressupostos, após a identificação do imóvel - verificando a sua classificação como imóvel de interesse arquitectónico, e depois de um levantamento fotográfico e desenhado, com plantas, cortes e alçados, foi possível analisar e desenvolver a proposta que será apresentada nos sub-capítulos seguintes: 4.2 e 4.3.

Para concluir, esta proposta poderá servir como base a uma intervenção, quer por parte de organismos públicos, quer por parte dos proprietários privados, evitando intervenções profundas e dispendiosas para os mesmos, visto ter sido pensada e desenvolvida procurando responder a todos os critérios anteriormente citados e percebendo a situação social e económica actual, em que se encontram os moradores e/ou proprietários dos imóveis.

75. C.M.Porto, "Intervir em edifícios Protegidos", Porto, Maio de 2009.

4.2. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Após noventa e cinco anos do projecto e consequente construção da Colónia Operária Viterbo de Campos pela Câmara Municipal do Porto, sob a direcção e autoria do Eng. Albano Aníbal de Barros, é urgente, hoje, a sua reabilitação.

O estado de degradação, a elevada taxa etária dos moradores, as inúmeras construções ilegais de anexos e prolongamentos do edificado, a tentativa de recuperação desigual operada pelos seus proprietários/inquilinos e a situação urbana em que se encontra, faz com que a colónia perca a sua identidade e o seu carácter histórico.

O principal objectivo da intervenção é desenvolver uma estratégia conjunta para a integração da colónia na presente situação urbana e arquitectónica, respondendo às actuais exigências de segurança, salubridade e conforto, e procurando conservar a sua imagem global, mantendo e recuperando as características de valor patrimonial que a colónia possui.

Assim, para esta estratégia de intervenção, definiram-se cinco tópicos de actuação:

A. ENQUADRAMENTO URBANO À ESCALA DA CIDADE

Ao nível urbano, a proposta de intervenção desenvolveu-se no sentido de clarificar a estrutura viária que envolve a colónia operária, procurando estabelecer novas regras para integração da mesma na cidade, através da sua leitura em conjunto com o Bairro Sidónio Pais, situado a Norte da mesma.

Assim, e sabendo que a colónia operária em estudo se encontra rodeada pela VCI e pelos seus acessos, foi importante rever o traçado desta importante via de ligação entre as diversas zonas da cidade.

O facto de o acesso à VCI, vindo do Campo Alegre, se situar entre os bairros Sidónio Pais e Viterbo de Campos, constitui uma barreira física entre ambos e isola a colónia, numa área triangular, na qual só esta se encontra, rodeada, por todos os lados dos referidos acessos rápidos à cidade.

Portanto, aproveitando a estrutura já existente de um acesso secundário à VCI, que se encontra delineado para utilização policial, a Sul do Bairro, a proposta prevê um desvio do actual acesso, que se encontra a Norte Colónia Operária, deixando-a interagir/relacionar com o Bairro Sidónio Pais e também com o Jardim Botânico, clarificando o remate da cidade face à Via de Cintura Interna.

Ainda ao nível urbano e procurando criar maior dinâmica de fluxos de mobilidade na colónia, percebeu-se que a renovação dos circuitos viários e pedonais deveria ser alterada e simplificada, procurando criar novas relações com os três pólos, de maior

dimensão, que lhe estão próximos: a Rua do Campo Alegre (com equipamentos, serviços, comércio e habitação), a Via Panorâmica (com as faculdades de Ciências e de Arquitectura) e a Rua das Estrelas (com o Planetário, o Teatro do Campo Alegre e o acesso ao CDUP).

A proposta de intervenção, prevê, desta forma, e como é visível na Fig. 101, presente no sub-capítulo 4.3. PEÇAS DESENHADAS, que os circuitos se tornem claros e autónomos dos acessos à VCI.

Em primeiro lugar e ao nível viário, a proposta apresenta uma alteração na Travessa de Entrecampos, que actualmente de um sentido, passaria a conter dois sentidos, cada um com uma faixa de rodagem, de forma a que o acesso ao bairro fosse facilitado, atribuindo-lhe duas possibilidades: a Travessa de Entrecampos e a Rua de Entrecampos (já existente).

Em segundo lugar, os percursos pedonais alteram-se, sendo que se mantém o acesso pedonal pela Travessa de Entrecampos, altera-se o acesso proveniente da Via Panorâmica e cria-se um novo acesso pela Rua das Estrelas.

Assim, em relação ao acesso pela Via Panorâmica, que actualmente é um atalho sem segurança, cujo acesso à cota superior, se efectua através de uma escada, junto ao viaduto que integra a Rua de Entrecampos, a proposta prevê alargá-lo e protegê-lo, assumindo-o como uma possibilidade de acesso.

Quanto ao novo acesso que une a Colónia Operária à Rua das Estrelas, é proposta uma ponte pedonal que atravessa a VCI e que permite a ligação rápida entre estes dois pontos.

É importante referir, também, que estes dois últimos acessos são propostos não só pelas razões citadas anteriormente mas, também, pelo facto de, neste momento, serem utilizados de forma informal e sem segurança.

Para finalizar, a proposta prevê uma ciclovia que acompanha o percurso viário e pedonal na Rua do Campo Alegre e na Via Panorâmica. Contudo, e face ao existente, e pouco utilizado, percurso situado nas traseiras do Planetário, pensa-se que a ciclovia possa agregá-lo e inclui-lo. Assim, propõe-se para a ciclovia um desenho que remete para a planta de 1992 - Fig. 66, redesenhando a semi-curva existente antes da construção do Planetário e do Teatro do Campo Alegre. Prevê-se, assim, que esta ciclovia, juntamente com uma ligação pedonal, faça a ligação ao CDUP (Centro Desportivo Universitário do Porto) que, actualmente, é exclusivamente rodoviária.

B. ESPAÇO PÚBLICO À ESCALA DA COLÓNIA OPERÁRIA

A reabilitação do espaço público é fundamental para a recuperação de qualquer área de uma cidade. Numa reabilitação é importante que se tenha em consideração a qualidade dos espaços exteriores: a existência de passeios, espaços verdes, estacionamento e espaços de lazer, permitem o bom funcionamento de áreas habitacionais.

Assim, a proposta procura intervir na redifinição dos espaços vazios (sem construção), existentes na Colónia Operária Viterbo de Campos, tentando que no conjunto entre os dois bairros operários se consigam criar espaços de utilização colectiva e definidores de uma estratégia de actuação conjunta.

Prevê-se, em conjunto com as alterações citadas no ponto anterior, que se organizem os sentidos das vias de circulação automóvel, tendo sido estabelecido um só sentido para qualquer uma das vias constituintes do Bairro Sidónio Pais. Esta alteração permitiu que o desenho das vias se tornasse mais rigoroso, distinguindo a Rua de Entrecampos (rua principal) das restantes pela sua largura. Esta definição permitiu o consequente desenho dos passeios e dos lugares para estacionamento.

Para além destas alterações, efectuadas principalmente no Bairro Sidónio Pais, na Colónia Viterbo de Campos (bairro descaracterizado, devido às variadas alterações sofridas ao longo destes 95 anos de existência) procura-se redefinir a utilização dos espaços, procurando integrar novos programas para a utilização do espaço público, até aqui inexistentes, no conjunto dos dois bairros.

Na Fig.100, podem ler-se os princípios organizadores da proposta. Estes prenderam-se com três aspectos fundamentais: o novo percurso de ligação entre a Faculdade de Arquitectura, o Planetário e o Teatro do Campo Alegre, com a Rua do Campo Alegre, atravessando a Colónia Viterbo de Campos; o conjunto de espaços sem definição presentes na Colónia; e para finalizar, a vontade de re-habitar esta zona da cidade, trazendo-lhe população jovem, a qual poderá estar ligada ao mundo universitário ou ao mundo das artes, visto a Colónia se situar numa área próxima das Faculdades de Arquitectura e Ciências, e do Teatro do Campo Alegre, situação que com a nova ligação, em ponte, apresentada no ponto anterior, se torna facilitada.

Neste sentido, propõem-se novos elementos organizadores do espaço público, que relacionados com cada um dos aspectos citados, se poderão desenvolver e interligar de modo a conciliar as pretensões de cada um com as dos outros.

Assim, a proposta apresenta:

a. O maciço de árvores que envolve todo o bairro, servindo como filtro para a VCI e seus acessos, e que desenhado como uma continuidade do denso conjunto arbóreo do Jardim Botânico, serve, também, de limite ao percurso que se desenvolve entre o Teatro do Campo Alegre e a Rua do Campo Alegre.

b. O percurso que se desenvolve entre o Teatro do Campo Alegre e a Rua do Campo Alegre (citado no ponto a.), que quer através do desenho do seu pavimento, quer através de diferentes momentos, propõe:

- um espaço/momento de recepção para quem se dirige à colónia operária vindo do Teatro Campo Alegre, representado por um alargamento no desenho do pavimento;
- a manutenção da mesa e bancos, em pedra, já existentes, procurando a sua integração no percurso de forma a não quebrar as memórias do lugar;
- um parque infantil, que desenhado a uma cota inferior, procura incentivar a permanência de casais jovens e crianças;

- e, ainda, a criação de um novo volume/edifício multifuncional (com possibilidade de albergar um café e espaço multidisciplinar), situado num ponto médio do percurso entre o TCA e a Rua do Campo Alegre, trazendo uma nova vivência e dinâmica a esta Colónia Operária, que a tipologia habitacional, por si só, não traz.

c. Para finalizar, a proposta apresenta, no espaço, entre as casas 6 e 7, e 13 e 16, no local onde existiu um conjunto de quatro casas, que se apresenta, actualmente, em estado ruinoso, uma praça, ladeada com bancos e árvores, prevendo, também, a existência de um quiosque. A presença desta praça deve-se ao facto de não existir, no conjunto dos dois bairros, um espaço de encontro entre os moradores, muito presente neste tipo de bairros (como por exemplo no Bairro Gomes da Costa ou na Cooperativa Lar Familiar, entre outros) e o qual servirá, também, como espaço de brincar para as crianças.

C. PROGRAMA

Embora na Colónia Operária Viterbo de Campos se encontrem actualmente algumas casas devolutas, o programa habitacional é o único existente e é aquele que a proposta de intervenção vai procurar manter, mesmo que se considere a possibilidade das casas virem a ser adaptadas a algum serviço, tal como acontece, em alguns casos, do Bairro Sidónio Pais.

Devido ao número de casas existentes (9 casas divididas em 4, resultando num total de 35 habitações) pensou-se que a reabilitação desta colónia poderia passar pela união de alguns fogos, de forma a que se pudessem encontrar soluções com maiores áreas e nas quais se pudessem criar espaços mais confortáveis. Contudo, e após a visita ao interior das habitações, percebeu-se que a área das mesmas é suficiente para a construção de habitações T2 (reduzindo um quarto às tipologias existentes) e que este facto poderia ajudar à inserção das mesmas nas condições de conforto exigidas actualmente.

Assim, com esta solução T2, ideal para a fixação de jovens estudantes e de casais em início de vida, com possibilidade de nestas casas poderem constituir família, poder-se-iam manter dois aspectos interessantes:

a. A presença de um maior número de habitações e por consequência um maior número de vizinhos, mantendo-se o conceito de "bairro".

b. A manutenção da traça original das habitações existentes, sem pôr em causa os acessos verticais e a iluminação zenital, que teriam de ser alterados caso se viessem a unir algumas habitações.

Assim, a proposta de intervenção sugere o desenvolvimento de uma tipologia T2 distribuída por dois pisos, em que, no piso inferior, se situam os espaços de uso colectivo e, no piso superior, os espaços privados, características que não estavam claramente definidas no projecto original.

Procurando manter a tipologia habitacional próxima da original, mas atribuindo-lhe maior conforto, a proposta sugere que se contemple, no piso superior, uma casa de banho completa e que a casa de banho do piso inferior sirva o interior da habitação podendo ser utilizada como casa de banho de serviço, passando a ter para além da sanita, um lavatório.

Em relação à distribuição espacial, inicialmente, as habitações continham um logradouro na fachada principal. Hoje, praticamente todas as habitações contêm, também, um logradouro lateral. A proposta, apresentada na Fig. 102, prevê que as habitações contenham, para além do logradouro frontal, um logradouro lateral. Assim, excepto 4 habitações, onde a ocupação lateral não se consegue realizar por falta de área disponível (visto essa área corresponder ao acesso ao interior do bairro), todas as habitações aumentaram a área de implantação apoderando-se das anteriores passagens/acessos à colónia dispostos lateralmente às habitações e de utilização pública.

Partindo da necessidade de manter 4 das habitações sem a possibilidade de crescer e usufruir de um aumento de área, através da apropriação das passagens laterais, foi necessário desenvolver duas tipologias habitacionais. As tipologias podem servir, igualmente as necessidades económico-financeiras dos proprietários, sendo que a proposta desenvolvida para estas 4 habitações de excepção poderá ser utilizada, também, nas habitações com logradouro em duas frentes, caso os proprietários assim o entendam.

Assim, a proposta de intervenção para a reabilitação destas habitações propõe duas hipóteses de reabilitação diferentes, as quais, relacionando-se, podem ser utilizadas dependendo das necessidades associadas a cada uma delas.

Para a Hipótese A (Fig. 103 a fig. 113), e visto que é a proposta de carácter geral, procurou desenvolver-se um projecto que fosse ao encontro das necessidades verificadas durante as visitas ao interior das habitações.

Visto que praticamente todos os proprietários ou inquilinos anexaram à construção original das habitações volumes com características diferentes, para as fazer crescer e adquirir maior área coberta (criando novos espaços como garagens, arrumos, cozinhas e marquises), a proposta apresentada prevê a criação de uma regra de implantação para esses novos volumes, procurando que a sua construção não altere a imagem original do projecto.

Apresenta-se uma proposta na qual o piso inferior da habitação alcança maior clareza funcional. O quarto que existia, neste piso, é suprimido, distinguindo-se, claramente, os espaços comuns (no piso inferior) dos privados (no piso superior). A cozinha, que se encontrava no espaço de passagem para o piso superior, desloca-se para um novo volume justaposto à construção original, assumindo a sua função, sem a interferência do espaço de passagem.

A leitura da planta torna-se mais simples. Pelo exterior, o muro passa a conter duas entradas: uma que dá acesso ao logradouro frontal, e que permite o acesso à habitação,

pela sala de estar; e outra por um portão de garagem que permite o acesso a uma área coberta do logradouro, a qual poderá servir para estacionamento, e que permitirá o acesso directo à cozinha.

A sala, que ocupa todo o piso inferior da construção original, pode ser subdividida em dois espaços, através de uma porta de fole colocada junto às escadas de acesso ao piso superior, distinguindo-se sala de estar e sala de jantar. Esta passará a conter duas frentes, uma para o logradouro frontal e uma outra para o logradouro lateral, sendo que estes não comunicam, interrompidos pela presença do volume da cozinha que possui, também, estas duas frentes.

É importante referir, ainda, que a casa banho existente na fachada lateral, deixa de ter o seu acesso pelo exterior, passando a ser utilizada através do interior. Ainda no piso inferior da habitação, na continuidade do volume da casa de banho e com acesso pelo exterior, a proposta apresenta um outro volume que se estende até ao muro de divisão entre habitações, que corresponde à lavandaria.

Ao fundo da sala, do lado oposto ao acesso ao WC, encontra-se o acesso ao piso superior. A proposta procura valorizar e manter o desenho de 1915 correspondente à primeira versão destas casas.

No piso superior, a maior alteração que a proposta prevê é a anulação do arrumo original, com acesso pelo vestíbulo de distribuição, que suprimido, dá lugar a uma casa de banho completa, a qual beneficiará de iluminação zenital.

Em relação ao quarto voltado para a fachada principal, a proposta prevê o seu crescimento de modo a incorporar uma zona de vestir. Assim, o sótão do projecto original, que foi muitas vezes utilizado como quarto, será anulado e dará lugar à referida zona de vestir.

A proposta apresentada pretende, assim, clarificar a planta e as ligações entre os espaços, procurando manter a traça original do projecto de 1915. Ao mesmo tempo, procura, através do desenvolvimento de uma proposta de um corpo para o corredor lateral, justapor à casa todas as exigências de conforto, que as habitações, do século XXI, necessitam.

Em relação à Hipótese B (Fig. 114 a Fig. 124), as diferenças projectuais com a hipótese A prendem-se com a inexistência do logradouro lateral e com a impossibilidade dos proprietários das habitações fazerem uma reabilitação que se estenda ao exterior.

Contudo, esta versão de reabilitação apresenta-se idêntica à anterior, na procura de clarificação do desenho da planta e da relação espacial entre as diferentes partes constituintes da habitação.

Neste caso específico, as alterações da proposta, em relação à hipótese A, prendem-se somente com o desenho do piso térreo. A sala reduz a sua dimensão, em relação à proposta anterior, e a cozinha passa a encontrar-se incluída na habitação original.

Inicialmente, pensou-se que nestes casos a casa poderia sofrer somente obras de reabilitação mantendo-se o piso térreo tal como funcionava no projecto original, onde a cozinha tinha um acesso pela fachada lateral, utilizando um acesso independente do da sala.

Contudo, a evolução cultural e a distinção dos acessos de serviço e principal numa habitação destas dimensões, tem vindo a perder-se e, cada vez mais, a cozinha assume um papel de menor importância deixando de necessitar de uma entrada autónoma.

Ao mesmo tempo, e como referido anteriormente, a cozinha encontra-se, originalmente, no espaço de passagem para o piso superior, o que, na habitação actual, não faz sentido, visto a sua utilização com espaço de reunião da família, estar em declínio e cada vez mais ser entendida como espaço menor e secundarizado.

Assim, a proposta de reabilitação das habitações, nesta hipótese B, assume a sala como espaço principal, atribuindo-lhe dois acessos e, a cozinha, por sua vez, deixa de se encontrar no espaço de passagem para o piso superior e é transferida para a fachada principal da casa, podendo abrir-se para a sala, apresentando-se como uma extensão da mesma.

Portanto, a proposta de reabilitação para a hipótese B, passa principalmente pela alteração do piso inferior. Contudo, para o piso superior, todas as alterações citadas para a versão A, estão também presentes e incluídas nesta versão.

Para finalizar este tema, a proposta pretende manter a função habitacional na área em estudo. Contudo, prevê também a criação de um volume multifuncional com a possibilidade de crescer até dois pisos, destinado a comércio e serviços que servirão de apoio à mesma.

D. VOLUMETRIA E IMAGEM GERAL DO EDIFICADO

A proposta volumétrica desenvolvida para a reabilitação da Colónia Operária Viterbo de Campos prevê a manutenção da imagem original do projecto de 1915, cuja volumetria é exemplificativa da época e dos materiais utilizados na sua construção.

Compostas por 4 habitações, as 9 casas da colónia ainda existentes, continham, no projecto original, a mesma imagem volumétrica. Com o passar dos anos, algumas alterações ao projecto, para melhor adaptação das habitações às necessidades individuais, marcaram o início de um processo de desigual alteração da volumetria, resultando numa arbitrária e desregrada escolha de elementos a retirar ou a introduzir à volumetria original.

De forma a resolver esse problema, a proposta de intervenção, com base nas necessidades encontradas junto dos moradores, aquando da visita ao interior das habitações, procura resumir-las e inclui-las no projecto original, através da criação de um novo volume que, integrado na construção original, as contemple e incorpore.

A proposta apresenta, assim, um volume simples, paralelepípedo, que é anexado à volumetria original existente, de modo a não influenciar a leitura do mesmo. Este novo volume surge, ao longo do antigo corredor público, que anexado à área da habitação original, pode receber o novo programa que as exigências actuais determinam.

Surgem, portanto, ao longo do corredor lateral e da nova construção um estacionamento, uma cozinha e um anexo para lavandaria.

A presença deste volume não influencia a leitura da volumetria original, pois não existe intersecção do novo volume com o original/existente. O novo toca o anterior e a forma como é desenhado e interrompido junto à antiga entrada de serviço, criando um pequeno logradouro íntimo, visa não influenciar a leitura do alçado lateral original da casa, e, também, responde às necessidades actuais, criando um logradouro com um carácter distinto do logradouro frontal, respondendo à questão da privacidade, actualmente mais procurada na relação de vizinhança.

Para finalizar, importa referir que a nova intervenção é feita através da utilização de materiais recentes, com o objectivo de se distinguir da original. Contudo a escolha da utilização das paredes em tijolo decorativo, prendeu-se com a necessidade de criar uma textura que permitisse a ventilação da lavandaria e cozinha e que servisse como filtro luminoso, ao mesmo tempo que remete para o projecto original cujo desenho com tijolo teria sido utilizado nos muros das habitações.

Assim, a proposta de intervenção apresentada, procura uma imagem fiel à original, onde a nova volumetria procura não se sobrepor à imagem do projecto de 1915, distinguindo-se através da sua estrutura e materiais construtivos, mas integrando-se no existente, recorrendo ao desenho com o tijolo, que se aproxima da imagem original.

E. CONSTRUÇÃO

Na recuperação/reabilitação da casa, a proposta construtiva tem como base a manutenção da traça original das habitações. Os materiais construtivos: pedra para as paredes estruturais e a madeira para a estrutura do pavimento e da cobertura, continuam a ser os elementos construtivos principais e os quais a proposta apresentada procura salvaguardar, como representa o corte construtivo (Fig. 125).

Contudo, os problemas térmicos e acústicos que a construção típica do século XIX, em pedra e madeira, determina, devem ser objecto de correcção de forma a que respondam às necessidades de conforto exigidas actualmente. Assim, e de forma a que a sua correcção não interfira na alteração dos materiais construtivos, nem na volumetria original, é proposto que todos os isolamentos térmicos e acústicos se realizem pelo interior das habitações, mantendo-se, também, a leitura das fachadas e das cantarias que as compõem.

A proposta prevê, assim, que as paredes aumentem a espessura e passem a incorporar poliestireno extrudido e gesso cartonado para a correcção térmica, ao mesmo tempo

que os vãos passarão a conter uma dupla caixilharia que determinará maior conforto acústico, considerado urgente, na reabilitação desta colónia, devido ao constante ruído provocado pela VCI.

Em relação à cobertura, prevê-se o seu isolamento pelo interior recorrendo-se, também, ao uso de poliestireno extrudido.

Quanto aos materiais de revestimento são utilizados: nas paredes e tectos o gesso cartonado, remetendo para o reboco original possibilitando o seu remate curvo, e no pavimento, o soalho corrido sobre os paus rolados, cobrindo toda a área da construção original, como acontecia no projecto de 1915.

Para finalizar, para a nova construção a proposta propõe a utilização de materiais simples e económicos, de forma a que seja possível a sua realização por parte dos proprietários. O uso do betão criando uma pala, coberta em zinco; para as paredes o tijolo e o vidro; e para os pavimentos, a utilização de um cimento afagado, na cozinha, lavandaria e WC original e, no exterior, um microcubo relvado na construção nova e uma reposição do cimento afagado ou um lajeado de betão no logradouro frontal, podendo conter, caso os proprietários sintam necessidade, espaços para cultivo, como os existentes nos logradouros do projecto original.

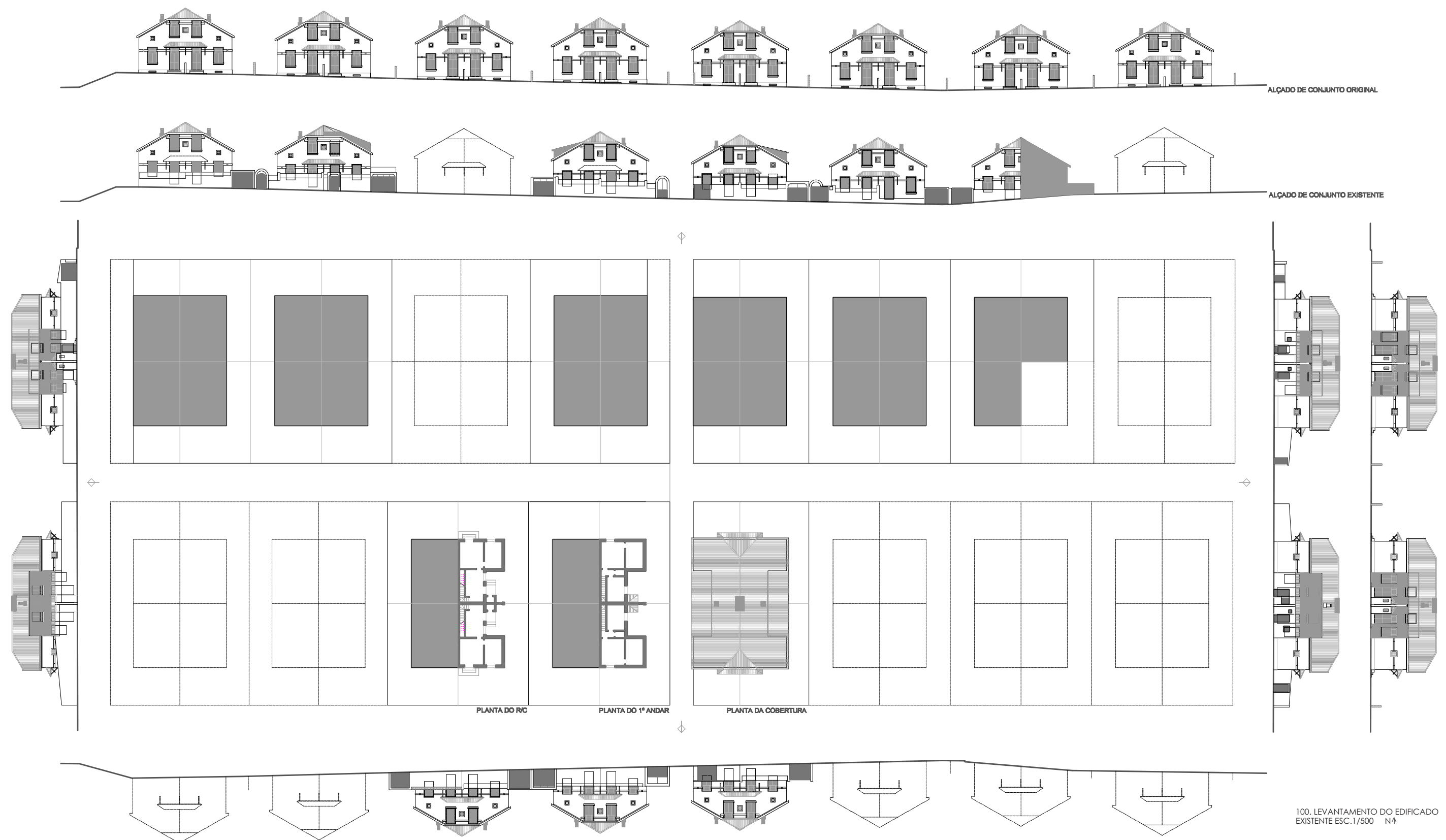
4.3. PEÇAS DESENHADAS

4.3.1. SITUAÇÃO EXISTENTE



99. FOTOGRAFIA AÉREA DA SITUAÇÃO URBANA EXISTENTE

GOOGLE EARTH, 2009

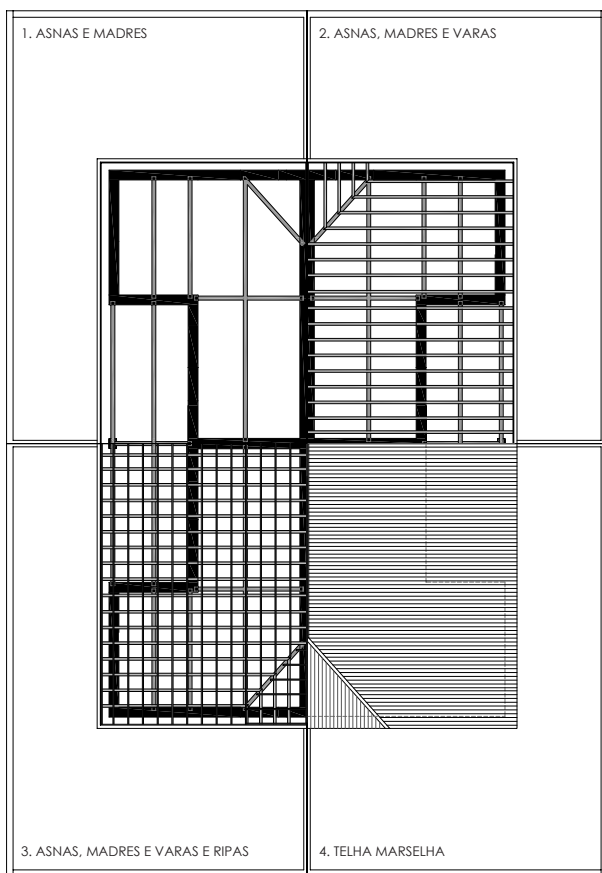


101. ESQUEMA CONSTRUTIVO:
ESTRUTURA DO PAVIMENTO EXISTENTE

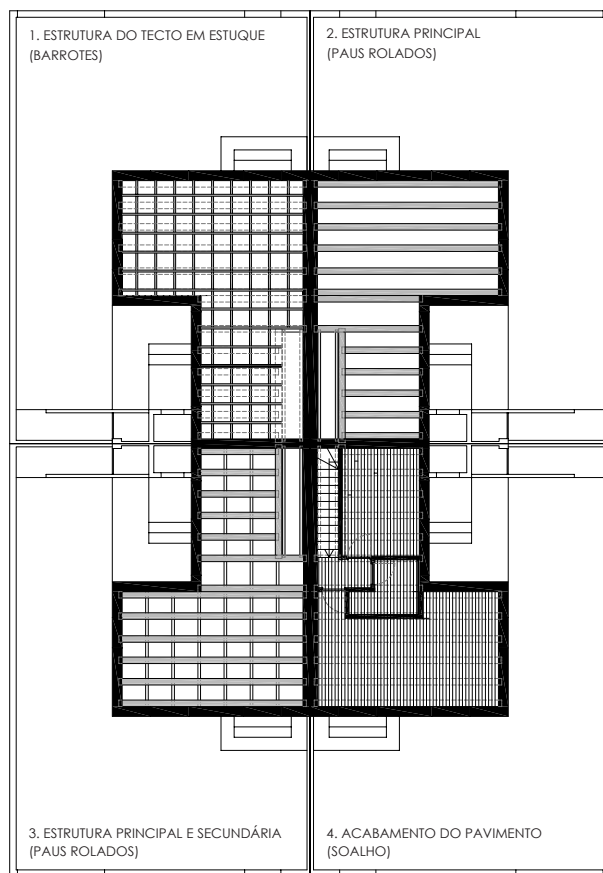
MARIANA KOEHLER, 2010

102. ESQUEMA CONSTRUTIVO:
ESTRUTURA DA COBERTURA EXISTENTE

MARIANA KOEHLER, 2010



101.



102.

0 1 5m

4.3.2. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



103. FOTOGRAFIA AÉREA - PROPOSTA DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

M. KOEHLER SOBRE IMAGEM DO GOOGLE EARTH, 2009

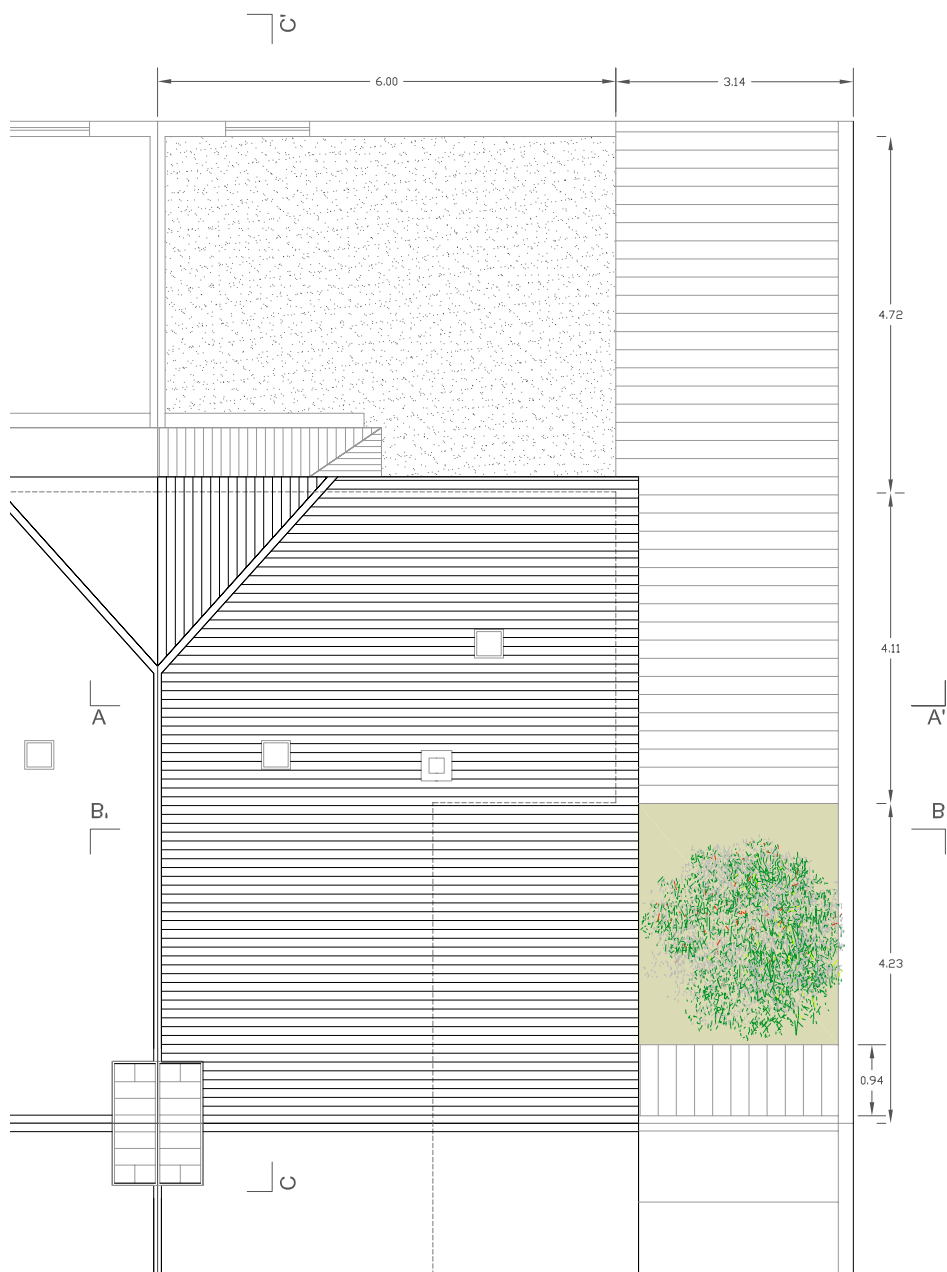


- 1. EDIFÍCIO MULTIUSOS
- 2. PRAÇA
- 3. QUIOSQUE
- 4. PARQUE INFANTIL
- 5. ZONA DE ESTAR
- 6. ATRAVESSAMENTO EM PONTE
- 7. FRENTE ARBÓREA
- 8. NOVO ARRUAMENTO
- 9. CICLOVIA
- 10. NOVOS SENTIDOS DE CIRCULAÇÃO
- 11. LUGARES DE ESTACIONAMENTO

104. PROPOSTA: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO ESC.1/700 N/A

M. KOHLER, 2009

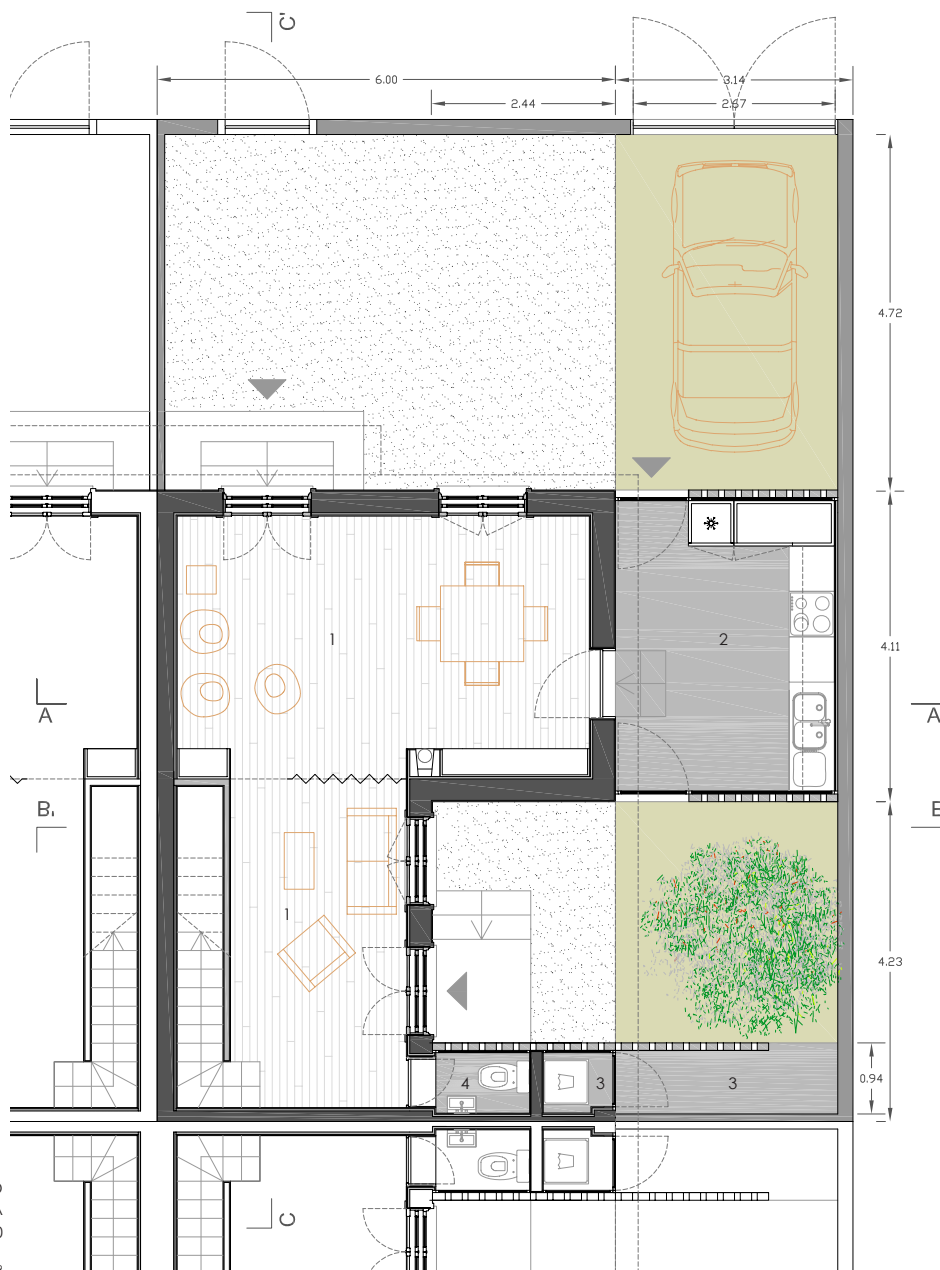
4.3.3. HIPÓTESE A - PLANTAS, ALÇADOS E CORTES

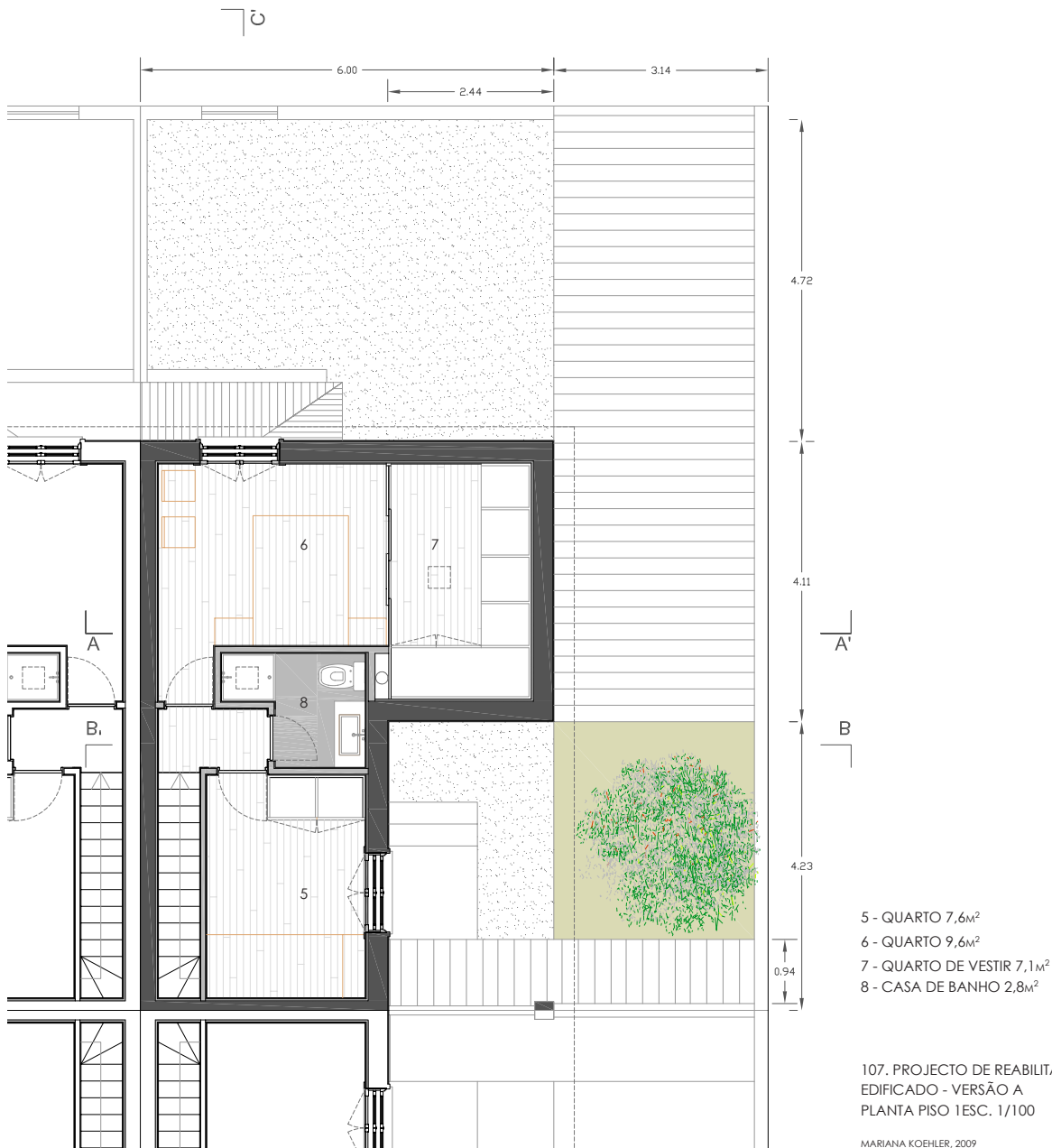


- 1 - SALA 18,9m²+9,9m²
 2 - COZINHA 11,1m²
 3 - LAVANDARIA 0,7m²+2,6m²
 4 - CASA DE BANHO 1,2m²

106. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO
 EDIFICADO - VERSÃO A
 PLANTA PISO 0 ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009







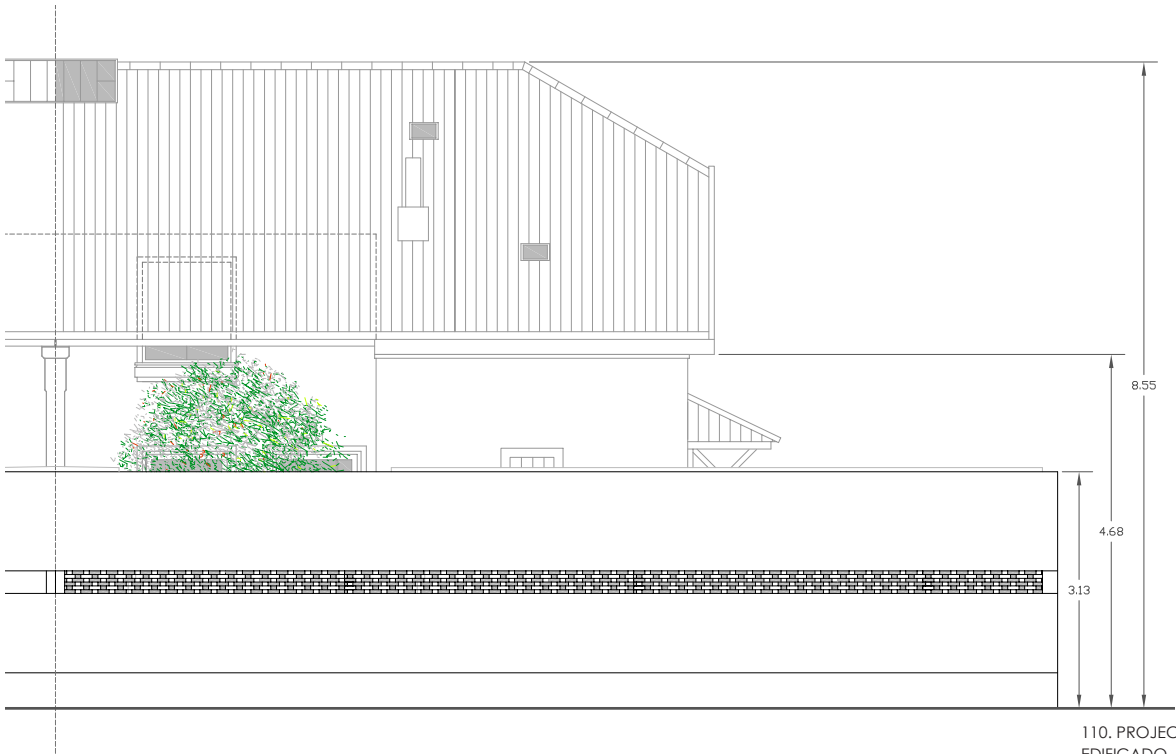
108. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO
EDIFICADO - VERSÃO A
ALÇADO TRANSVERSAL ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009



109. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO
EDIFICADO - VERSÃO A
ALÇADO TRANSVERSAL ESC. 1/100
(CORTE -ALÇADO SEM MURO)

MARIANA KOEHLER, 2009



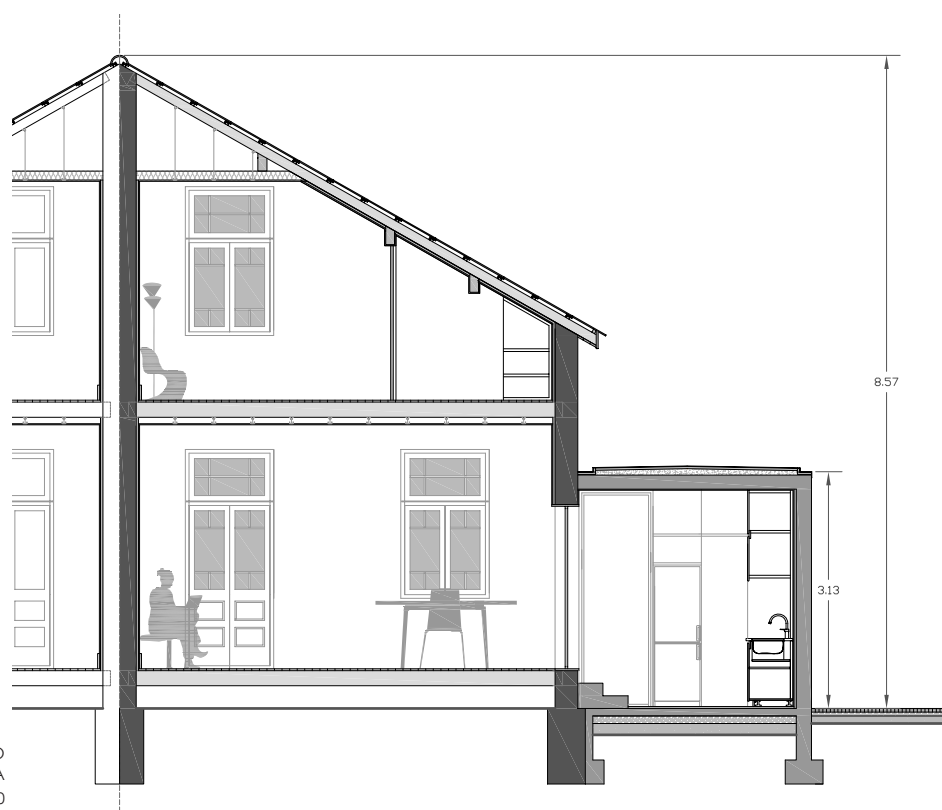
110. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO
EDIFICADO - VERSÃO A
ALÇADO LONGITUDINAL ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009



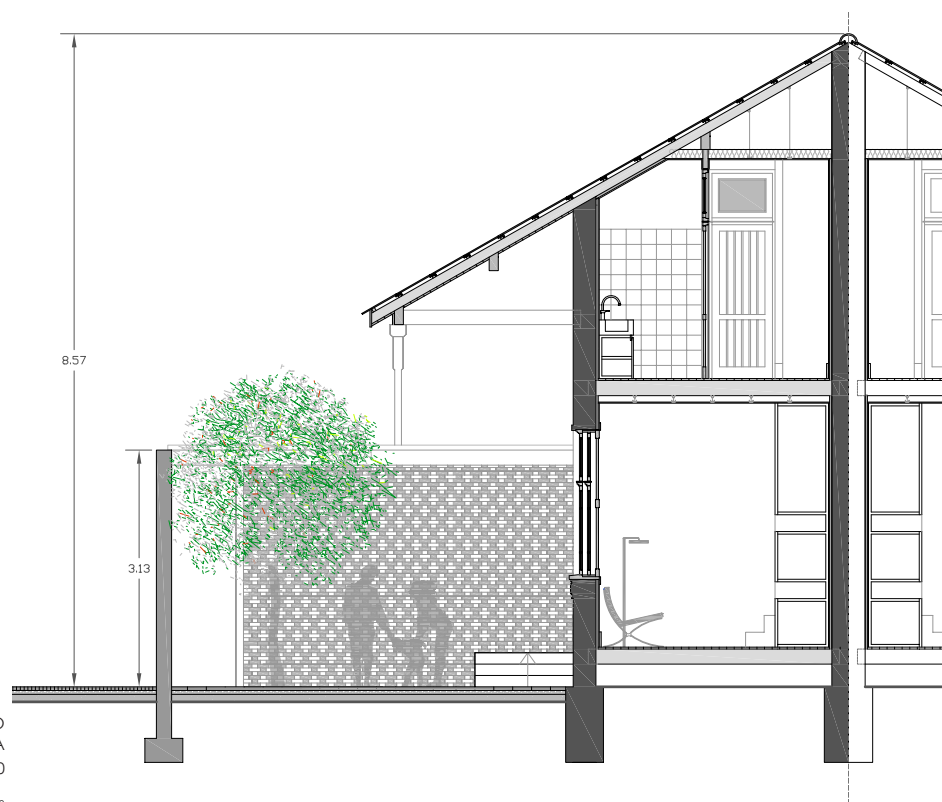
111. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO
EDIFICADO - VERSÃO A
ALÇADO LONGITUDINAL ESC. 1/100
(CORTE -ALÇADO SEM MURO)

MARIANA KOEHLER, 2009



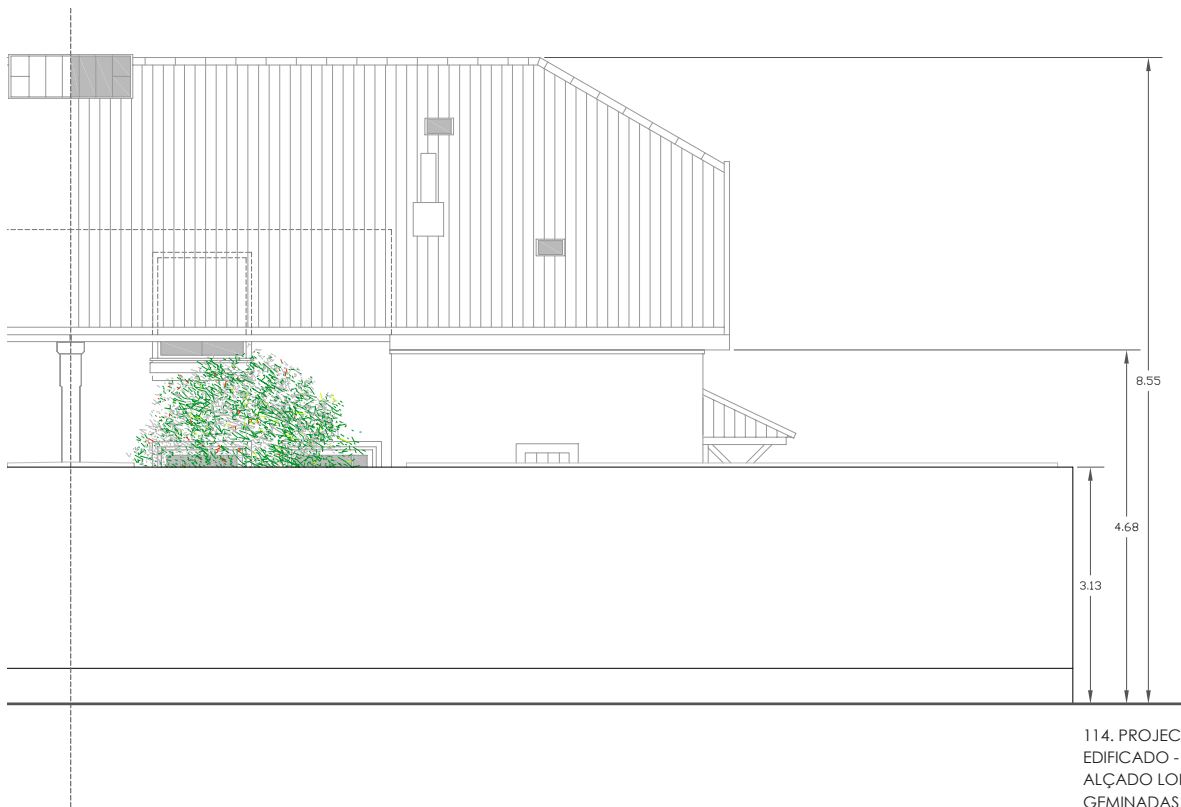
112. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO
EDIFICADO - VERSÃO A
CORTE TRANSVERSAL AA' ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009



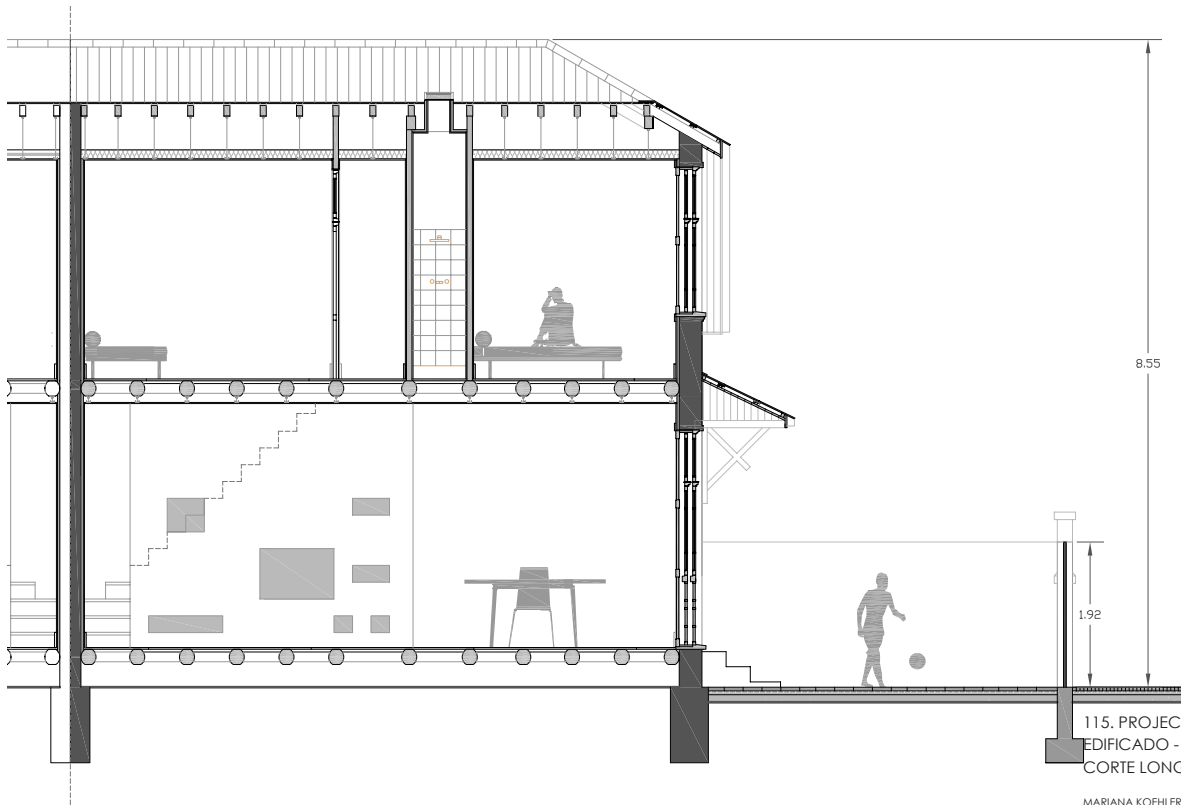
113. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO
EDIFICADO - VERSÃO A
CORTE TRANSVERSAL BB' ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009



114. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO EDIFICADO - VERSÃO A
ALÇADO LONGITUDINAL DAS CASAS GEMINADAS SEM DECORAÇÃO DO MURO DE SEPARAÇÃO ESC. 1/100

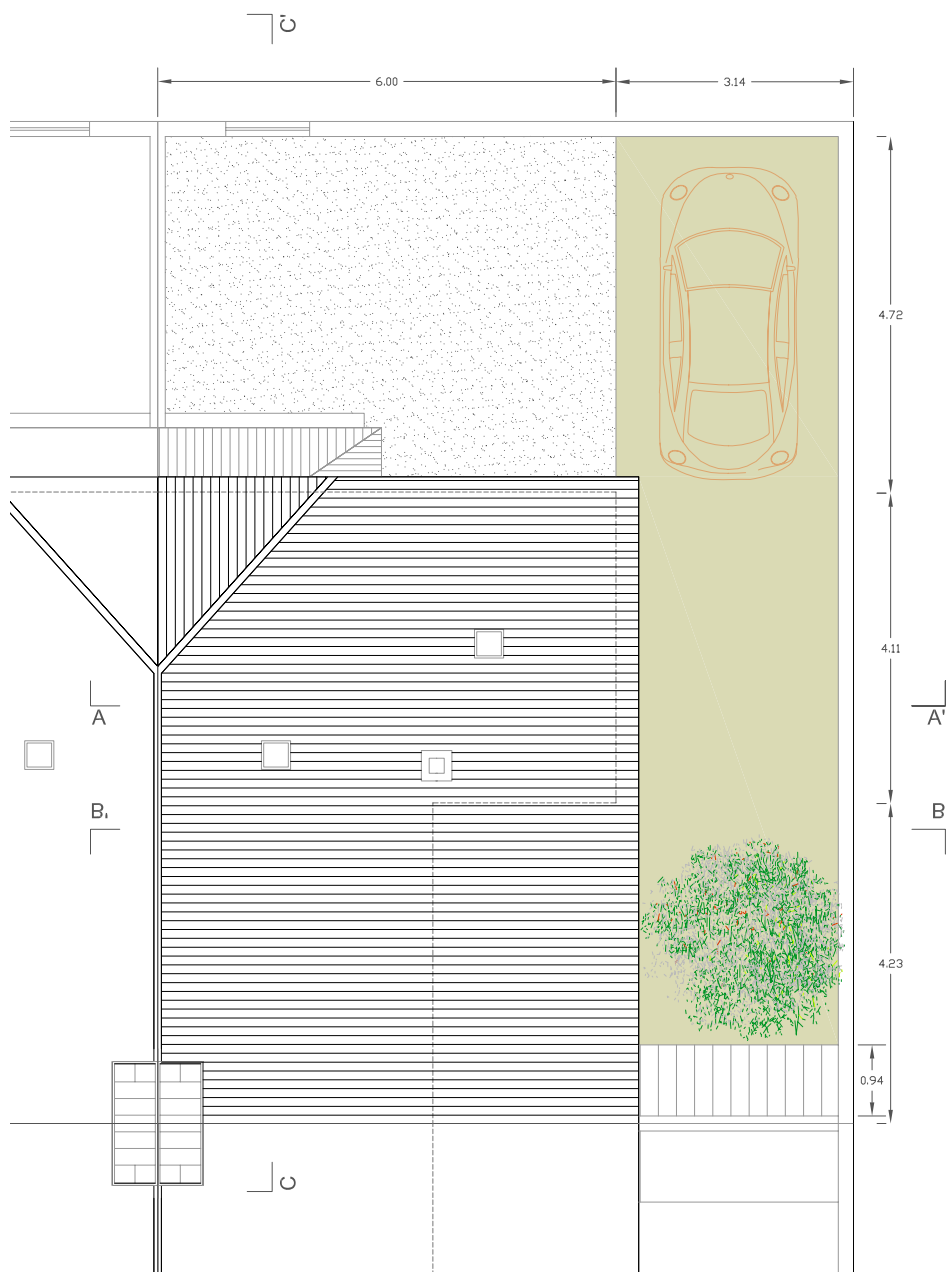
MARIANA KOEHLER, 2009



115. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO EDIFICADO - VERSÃO A
CORTE LONGITUDINAL CC' ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009

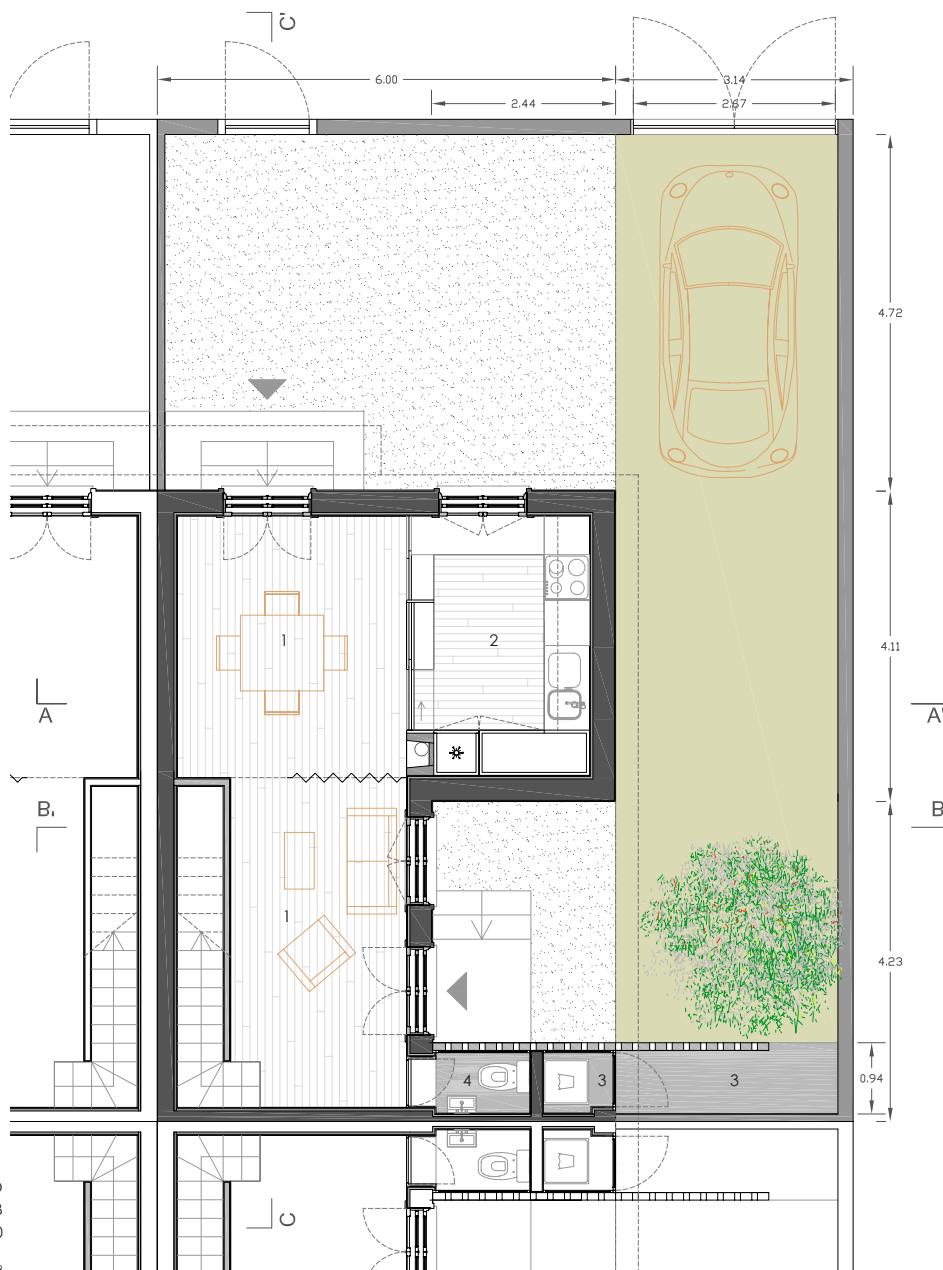
4.3.4. HIPÓTESE B - PLANTAS, ALÇADOS E CORTES

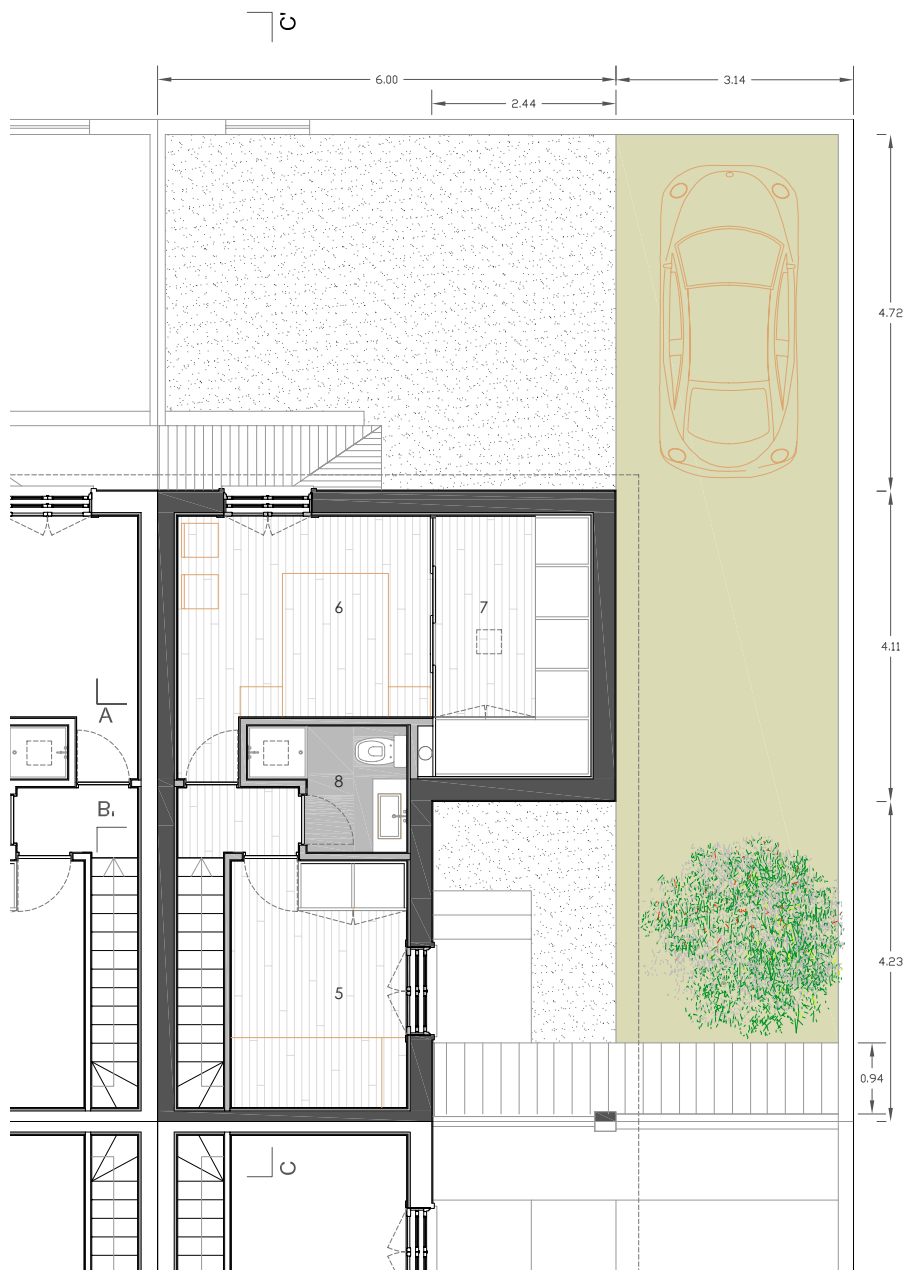


- 1 - SALA 10,7m² + 9,9m²
 2 - COZINHA 7,9m²
 3 - LAVANDARIA 0,7m² + 2,6m²
 4 - CASA DE BANHO 1,2m²

117. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO
 EDIFICADO - VERSÃO B
 PLANTA PISO 0 ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009





- 5 - QUARTO 7,6m²
 6 - QUARTO 9,6m²
 7 - QUARTO DE VESTIR 7,1m²
 8 - CASA DE BANHO 2,8m²

118. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO
 EDIFICADO - VERSÃO B
 PLANTA PISO 1ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009



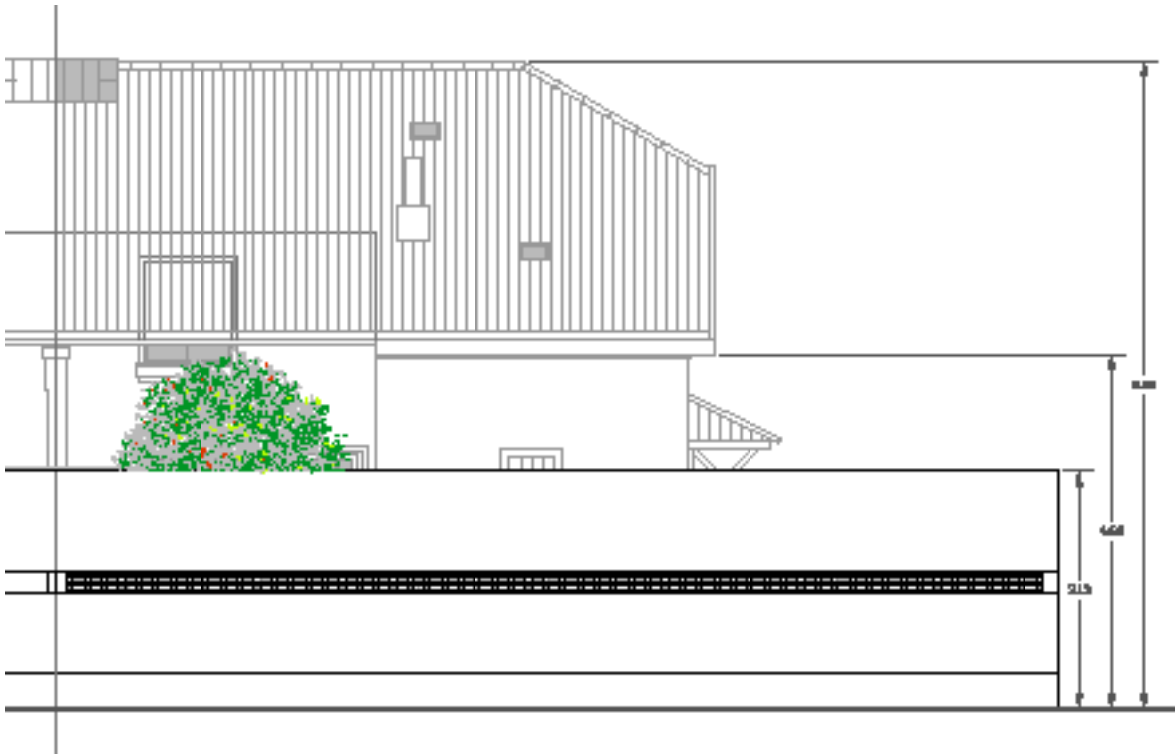
119. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO
EDIFICADO - VERSÃO B
ALÇADO TRANSVERSAL ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009



120. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO
EDIFICADO - VERSÃO B
ALÇADO TRANSVERSAL ESC. 1/100
(CORTE -ALÇADO SEM MURO)

MARIANA KOEHLER, 2009



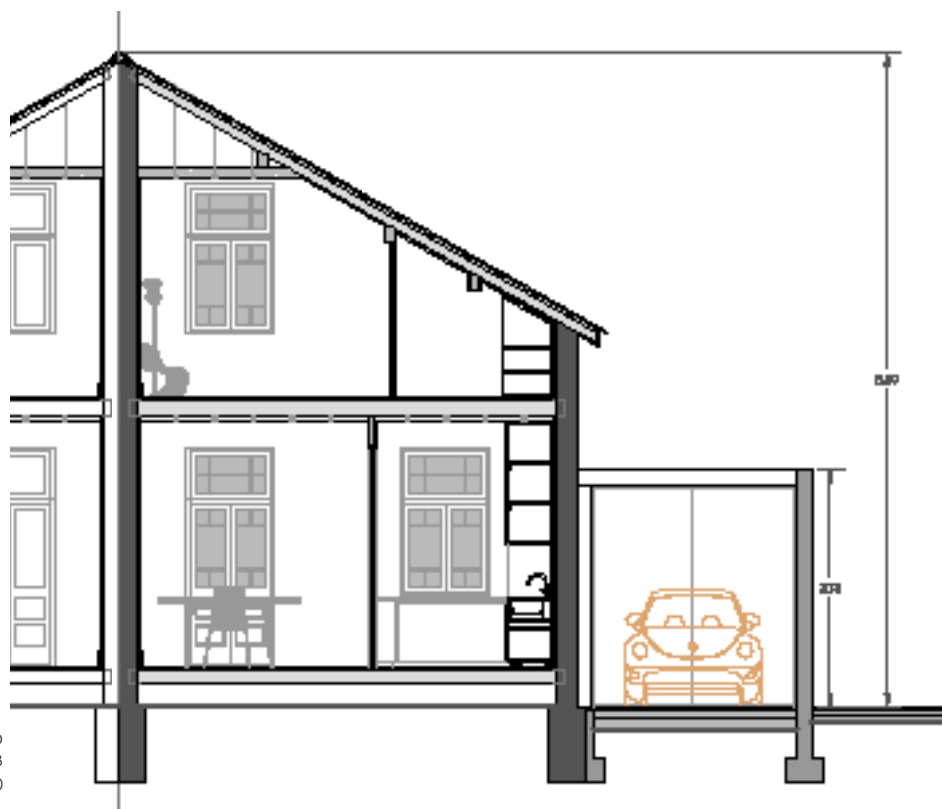
DETALHE DE REABILITAÇÃO DO
EDIFÍCIO - VERSÃO B
ALÇADO LONGITUDINAL ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009



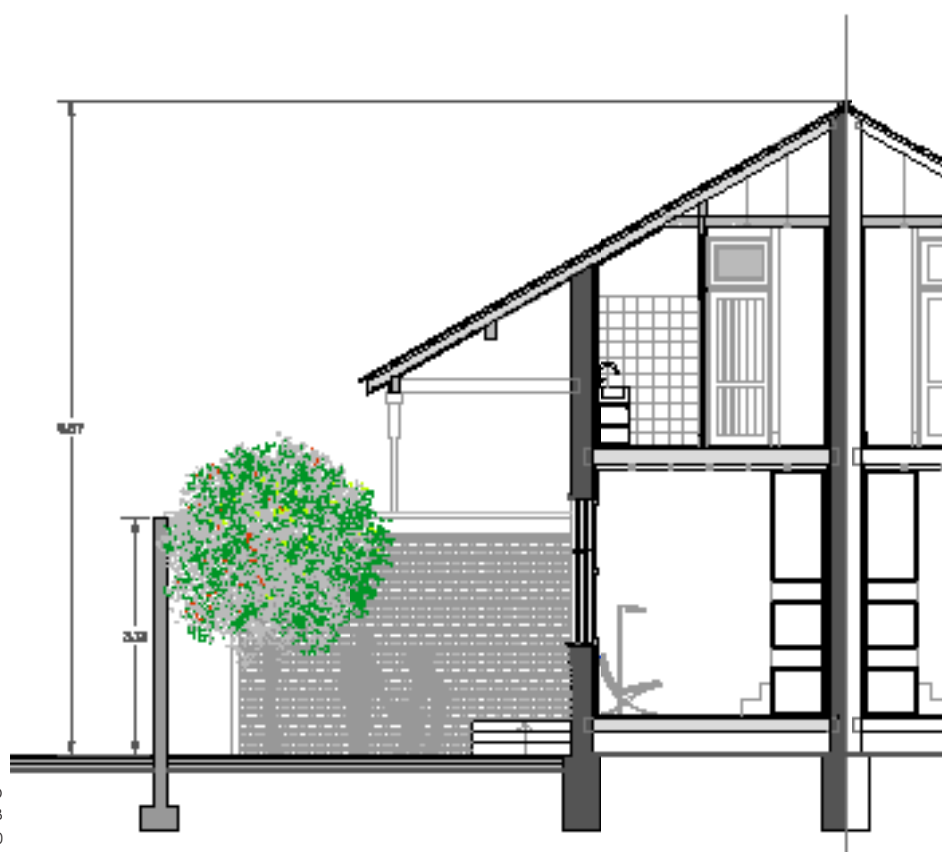
DETALHE DE REABILITAÇÃO DO
EDIFÍCIO - VERSÃO B
ALÇADO LONGITUDINAL ESC. 1/100
(ALÇADO SEM MURO)

MARIANA KOEHLER, 2009



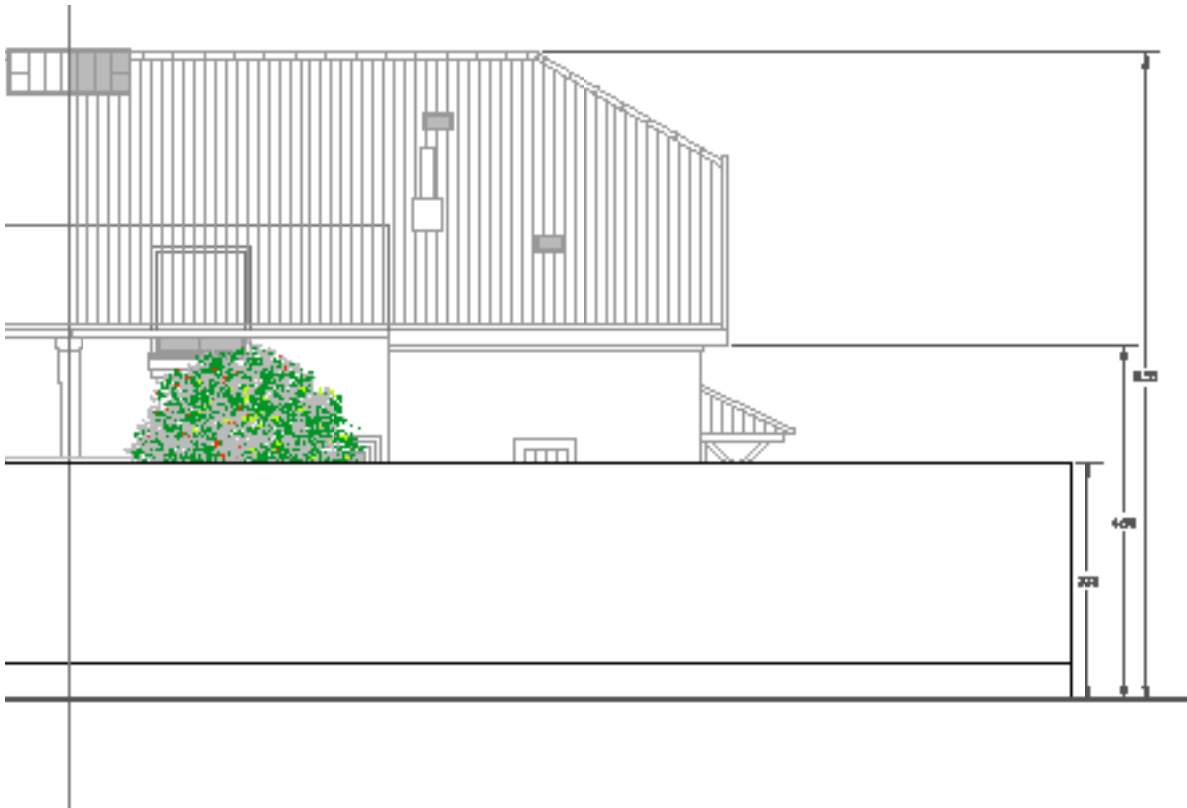
123. PROJECTO REABILITAÇÃO DO
EDIFICADO - VERSÃO B
CORTE TRANVERSAL AA' ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009



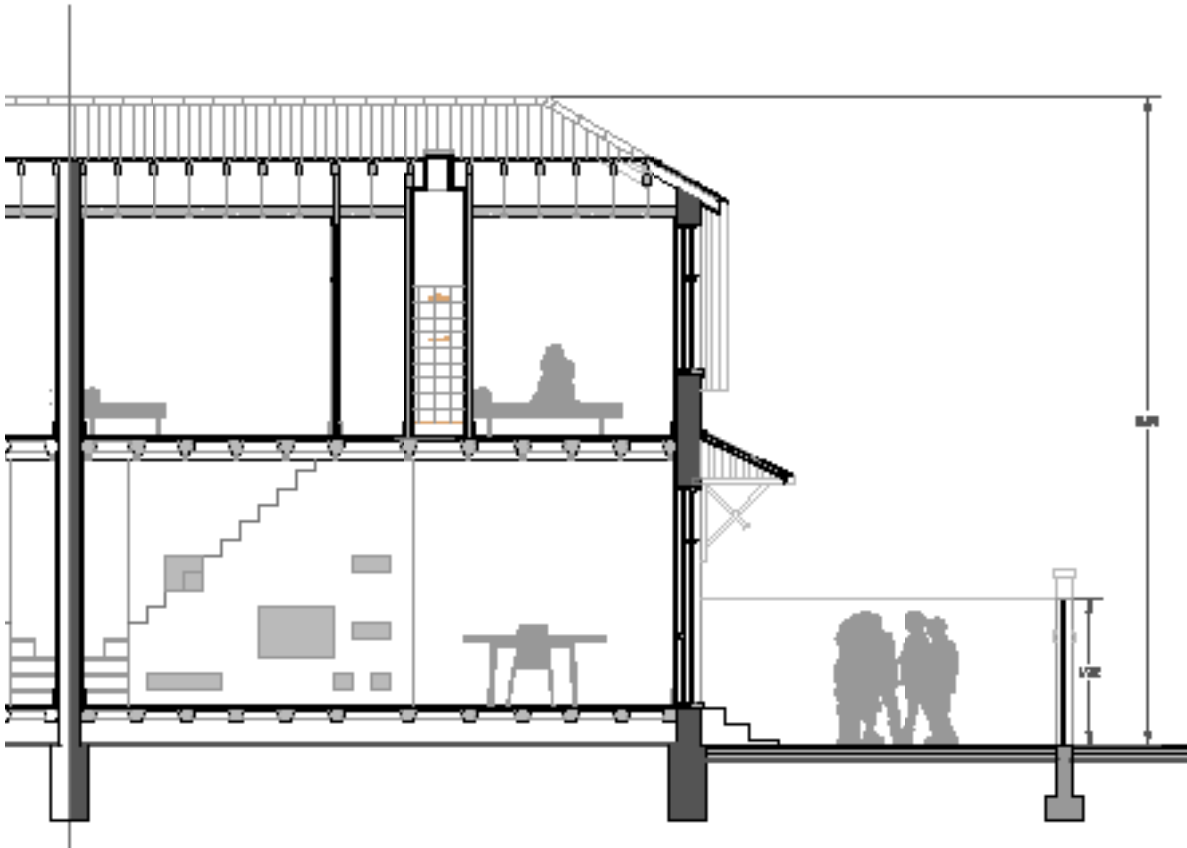
124. PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO
EDIFICADO - VERSÃO B
CORTE TRANVERSAL BB' ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009



O DE REABILITAÇÃO DO
/ERSÃO B
GITUDINAL DAS CASAS
IEM DECORAÇÃO DO
MURO DE SEPARAÇÃO ESC. 1/100

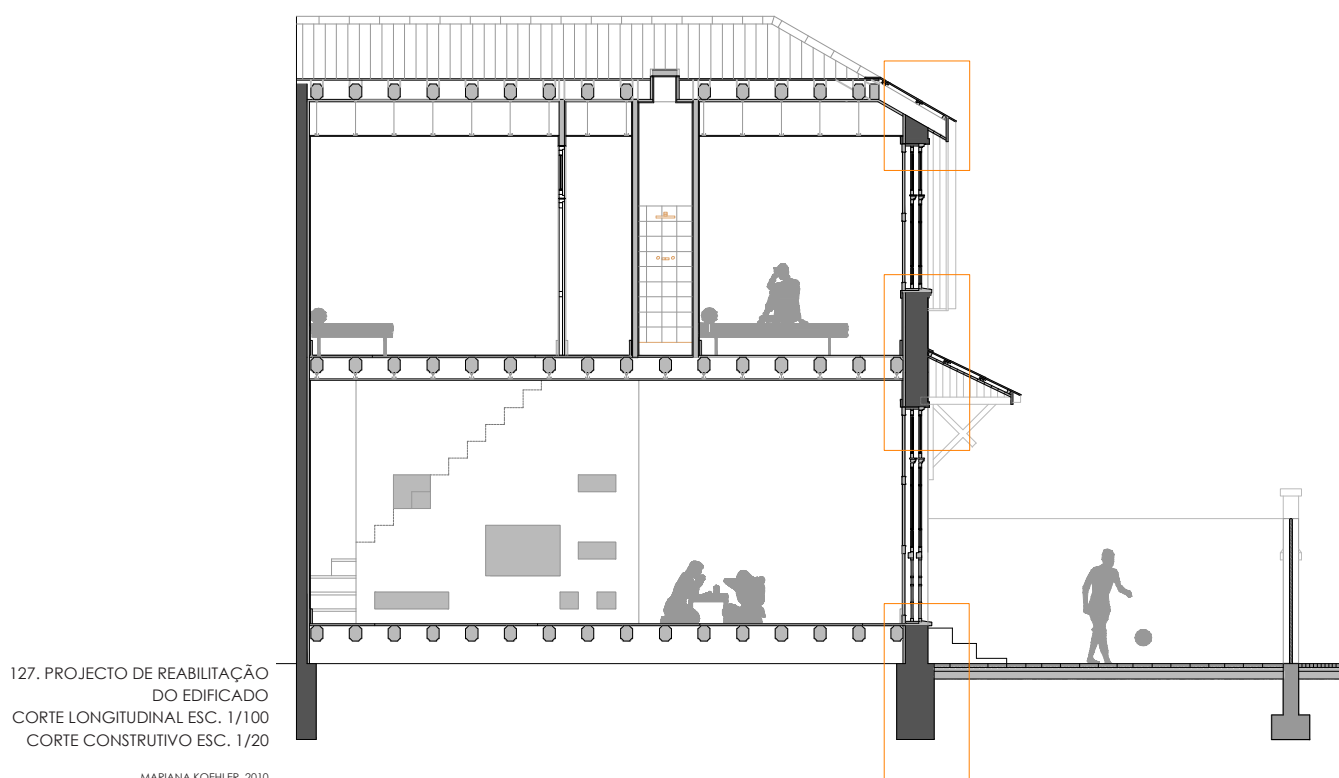
MARIANA KOEHLER, 2009

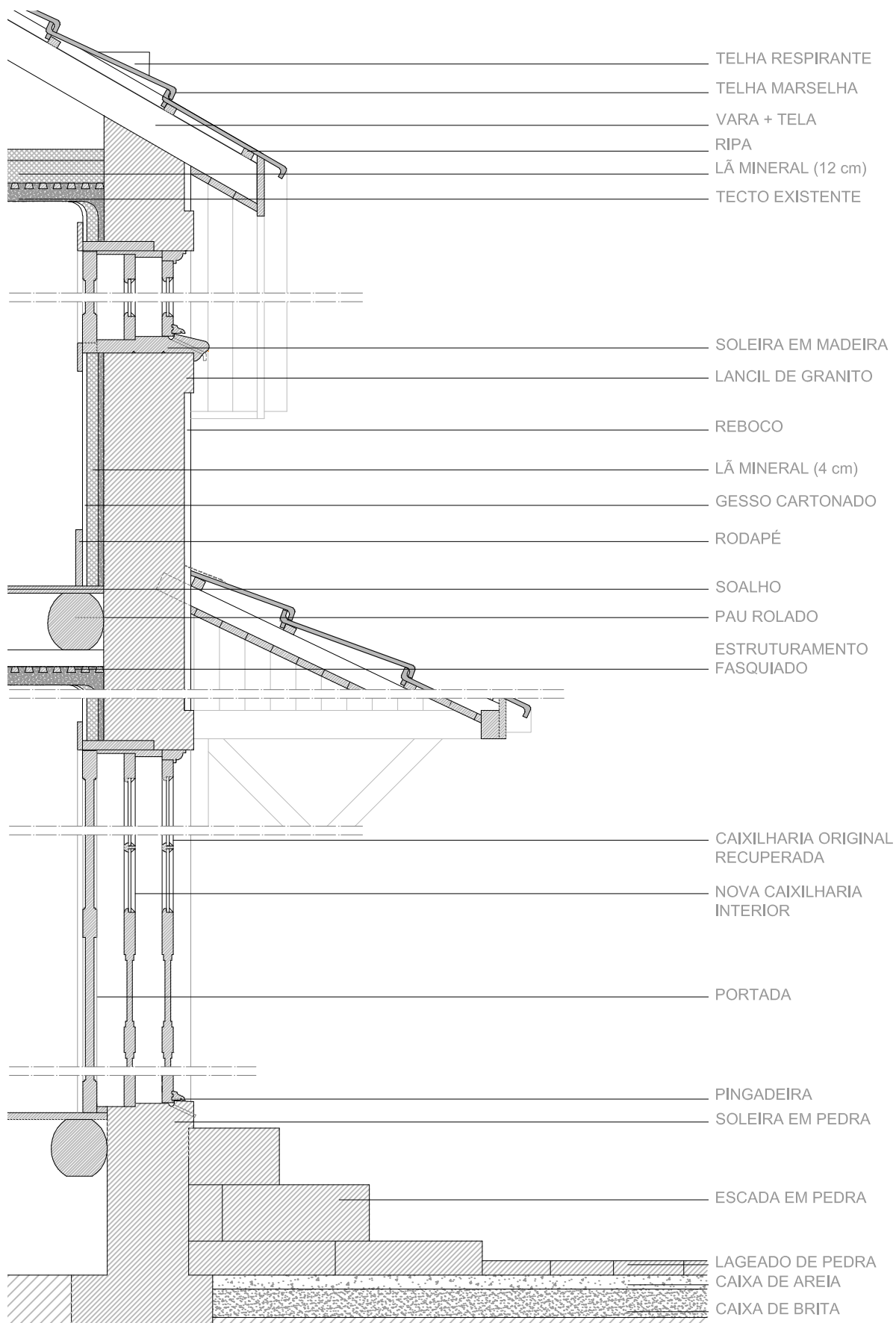


O DE REABILITAÇÃO DO
/ERSÃO B
TUDINAL CC' ESC. 1/100

MARIANA KOEHLER, 2009

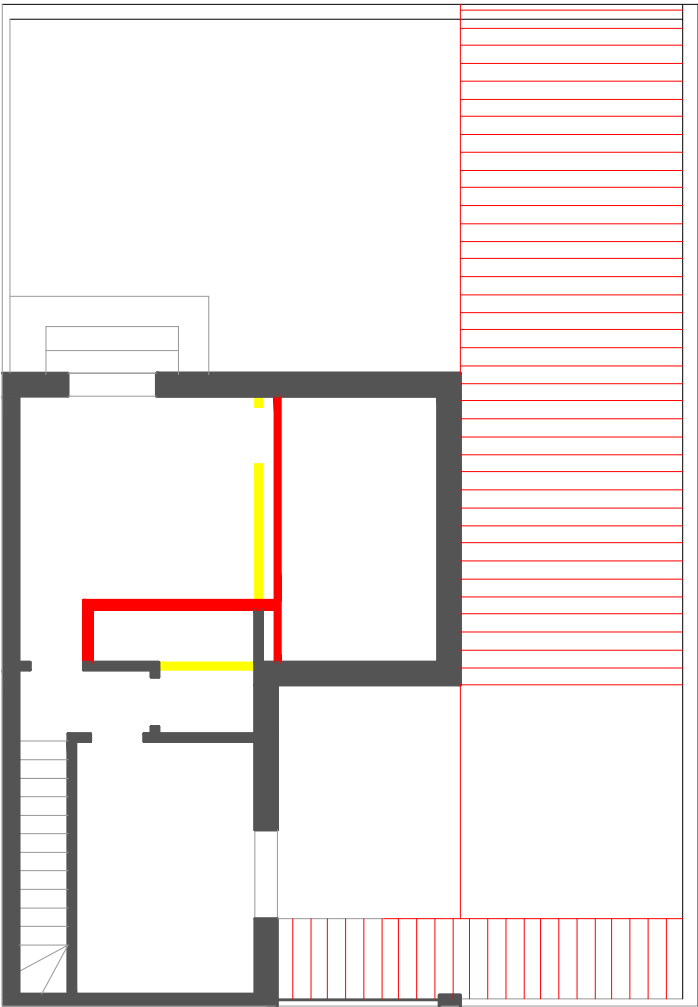
4.3.5. PORMENORIZAÇÃO CONSTRUTIVA





4.3.6. CORES CONVENCIONAIS - DEMOLIÇÃO/CONSTRUÇÃO





5.

CONCLUSÃO

- | | | | |
|------------------------------------|--|----------------------------------|--|
| 1 = Monte Pedral | Bairros do
Comércio do Porto
(1901 - 1904) | 8 = Bairro do Ilhéu | Casas económicas
construídas entre
1935-1950 |
| 2 = Bonfim | | 9 = Bairro das Condominhas | |
| 3a = Lordelo do Ouro | | 10 = Bairro do Amial | |
| 3 = Bairro Sidónio Pais | Construídas entre
1914-1917 | 11 = Bairro da Azenha | |
| 4 = Colónia Antero de Quental | | 12 = Bairro de Paranhos | |
| 5 = Colónia Dr. Manuel Laranjeira | | 13 = Bairro de Ramalde | |
| 6 = Colónia Viterbo Campos | | 14 = Bairro Costa Cabral | |
| 7 = Colónia Estêvão de Vasconcelos | | 15 = Bairro São Roque da Lameira | |
| | | 16 = Bairro Gomes da Costa | |



130. LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS SOCIAIS DA 1ª METADE DO SÉC. XX

M. KOEHLER SOBRE PLANTA DE FÁTIMA L. DE MATOS.
OS BAIRROS SOCIAIS NO ESPAÇO URBANO DO PORTO:
1901-1956. ANÁLISE SOCIAL VOL. XXIX (127), 194 (3ª), P. 684

5.1. O CASO DE ESTUDO DA COLÓNIA OPERÁRIA VITERBO DE CAMPOS COMO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE OUTRAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

A preocupação com reabilitação de conjuntos edificados com valor patrimonial é cada vez mais frequente mas, a falta de enquadramento, de reflexão ou de projecto crítico e adaptável a cada caso específico, traz, por vezes, resultados desastrosos.

"A preocupação com a Reabilitação Urbana, apesar de tema recorrente (e frequentemente politicamente correcto), nem sempre tem reflexos práticos, "consequência sobretudo das exigências técnicas, políticas e económicas envolvidas na intervenção nestas unidades mais históricas" [70]. A mobilização e articulação das entidades reguladoras das intervenções, a educação da população local, os bons exemplos de reabilitação (e a sua divulgação e reconhecimento) e a fiscalização/repressão das actividades e práticas lesivas do interesse público são indispensáveis a uma nova atitude face à cidade histórica."⁷⁶

Reconhecendo que a Colónia Operária Viterbo de Campos poderá servir como síntese e sistematização de informação e metodologias para apoio ao desenvolvimento de outros casos de estudo, como os referidos na Fig. 130 (correspondentes a bairros da primeira metade do século XX, desenvolvidos em habitações unifamiliares para classes operárias), o trabalho apresentado propõe um índice de aproximação à realidade existente e à formalização crítica de uma hipótese de reabilitação.

Este índice possibilitará a reconversão dos referidos bairros tendo em conta que as necessidades iniciais associadas à sua construção sofreram alterações. Actualmente, passados mais de cinquenta anos, os mesmos, alguns deles presentes na Carta dos Valores Arquitectónicos, destacando-se o seu valor patrimonial, e situados em zonas importantes da cidade (como é o caso da Colónia Viterbo de Campos que marca uma entrada da cidade), carecem de uma urgente intervenção de reabilitação.

Estas intervenções devem procurar responder de forma clara aos interesses de cada bairro e do conjunto das suas habitações, procurando renunciar à intervenção isolada, que rapidamente se transforma em reabilitação irreflectida e, muitas vezes, descaracterizadora não só da casa mas de todo o bairro, perdendo-se a sua história e a sua unidade arquitectónica e urbana.

Assim, e como vimos no primeiro capítulo, é delineada uma estratégia de actuação clara, composta por três pontos expostos nos capítulos 2, 3 e 4, os quais constituem três fases para suporte desta análise e que poderão servir de metodologia para a reabilitação de outros bairros.

76. LOPES, Nuno Valentim Rodrigues, Op. Cit., p. 100.

Como referido no Capítulo 2, desenvolveu-se uma aproximação à colónia ou bairro operário, através de enquadramentos histórico, social, urbano e arquitectónico.

Recorreu-se nesta fase à consulta de documentação da época, à pesquisa em monografias, revistas ou catálogos actuais de informação relativa ao desenvolvimento e sedimentação das colónias ou bairros operários/sociais na cidade. Deve-se, também, procurar perceber o enquadramento urbano e arquitectónico que envolve o mesmo e, principalmente, deve-se conhecer o motivo da sua construção, analisar o seu projecto original e perceber qual o seu autor, comparando e inserindo este projecto no conjunto de obras que o responsável da sua construção tiver. Neste tópico de reconhecimento histórico, procedeu-se a uma análise reflexiva da informação recolhida, registando os elementos de referência, de forma a dar seguimento a uma fase seguinte de trabalho.

No Capítulo 3, procedeu-se à caracterização e interpretação das anomalias, com recurso à análise comparativa do projecto original com o objecto de estudo, no seu estado actual.

No decorrer desta fase de trabalho, procurou-se conhecer as principais alterações urbanas do edificado face ao projecto original, tentando compreender e reflectir sobre as razões para o sucedido.

Observou-se o objecto de estudo e realizou-se um levantamento exaustivo da realidade actual, procurando enunciar, não só as alterações de projecto, mas também, registar as avarias físicas, resultantes da idade do bairro, e reconhecer quais os problemas de conforto e de infraestruturas que são exigidos na habitação actual, para os quais, a construção original não dá resposta.

Por sua vez, no Capítulo 4, definiu-se a estratégia de Intervenção.

Após a recolha, análise e síntese dos dois capítulos anteriores e com o auxílio de uma memória descritiva, peças desenhadas (a várias escalas) e visualizações tridimensionais, foram enunciadas estratégias de actuação que permitam uma reabilitação fiel ao enquadramento histórico-cultural mas adaptável às exigências actuais.

Nesta fase apresentou-se o resumo de todo o levantamento recolhido e a proposta de intervenção servirá como meio de apresentação da melhor e mais coerente estratégia de actuação no bairro/colónia operária, de forma a garantir não só a manutenção do património histórico mas, também, uma unidade na reabilitação do conjunto habitacional.

Tal, permitiu enquadrar o desenvolvimento do projecto entre dois pontos: a vertente histórica, e a vertente contemporânea.

A primeira caracteriza-se pela aproximação ao objecto de estudo através das suas premissas originais definindo a continuidade; enquanto que a segunda permite reconhecer as mutações surgidas ao longo dos anos e as necessidades (programáticas, funcionais e construtivas) nelas reflectidas que propõem a mudança.

É a conjugação destes dois factores situados em dois pólos opostos e simultaneamente complementares, que permitem que a estratégia de intervenção seja um

compromisso entre a vontade original do projectista e as necessidades actuais dos moradores.

Assim, a metodologia apresentada, e aqui utilizada, para o estudo da Colónia Operária V. de Campos com o intuito de promover a sua reabilitação, poderia servir de base para a pesquisa/análise e proposta de intervenção em conjuntos edificados análogos (salvaguardando a necessidade de acrescentar mais fases de trabalho caso o desenvolvimento da análise assim o evidencie).

A utilidade do presente trabalho e da sua metodologia para futura aplicação noutros casos de estudo tem, como referido anteriormente, a preocupação com a reabilitação do património histórico e arquitectónico.

Essa preocupação com a reabilitação dos centros históricos das cidades está presente através, por exemplo, do trabalho que tem vindo a ser realizado pelas Sociedades de Reabilitação Urbana. Contudo, e como refere Jorge Figueira em "A casa dos Outros", Mil Folhas, Público, 2006, "Nesta importante – embora tardia – atenção que se vai generalizando sobre o "existente", há um parente pobre, literalmente os "bairros sociais" que antes e depois do 25 de Abril foram tentando "inscrever" populações carenciadas no território urbano português. (...) não são centros históricos, benzidos pela Unesco e por uma ordem natalícia onde nos sentimos em casa. São a casa dos outros, a sua reabilitação é mais dura mas mais essencial e futurante."⁷⁷

É importante perceber que a reabilitação das cidades não se deve prender, somente, com a reabilitação dos centros históricos mas, também, com a reabilitação dos centros sociais. Assim, a reabilitação da actual cidade deve aprender com os erros do passado, procurando evitar a degradação e consequente desertificação dos bairros, tal como aconteceu nos centros históricos. A reabilitação é urgente e deve procurar desenvolver-se com identidade, incluindo a sua história, a sua cultura e a sua população.

Para isso, e como exemplo da necessidade de atribuir o devido valor aos bairros sociais, a Unesco, entendendo a importância desta tipologia arquitectónica e tornando-a visível e substantiva, classificou, em 2007, seis conjuntos habitacionais de Berlim, representantes do movimento de reforma habitacional da classe trabalhadora, do início do século XX, como Património Cultural da Humanidade.⁷⁸

77. FIGUEIRA, Jorge, A casa dos Outros, Mil Folhas, Público, 2006.

78. Com o apoio do site www.dw-world.de e www.thwurbanearth.wordpress.com:

Os seis conjuntos habitacionais património cultural da humanidade, construídos entre 1913 e 1934, marcaram o nascimento da habitação social e influenciaram a arquitectura, o urbanismo e as políticas governamentais de habitação de todo o século XX, numa altura em que Berlim era a capital mundial da arquitectura moderna.

Os conjuntos habitacionais referidos são: a cidade-jardim de Falkenberg (Bruno Taut e Heinrich Tessenow, 1913-1916); Siedlung Schillerpark (Bruno Taut, 1924 a 1930, Max Taut, 1951 e Hans Hoffmann, 1953 a 1957); GroBsiedlung Britz (Bruno Taut e Martin Wagner, 1925 a 1930); Wohnstandt Carl Legien (Bruno Taut e Franz Hilinger, 1928 a 1930); WeiBe Stadt (Otto Salvisberg, Bruno Ahrends e Wilhem Büning, 1929 a 1931); e GroBsiedlung Siemensstadt ou conjunto habitacional Siemens (Hans Scharoun, Walter Gropius, Otto Bartning, Fred Forbat, Hugo Häring e Paul R. Henning, 1929 a 1934).



131. GARTENSTADT FALKENBERG –
– TUSCHKASTENSIEDLUNG

PRÉDIOS NA RUA GARTENSTADTWEG, 2005
WWW.THEURBANAEARTH.WORDPRESS.COM



132. GARTENSTADT FALKENBERG –
– TUSCHKASTENSIEDLUNG

RUA AKAZIENHOF APÓS RECONSTRUÇÃO, 2003
WWW.THEURBANAEARTH.WORDPRESS.COM

Estes edifícios são produto de um tempo em que arquitectos como Hans Scharon, Hugo Haring, Walter Gropius e principalmente Bruno Taut, foram incumbidos de melhorar os padrões habitacionais para as pessoas comuns.

Estas intervenções, com destaque para a cidade jardim de Falkenberg, de Bruno Taut e Heinrich Tessenow, foram tomadas como exemplo para o desenvolvimento de todo o trabalho de reabilitação da Colónia Operária Viterbo de Campos e, por consequência, poderão servir como base para o desenvolvimento de propostas de reabilitação para outros bairros.

Com data de construção apontada para 1913 a 1916, o bairro de Taut e Tessenow, constituído por 128 habitações, sendo 80 em casas unifamiliares e 48 em apartamentos divididos em seis edifícios, está intimamente ligada ao conceito de "cidade-jardim" desenvolvido por Howard, em Inglaterra, e ao modelo de vida comunitária vinculado a este conceito. Foram estes motivos, interligados com a data de construção do bairro que o aproximaram do caso de estudo desenvolvido nesta dissertação.

Assim, e para além de todos estes factores, é a sua reabilitação, procurando manter as características do projecto original, os espaços verdes comuns, os espaços de cultivo individuais (intimamente ligados a cada habitação) e a limpeza e pintura das fachadas, tal como é visível nas Fig. 131 e 132, que dão ânimo e permitem acreditar na possibilidade de tornar actuais estes exemplos de habitação, com quase um século de existência.

Ainda, e tal como no restante panorama europeu, também em Portugal e no Porto, existem exemplos de preocupação com a reabilitação dos bairros sociais, que se devem ter em consideração.

A título de exemplo, a reabilitação do Conjunto de Habitação Municipal Rainha D. Leonor, realizado por Inês Lobo Arquitectos, Lda., entre 2005 e 2009, constitui uma referência para o modo de intervir no património edificado e, principalmente, nesta tipologia arquitectónica, até então, pouco explorada.⁷⁹ (Fig. 133 e 134)

79. O bairro Rainha D. Leonor constituído por 150 habitações dispostas, em blocos de 4 habitações em banda, situado na freguesia de Lordelo do Ouro, numa área voltada para a foz do Rio Douro, foi construído em 1953, tendo sido projectado por Luís Almeida d'Eça, enquanto arquitecto municipal. Antecedendo ao projecto de reabilitação, foi posta em causa a sua demolição por conter um valor arquitectónico discutível e por não ser de imprescindível presença, em tão importante situação geográfica.

Apesar do seu discutível valor arquitectónico, este conjunto marca a transição entre a arquitectura tradicional e a arquitectura moderna, sendo importante pelo seu valor cultural, social e histórico.

A reabilitação efectuada por Inês Lobo arquitectos, Lda., levará a uma redução do actual número de fogos, para 90 habitações, e pretende retomar a unidade do edificado que, com o tempo, terá sido alterada, pela apropriação dos quintais de modo aleatório e desregrado, alterando e perturbando a leitura conjunta do edificado.

A escolha da redução do número de fogos prendeu-se com a procura de maiores espaços interiores e de uma adaptação às actuais exigências de conforto.

Assim, o projecto de Inês Lobo procurou ultrapassar o projecto original, mantendo a sua volumetria e o seu sistema construtivo, ao mesmo tempo, que adicionando a limpeza da redução e remoção de todos os elementos que o descaracterizavam, e recuperando e pintando os elementos que o identificam, consegue atribuir-lhe a unidade de conjunto pretendida.



133. CONJUNTO HABITACIONAL
RAINHA D. LEONOR, PORTO

WWW.JLOBO.PT, LEONARDO FINOTTI, 2009



134. CONJUNTO HABITACIONAL
RAINHA D. LEONOR, PORTO

WWW.FLICKR.COM

A reabilitação, já efectuada, em alguns dos conjuntos de dois apartamentos que resultam da fusão de quatro apartamentos originais, indicia as premissas de actualização propostas por Inês Lobo. Assim, a opção de manter o que existia – volumetrias das casas, sistemas de entradas, elementos construtivos, etc., é a utilizada, também, na reabilitação da Colónia Operária Viterbo de Campos e poderá servir como base à intervenção de reabilitação em qualquer outro bairro social, pois "por um lado, estamos perante a lógica do bom senso: porquê alterar o que funciona? Por outro, anula-se o gesto da novidade pela novidade".⁸⁰

Em suma, os projectos de intervenção nos bairros sociais devem ser objectos de reflexão urgente e atenta aos valores históricos, culturais e sociais que lhes estão adjacentes. O que, actualmente, não passam de "espaços genéricos e indiferenciados" da cidade terão no futuro uma enorme relevância para a urbanidade portuguesa. "Os centros históricos são agora as capitais da cultura, mas o futuro pertence às margens. Se imaginarmos um país mais civilizado, estes bairros sociais são um pouco o centro histórico do futuro, (...). A arquitectura, no limite, tem só a ver com a dignidade das pessoas, permitindo-lhes levantar o olhar."⁸¹

80. FIGUEIRA, Jorge, Op. Cit.

81. FIGUEIRA, Jorge, Idem.

5.2. NOTAS CONCLUSIVAS

A presente dissertação, situada na fronteira entre um documento teórico e um documento prático de actuação e intervenção na Colónia Operária Viterbo de Campos, servindo como referência para o desenvolvimento de futuras intervenções, pretende para além de sintetizar e analisar toda a informação recolhida no decurso da formação da dissertação, reflectir sobre a aplicação de todas as intenções e objectivos presentes e expostos na mesma.

Como atentado anteriormente, é importante reforçar que a reabilitação destas colónias operárias ou bairros sociais é importante para a cidade, não só pela sua relevância histórica ou arquitectónica mas, também, pela sua situação em áreas de destaque da cidade.

Assim, a proposta de intervenção presente neste estudo, pretende demonstrar que com poucos meios e a baixos custos é possível reabilitar as habitações deste bairro operário, atribuindo-lhes condições habitacionais e urbanas e consequentemente criando uma nova imagem da cidade para quem se dirige à mesma, vindo da Ponte da Arrábida.

Para isso, e como afirma Alves Costa, "arquitectura e cidades, paisagem e língua, dependem de todos (diremos para ser politicamente correctos...), mas os objectivos de todos devem ser interpretados com coragem e determinação pelo Estado Português através de um processo a que tenho chamado paradoxalmente de "iluminismo democrático". São urgentes as instituições políticas fortes que saibam representar anseios democraticamente expressos por aquilo que gostaria de continuar a chamar "o nosso povo".⁸²

É, portanto, necessário concluir que a Câmara Municipal do Porto tem um papel essencial para a renovação da cidade e neste caso específico desta Colónia Operária, devendo, em primeiro lugar, permitir a alteração do acesso à Via de Cintura Interna para uma melhor integração do mesmo da cidade, incentivando a relação entre a colónia e o bairro Sidónio Pais. Seria igualmente importante realizar visitas/vistorias às habitações, procurando perceber o seu estado de conservação através da análise à segurança e salubridade das construções existentes.

Através das suas competências de gestão urbana, a CMP deveria também sensibilizar e conduzir os proprietários ou inquilinos das casas a retirar toda a construção clandestina, que degrada e prejudica a traça original do bairro, apresentando-lhes novos meios para a construção de novas volumetrias.

82. ALVES COSTA, Alexandre, Comunicação efectuada a 18 de Abril de 2009, no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios sob o tema geral "O Património como Oportunidade e Designio".

Deste modo, pode-se captar a atenção dos proprietários para os problemas de higiene e salubridade que as construções anexas actuais trazem, e fazê-los compreender e conhecer a importância histórica e interesse arquitectónico já reconhecido pela C.M.P. e apresentado na Carta dos Valores Arquitectónicos da mesma.

Para além das competências da C.M.P. como órgão de gestão do património existente, é ainda relevante para este estudo, salientar que como proprietário de algumas habitações da Colónia Operária Viterbo de Campos, esta deveria ser a primeira a recuperar as suas propriedades e, consequentemente, servir de exemplo.

De facto, a preocupação com a reabilitação desta colónia já se começa a sentir e, a C.M.P., já efectuou uma tentativa de venda, em hasta pública (Anexo I), de duas das suas propriedades, não tendo sido bem sucedida.

Para concluir, propõe-se ainda que a solução para a reabilitação desta Colónia Operária passe pela intervenção nas habitações propriedade da C.M.P. pela própria edilidade, com o intuito de as vender ou entrar no sistema de arrendamento (adaptando-se ao mercado actual). Tal surge, neste momento, como o sistema mais favorável, por se adaptar, não só à crise do mercado de compra e venda de imóveis, como, também, se inscreve na tendência de mobilidade que marca a contemporaneidade.

Pela localização do Bairro, próximo do Pólo Universitário do Campo Alegre, é de prever que os potenciais arrendatários sejam estudantes universitários portugueses e estrangeiros, ou docentes e investigadores em mobilidade, com possibilidade de fixação, devido à capacidade de adaptabilidade da tipologia proposta.

Em suma, o ensaio desenvolvido, propõe algumas directrizes/pistas de intervenção as quais servirão como base de discussão procurando sensibilizar, qualificando, todos os intervenientes no processo de reabilitação desta tipologia habitacional (proprietários, moradores e as autoridades competentes), nunca pretendendo encerrar o debate sobre o tema, estando sempre aberto a uma adaptabilidade caso surjam novas reflexões ou factos que acrescentem ou modifiquem quaisquer questões neste presentes.

"Nos edifícios ou no território sempre humanizado, a arquitectura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação. Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos.

Reconhecer-se-á que não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se adapta à realidade e para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e de continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a transformação chama-se Arquitectura."⁸³ "Uma sem a outra chama-se fracasso da arquitectura contemporânea, dizemos nós."⁸⁴

83. Álvaro Siza citado em ALVES COSTA, Alexandre, Op. Cit.

84. ALVES COSTA, Op. Cit.

5.3. VISUALIZAÇÃO TRIDIMENSIONAL

135. FOTOGRAFIA DA COLÓNIA
OPERÁRIA VITERBO DE CAMPOS
EXISTENTE

M. KOEHLER, JULHO 2009



136. FOTOMONTAGEM DA COLÔNIA
OPERÁRIA VITERBO DE CAMPOS
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

M. KOEHLER, 2010



BIBLIOGRAFIA GERAL

ALVES COSTA, Alexandre, Comunicação efectuada a 18 de Abril de 2009, no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios sob o tema geral *O Património como Oportunidade e Desígnio*.

ANTAS, Alfredo e MONTERROSO, Manuel, *A Salubridade Habitacional no Pôrto (1929 - 1933)*, Ministério do Interior, Direcção Geral de saúde, Inspecção de Saúde do Pôrto, 1929-1933.

BENEVOLO, Leonardo, *História da Cidade*, 3ª Ed., São Paulo: Perespectiva, 1999

C. M. OEIRAS, *Bairros sociais: novos rumos, novas realidades: intervenções*, Oeiras: Instituto Nacional de Habitação, Seminário realizado em 1990

C. M. PORTO, *As Ilhas, as Colónias Operárias e os Bairros de Casas Económicas*, Porto: C.M.P. - Pelouro de habitação, Acção Social e Protecção Civil, 2000.

C. M. PORTO, *Habitação Social no Porto*, Porto: C.M.P. - Pelouro da Habitação, Acção social e Protecção Civil, 1999.

C. M. PORTO, *Intervir em edifícios Protegidos*, Porto: Maio de 2009.

C. M. PORTO, Pimenta, Manuel, co-autor; Ferreira, José António, co-autor; Ferreira, Leonor, co-autor; *Estudo socioeconómico da habitação social*, Porto: C.M.P., 2001

CAMPOS, Ezequiel, *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1932.

CARDOSO, António, *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*, 2ª edição, Porto: FAUP publicações, 1997.

Copiador de Correspondência Expedida, 1920 -22, A-PUB/ 2213, Arquivo Histórico do Porto - Casa do Infante.

FERNANDEZ, Sérgio, *Percorso Arquitectura portuguesa 1930/1974* (1985), 2ª ed., Porto: FAUP, 1988.

FERREIRA, António Fonseca, *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto: Edições Afrontamento, 1987.

FIGUEIRA, Jorge, *A casa dos Outros*, Mil Folhas, Público, 2006.

GROS, Marielle, *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Porto: Edições Afrontamento, 1982.

GUICHARD, François, *L'evolution Recent de Porto*, Actes du Colloque Interne du GIS, Paris: CNRS, 1982.

GUERRA, Paula, *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Cidades, Campos e Territórios.

HOWARD, Ebenezer, *Garden Cities of Tomorrow*, London: S.Sonnenschein & Co., Ltd., 1902.

LOPES, Nuno Valentim Rodrigues, *Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e Início do Século XX - Do Restauro à Selecção Exigencial de uma Nova Caixilharia: o Estudo do Caso da Habitação Corrente Portuguesa*, Porto: Dezembro de 2006.

MATOS, Fátima Loureiro de, *Os bairros Sociais no Espaço urbano do Porto: 1901-1956, Análise Social*, Vol. XXIX (127), 1994 (3.º).

MESQUITA, Mário João; Sarmiento, Inês; TAVARES, Domingos, *Marques da Silva : o aluno, o professor, o arquitecto*, Porto: IMS, 2006.

Município do Porto, *Regulamento para os Bairros Operários construídos pela Exma Câmara Municipal do Porto*, Porto: Imprensa Social (A Vapor), Secção da Casa do Povo Português, 1917, Art. 35º.

PONTES, João Edgar Carvalho da Silva, Tardoz: projecto, construção e vivência da fachada posterior da casa burguesa portuguesa, Porto: 2009.

RIBEIRO, Irene, *Raul Lino Revisitado: Memórias de uma Arquitectura "Arte Nova" Portuguesa*, in *Património Esquecido: O Recuperar da Memória*, Boletim Interactivo da APHA, Publicação nº 2, 2004.

TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, *Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX - Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*, Porto: FAUP, 2004

TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

LEGISLAÇÃO:

Legislação Portuguesa, Decreto- Lei 4137 de 24 de Abril de 1918
Regulamento PDM, Artigo 45.º - Imóveis de interesse patrimonial.

CATÁLOGOS:

Catálogo da exposição *Arquitectura do Século XX: Portugal*, Deutsches Architektur-Museum, Frankfurt am Main (11 de Outubro- 4 de Janeiro de 1998), Centro Cultural de Belém, Lisboa (Junho - Setembro de 1998).

Catálogo da exposição *J. Marques da Silva Arquitecto 1869 - 1947*, Porto: Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1986.

Catálogo da exposição *Marques da Silva e a Fotografia, Imagens de uma Época*, Porto: Galeria do Palácio, C. M. do Porto, 10 de Fevereiro a 6 de Março de 2005.

REVISTAS:

El Croquis 140, Álvaro Siza 2001 2008, Madrid: ElCroquis editorial, 2008
Arq/a 66 - Arquitectura e Arte, Inês Lobo e Sou Fujimoto, Lisboa: Futurmagazine Sociedade Editora, Lda, Fevereiro 2009

SÍTIOS DA INTERNET [consultados entre Março '09 e Junho '10]:

<https://woc.uc.pt/feuc/getFile.do?tipo=2&id=9646>, p.5
http://pt.wikipedia.org/wiki/Via_de_Cintura_Interna
www.dw-world.de
www.thwurbanearth.wordpress.com

FONTES DAS IMAGENS

1. M. Koehler sobre imagem do Google Earth 2009
2. M. Koehler sobre imagem de [www. bing.com/maps](http://www.bing.com/maps), Maio'09
3. <http://chuva-bomtempo.blogspot.com/2009/03/as-ilhas-do-porto.html> - 20/10/2009
4. RIO, Pedro in http://www.iscap.ipp.pt/gri/imagens/portugal/porto/casas_ribeira_800x600.jpg -20/10/2009
5. SOUSA, Manuel in http://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_dos_Maristas - 20/10/2009
6. [www. maps.google.pt](http://www.maps.google.pt), 2009
7. M. Koehler, Porto, 6/09/2009
8. M. Koehler, Porto, 22/02/2009
9. M. Koehler, Porto, 26/02/2009
10. [www. maps.google.pt](http://www.maps.google.pt), 2009
11. [www. maps.google.pt](http://www.maps.google.pt), 2009
12. MATOS, Fátima Loureiro de, *Os bairros Sociais no Espaço urbano do Porto: 1901-1956*, *Análise Social*, Vol. XXIX (127), 1994 (3.º), p.684
13. [www. maps.google.pt](http://www.maps.google.pt), 2009
14. www.ilobo.pt, Leonardo Finotti - 27/10/2009
15. <http://images.google.pt> - 22/06/2009
16. <http://images.google.pt> - 22/06/2009
17. <http://images.google.pt> - 22/06/2009
18. Catálogo da exposição *Arquitectura do Século XX: Portugal*, Deutsches Architektur-Museum, Frankfurt am Main (11 de Outubro- 4 de Janeiro de 1998), Centro Cultural de Belém, Lisboa (Junho - Setembro de 1998), p.93
19. Catálogo da exposição *Arquitectura do Século XX: Portugal*, Deutsches Architektur-Museum, Frankfurt am Main (11 de Outubro- 4 de Janeiro de 1998), Centro Cultural de Belém, Lisboa (Junho - Setembro de 1998), p.94
20. www.flickr.com/photos/biblarte/2652710756/ - 13/02/2010
21. BANDEIRA, Filomena e FERNANDES, Rosa in www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx - 13/02/2010
22. www.fims.up.pt/index.php?cat=2&subcat=8&proj=2 - 13/02/2010
23. www.fims.up.pt/index.php?cat=2&subcat=8&proj=3 - 13/02/2010
24. www.cidadaniacsc.blogspot.com/2008/3/monsalvat.html - 13/02/2010
25. www.nestahora.blogspot.com - 13/02/2010
26. [www. travel.webshots.com/photo/2503183070054144492BHPUyW](http://www.travel.webshots.com/photo/2503183070054144492BHPUyW) - 13/02/2010
27. MESQUITA, Mário João; SARMENTO, Inês; TAVARES, Domingos, *Marques da Silva : o aluno, o professor, o arquitecto*, Porto: IMS, 2006, p.192 - fotografia de 1941
28. www.premiosvalmor.blogspot.com - 13/02/2010
29. MESQUITA, Mário João; Sarmento, Inês; TAVARES, Domingos, *Marques da Silva : o aluno, o professor, o arquitecto*, Porto: IMS, 2006, p.34
30. MESQUITA, Mário João; Sarmento, Inês; TAVARES, Domingos, *Marques da Silva : o aluno, o professor, o arquitecto*, Porto: IMS, 2006, p. 35
31. MESQUITA, Mário João; Sarmento, Inês; TAVARES, Domingos, *Marques da Silva : o aluno, o professor, o arquitecto*, Porto: IMS, 2006, p.35
32. www.fims.up.pt - 06/02/2010
33. www.cm-porto.pt - 18/01/2009
34. M. Koehler, Porto, 26/02/2009
35. M. Koehler, Porto, 26/02/2009
36. M. Koehler, Porto, 6/09/2009
37. M. Koehler, Porto, 6/09/2009
38. M. Koehler, Porto, 26/02/2009
39. M. Koehler, Porto, 2010

40. Plantas cedidas pelo IPAP, C. M. Porto
41. Montagem cedida pelo IPAP, C. M. Porto
42. www.ttverdept.com/mirror/ttvcom/cgalb01/02f.html - 13/02/2010
43. M. Koehler sobre planta cedida pelo IPAP, C. M. Porto
44. Arquivo Histórico do Porto, Casa do Infante
45. www.trivago.com.br/porto-51096/jardim-bot%C3%A2nico/jardim-botanico-do-porto-32790/foto-i3667966 -13/02/2010
46. www.ttverdept.com/mirror/ttvcom/cgalb01/10.html -13/02/2010
47. Arquivo Histórico do Porto, Casa do Infante
48. Arquivo Histórico do Porto, Casa do Infante
49. www.cityblock.wordpress.com/category/accessibility/ -13/02/2010
50. www.dc.thecicyfix.com/urban-renewal-by-any-other-name/ -13/02/2010
51. M. Koehler, 16 e 19/07/2009
52. M. Koehler, 25/01 e 06/09/2009
53. IPAP, C. M. Porto
54. IPAP, C. M. Porto
55. Anuário da Câmara Municipal do Pôrto, 1923, p. 200 - Biblioteca Pública Municipal do Porto
56. Anuário da Câmara Municipal do Pôrto, 1923, p. 201 - Biblioteca Pública Municipal do Porto
57. www.oudheidkamer.info/weblob/blogger.html - 16/02/2010
58. M. Koehler sobre desenhos do Arquivo Histórico do Porto, Casa do Infante, 2009
59. M. Koehler sobre desenhos cedidos pelo IPAP, C. M. Porto, 2009
60. M. Koehler, 11/02/2009
61. M. Koehler, 17/02/2009
62. M. Koehler, 11 e 17/02/2009
- 63 e 64. M. Koehler, 2009
65. Fotografias cedidas pelo IPAP, C. M. Porto
66. Fotografias cedidas pelo IPAP, C. M. Porto
67. Fotografias cedidas pelo IPAP, C. M. Porto
68. Google Earth 2009
69. Arquivo Histórico do Porto, Casa do Infante
70. M. Koehler, 17/02/2009
71. M. Koehler, 16/07/2009
72. M. Koehler, 16/07/2009
73. M. Koehler, 2009
74. M. Koehler, 16/07/2009
75. M. Koehler, 16/07/2009
76. M. Koehler, 2009
77. M. Koehler, 2009
- 78 a 95. M. Koehler, 16/07/2009
96. M. Koehler sobre planta pertencente ao Arquivo Histórico do Porto, Casa do Infante, 2009
97. M. Koehler, 16/07/2009
98. M. Koehler, 16/07/2009 e www.maps.google.pt, 2009
99. Google Earth 2009
100. IPAP, C. M. Porto.
- 101 e 102. M. Koehler, 2010
103. M. Koehler sobre imagem do Google Earth 2009
- 104 a 126. M. Koehler, 2009
- 127 a 129. M. Koehler, 2010
130. M. Koehler sobre MATOS, Fátima Loureiro de, *Os bairros Sociais no Espaço urbano do Porto: 1901-1956*, Análise Social, Vol. XXIX (127), 1994 (3.º), p.684
- 131 e 132. www.theurbanearth.wordpress.com - 08/09/2009
133. www.ilobo.pt, Leonardo Finotti - 27/10/2009
134. www.flickr.com - 19/05/2010
135. M. Koehler, 16/07/2009
136. M. Koehler, 2010

